



Etnomapeamento dos
POTIGUARA **da Paraíba**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
José Eduardo Martins Cardozo

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Marta Maria do Amaral Azevedo

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
Aluisio Ladeira Azanha

COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL
Thais Dias Gonçalves

COORDENAÇÃO DO PROJETO 914BRA4008 FUNAI/UNESCO
Leila Silvia Burger Sotto-Maior

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Maria Augusta Boulitreau Assirati

COORDENAÇÃO GERAL DE PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO
Lyliã da Silva Guedes Galetti

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL
Jaime Garcia Siqueira Junior

COORDENAÇÃO DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA

Etnomapeamento dos

POTIGUARA da Paraíba

A experiência contida neste livro ocorreu sob iniciativa do Povo Potiguara e da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) contando com apoio técnico da Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO) e Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM). Convênio Funai/UNESCO PRODOC 914BRA4008, “Impactos do Desenvolvimento e Salvaguarda de Comunidades Indígenas”.

Organização: Thiago Mota Cardoso e Gabriella Casimiro Guimarães

Assessoria e texto: Thiago Mota Cardoso, Isabel Fróes Modercin e Lilian Bulbarelli Parra

Assistente Técnico: Luiz Pereira dos Santos

Equipe Potiguara

TI Monte-Mor e Jacaré de São Domingos: Leandro, Roseli, Luan, Antônio Gomes, Antônio Severino, Adalberto, José Roberto (Bel), Claudécir da Silva, Josecy Soares, Claudeir, Elias, Seu João, Anibal Cordeiro Ramos, Seu Tota, Sandro Gonçalves. TI Potiguara: Josafá dos Santos, Antônio Ferreira, Marcelino, Alcides Alves, José da Silva, Genival Ciriáco, Elias de Lima, Antônio Marcolino, João Roberto, Edmilson Cinésio, Neda, Seu Francisco (Pajé), Lenildo Brasileiro, Rosângela Galdino, José Ciriáco (Capitão Potiguara), Seu José, Dona Chica, Francisco dos Santos, João Batista, Maria Soares, Antônio André, Luis Benedito, Quél.

Equipe de Apoio

Josafá Padilha Freire, Marcos Santana, Benedito Rangel, Nemézio, Seu Bastos, Glauciano.

Revisão

Josafá Padilha Freire (professor), Nathan Galdino da Silva (cacique), Sandro Gomes Barbosa (Cacique Geral), Alcides da Silva Alves (Cacique) e José Roberto de Azevedo (Bel) (Cacique)

Mapas: Lilian Bulbarelli Parra

Fotos: Lilian Bulbarelli Parra, Thiago Mota Cardoso, Isabel Fróes Modercin e Gabriella Casimiro Guimarães

Catálogo: Cleide de Albuquerque Moreira - CRB 1100

Projeto Gráfico/Editoração: Lorena Soares/COGESC/CGGE/DAGES/FUNAI

Dados Internacionais de Catalogação Biblioteca “Curt Nimuendaju”

Cardoso, Thiago Mota; Guimarães, Gabriella Casimiro. (Orgs.).
Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/CGMT/
CGETNO/CGGAM, 2012.
107p. Ilust.

ISBN: 978-85-7546-036-8

1. Potiguara 2. Gestão Ambiental 3. Gestão Territorial 3. Terras
Indígenas 4. Impacto Ambiental 5. Sustentabilidade 6. Recursos
Naturais 7. Etnodesenvolvimento I. Título

CDU: 572.95(813.3P86):502

Fundação Nacional do Índio
SEPS 702/902 - Ed. Lex
70390-025 Brasília - DF
www.funai.gov.br

Etnomapeamento dos
POTIGUARA da Paraíba



BRASÍLIA - DF
2012



***ANAMA POTIGÛARA AUÏERAMANHE O-S-EKOBÉ-NE
O TUIBAEPAGÛAMA YBY-PE,
GÛI-XÓBO MEMÉ,
O-PYTÁ-NE MARAMONHANGA SAYNHA POPYATÁBABA BÉ
TYM-A ORÉ PYÁ NHYÁ ABÉ,
AMBITE ORÉ POROMONHANGABA RESÉ***

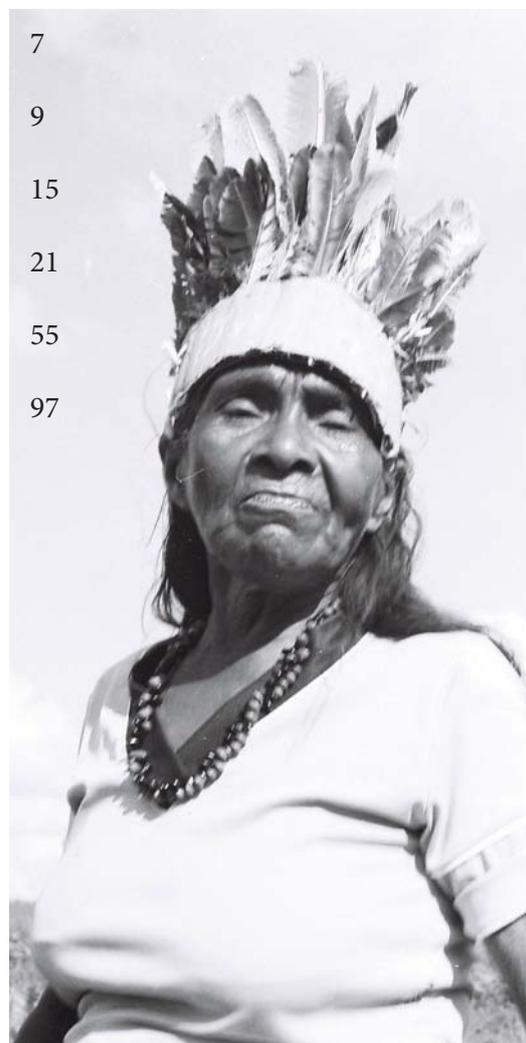
O POVO POTIGUARA SEMPRE VIVERÁ
NA TERRA DOS SEUS ANTEPASSADOS,
MESMO PARTINDO;
PERMANECERÁ A SEMENTE DA LUTA E RESISTÊNCIA
PLANTADA EM NOSSAS MENTES E CORAÇÕES,
PARA O FUTURO DAS NOSSAS GERAÇÕES

AUTOR: PROF. JOSAFÁ FREIRE
POTIGUARA-PB



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ENTRE DIÁLOGOS E CAMINHOS	9
OS POTIGUARA	15
OS AMBIENTES	21
CUIDAR DO TERRITÓRIO	55
PROJETOS E INICIATIVAS	97







APRESENTAÇÃO

O presente livro é fruto de um estudo sobre os conhecimentos etnoambientais realizado com os Potiguara, entre agosto de 2010 e agosto de 2011. Estudo este ambientado, desde as oficinas às caminhadas pelo território, passando por conversas e entrevistas, em um clima de diálogo intercultural e intercientífico. A pesquisa em questão enquadra-se em uma proposta de fomento à gestão territorial em terras indígenas, combinando a dimensão política e de planejamento do território, com a dimensão ambiental de ações de etnodesenvolvimento, calcado na valorização da cultura e na segurança alimentar, bem como da proteção do território e conservação dos recursos ambientais.

As terras indígenas Potiguara foram consideradas prioritárias, dentre as demais terras indígenas do Brasil, devido à sua vulnerabilidade ambiental e socioeconômica. Esse foi o resultado de um estudo realizado pela Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/DPT/Funai) que visou caracterizar as Terras Indígenas (TIs) de acordo com suas características específicas, problemas e demandas. Dando continuidade ao estudo, a Funai visou por meio de um trabalho articulado entre a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO) e Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), priorizar ações conjuntas para “salvaguardar” as comunidades indígenas, como a Potiguara, que se encontram hoje em situação mais vulnerável, segundo as categorias adotadas pelo estudo realizado.

Essa proposta está fundamentada nas seguintes etapas ou ciclos da gestão territorial: articulação (1), diagnóstico etnoambiental (2), zoneamento e plano de gestão territorial/salvaguarda (3) e execução (monitoramento e avaliação). No território Potiguara ocorreram a primeira e a segunda etapa, que consistem na articulação da comunidade e na elaboração do diagnóstico etnoambiental juntamente com

o etnomapeamento. Os etnomapeamentos e diagnósticos etnoecológicos ou etnoambientais situam-se na etapa dos levantamentos que subsidiam etapas posteriores de elaboração do plano de gestão territorial e etnozoneamento. Ou seja, representam ferramentas fundamentais no planejamento de ações e projetos futuros. Consideramos para este trabalho o etnomapeamento como um componente, juntamente com a análise etnoecológica, do Diagnóstico Etnoambiental.

O diagnóstico etnoambiental, ilustrado pelos mapas contém o resultado da pesquisa acerca dos ambientes, das atividades produtivas praticadas, dos impactos e conflitos socioambientais vivenciados no território, dos atores envolvidos na gestão territorial e das perspectivas sobre o uso do território. Neste sentido, tomamos as categorias indígenas como ponto de partida para descrever o ambiente.

O produto desse trabalho é resultado de um diálogo entre o que se costuma chamar de conhecimento tradicional ou local e o conhecimento técnico, com todas as limitações de uma tradução feita por nós sobre o saber indígena. Sabemos que o conhecimento Potiguara não existe enquanto um corpo homogêneo, mas sim varia entre gênero, classe, idade, profissão e situação de vida em geral. Ademais, temos que considerar o contexto no qual tivemos acesso a esse conhecimento: a produção dos etnomapas. Processo que envolveu indígenas, servidores da Funai e técnicos especializados. Portanto, prezamos por não reduzir o conhecimento indígena às disciplinas científicas neste diagnóstico, mas ao mesmo tempo admitimos a impossibilidade de apresentar o saber local deixando o conhecimento científico totalmente de lado. Afinal a própria produção dos etnomapas é fruto de um intercâmbio cultural onde buscamos estabelecer um diálogo entre os conhecimentos de naturezas tão distintas.

No primeiro capítulo apresentamos uma síntese da metodologia utilizada durante o diagnóstico. O segundo apresenta os Potiguara, introduzindo o leitor no território indígena. O terceiro capítulo é dedicado à percepção indígena sobre o ambiente no que diz respeito a seus aspectos ecológicos, sociais e simbólicos. Dando prosseguimento, o quinto capítulo descreve com detalhes os diversos usos que os Potiguara fazem dos ambientes, quais os atores envolvidos na gestão territorial, quais as formas de gerir os espaços coletivos e que redes de reciprocidade e de troca essas atividades geram. O sexto capítulo apresenta os principais conflitos e desafios vivenciados na área, na visão dos Potiguara.





ENTRE DIÁLOGOS E CAMINHOS

O processo de Gestão Territorial das Terras Indígenas, o que estamos chamando aqui de Gestão Territorial Intercultural das Terras Indígenas, conforma um ciclo de planejamento e ação que contempla vários instrumentos. A primeira etapa seria a de “articulação”, incluindo múltiplos instrumentos associados a relacionamentos sociais e políticos e capacitação e treinamento. A segunda etapa, denominada de “diagnóstico”, envolve instrumentos como levantamento etnoecológico, diagnóstico etnoambiental e etnomapeamento. A terceira etapa seria mais “normativa”, com o uso de instrumentos como o plano de gestão territorial e o etnozoneamento. A quarta e última etapa, de “execução”, incluiria monitoramento do plano e avaliação do ciclo de gestão. Nada impede que a etapa de execução seja executada a todo momento e que novos mapas sejam produzidos a cada vez que for necessário, ou seja, o processo não é linear, mas sim dinâmico e complexo.

A fase de articulação e preparação envolve a abertura de canais e espaços de diálogo entre os promotores indígenas e as instituições parceiras para alavancar o processo de gestão intercultural. É uma fase de construção da confiança, de consentimentos e regras entre as partes, de entendimento situacional do contexto da terra ou da comunidade indígena, de debate e proposição dos aspectos metodológicos, do agendamento e distribuição de responsabilidades entre as partes. Caso seja necessário aprofundar o entendimento sobre as circunstâncias socioeconômicas, ambientais e políticas do território, é interessante se partir para a realização de um diagnóstico etnoambiental.

Os diagnósticos etnoambientais correspondem a uma das abordagens possíveis na descrição dos conhecimentos tradicionais e formas de manejo tradicionais dos recursos ambientais, bem como nas relações socioeconômicas e de poder existentes no contexto diagnosticado. Os diagnósticos etnoambientais são entendidos como estudos que consideram as categorias e classificações locais, os modos de vida e as cosmologias do grupo social tendo como premissa o diálogo intercultural e intercientífico. Estes diagnósticos associados à espacialização do conhecimento e dos usos dos recursos podem ser chamados de etnomapeamentos ou etnozoneamentos, ou ainda mapeamentos do uso tradicional da terra e mapeamentos participativos, dentre outras nomeações. A produção de mapas com a participação dos

índios, desenhados sob seu ponto de vista e para atender aos seus interesses, oferecem subsídios para a gestão territorial e à elaboração de políticas públicas.

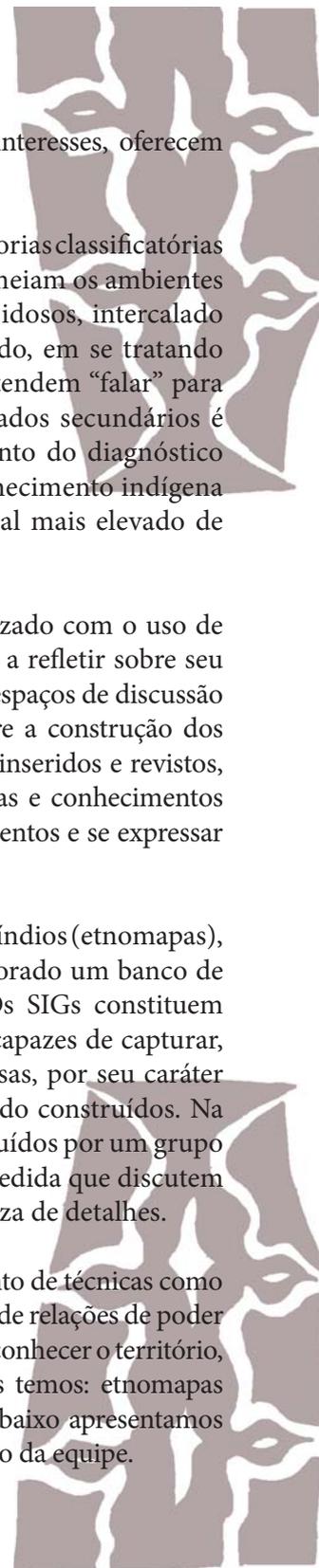
O levantamento de informações prioriza a visão, a perspectiva e as categorias classificatórias do povo indígena, ou seja, como os habitantes do lugar pensam e nomeiam os ambientes e suas relações. É preferível dar ênfase ao registro das histórias dos idosos, intercalado a dados históricos oriundos dos documentos e livros. Por outro lado, em se tratando de um diálogo entre índios e não índios, uma vez que os mapas pretendem “falar” para dentro e para fora do contexto do povo indígena, a pesquisa de dados secundários é também importante e subsidia os pesquisadores no direcionamento do diagnóstico etnoambiental. A produção de um diagnóstico que se utilize do conhecimento indígena e do científico de forma o mais simétrica possível tem um potencial mais elevado de apresentar o contexto do território em estudo.

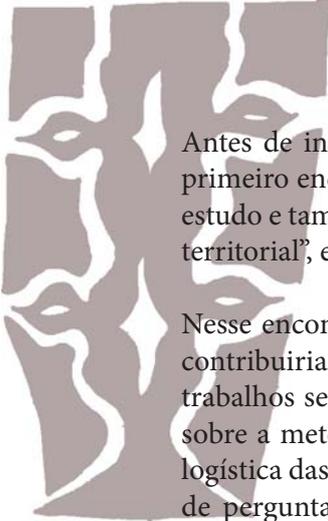
O etnomapeamento faz parte do diagnóstico etnoambiental e é realizado com o uso de um conjunto de técnicas e ferramentas que convidam a comunidade a refletir sobre seu contexto, expressando-o, dentre outros, por meio da cartografia. Nos espaços de discussão criados pelos mapeamentos participativos, momentos históricos sobre a construção dos lugares e das paisagens são recordados, toponímias e significados são inseridos e revistos, conflitos territoriais e ambientais são debatidos, histórias são contadas e conhecimentos transmitidos, e é pelo ato de escutar ao outro, valorizar seus conhecimentos e se expressar com respeito, que o diálogo vai sendo construído.

Ao utilizar instrumentos cartográficos elaborados do ponto de vista dos índios (etnomapas), associados à etnografia e a bases cartográficas pré-existentes foi elaborado um banco de dados georreferenciados em Sistema de Informação Geográfica. Os SIGs constituem ferramentas de manipulação e caracterização de feições geográficas capazes de capturar, armazenar, organizar e combinar dados espaciais de naturezas diversas, por seu caráter interativo permite ser reajustada à medida que novos dados vão sendo construídos. Na perspectiva dos mapeamentos participativos, os etnomapas são construídos por um grupo de conhecedores locais¹ que vão inserindo os elementos no mapa à medida que discutem sobre o espaço e seus significados, representando-o com grande riqueza de detalhes.

O trabalho que realizamos junto com os Potiguara envolveu o cruzamento de técnicas como oficinas participativas para realização de croquis, diagramas históricos e de relações de poder (diagramas de Venn), a realização de caminhadas guiadas para mapear e conhecer o território, a realização de diálogos e a observação participante. Como produtos temos: etnomapas temáticos e um estudo etnoecológico sobre as categorias mapeadas. Abaixo apresentamos uma síntese das técnicas utilizadas, bem como o procedimento de campo da equipe.

¹ Chamamos aqui de “conhecedores locais” aquelas pessoas que participam do etnomapeamento e que localizam os elementos representados nos etnomapas, dar explicações sobre os lugares e paisagens representadas nos mesmos, bem como terem conhecimento sobre os recursos naturais, seus usos e significados, sobre a história local, organização social e modos de vida nas diferentes aldeias.



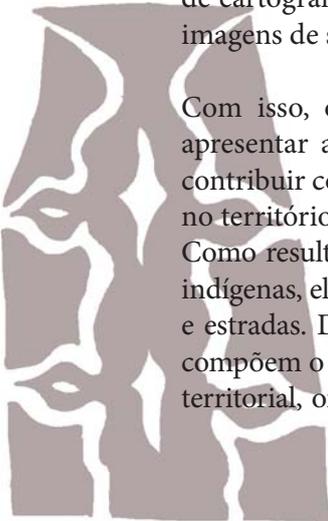


Antes de iniciar a pesquisa de campo – o estudo propriamente dito – realizamos um primeiro encontro com as lideranças indígenas e servidores da FUNAI para apresentar o estudo e também para esclarecer conceitos como “etnomapeamento”, “território” e “gestão territorial”, e planejar conjuntamente a agenda de trabalho.

Nesse encontro fizemos uma breve apresentação explicitando como estes instrumentos contribuiriam com o alcance dos objetivos do projeto, relatamos sobre experiências de trabalhos semelhantes realizados juntamente com outros povos indígenas, esclarecemos sobre a metodologia que pretendíamos utilizar e, conversamos sobre o cronograma e a logística das oficinas seguintes. A participação das pessoas foi intensa se revelando através de perguntas e comentários sobre os possíveis desdobramentos do trabalho, além de sugestões e temas a serem inseridos no mapeamento. Acordamos sobre a formação de dois grupos de trabalho para a realização das oficinas participativas: um reunindo as aldeias das TIs Monte Mor e Jacaré São Domingos e outro reunindo as aldeias da TI Potiguara. A logística de transporte e alimentação para a realização das oficinas e para percorrer as terras indígenas ficou a cargo das lideranças e CTL de Baía da Traição e João Pessoa.

Por questões práticas, optamos por dividir nosso trabalho de campo em dois momentos. No primeiro trabalhamos com as oficinas participativas e caminhadas guiadas pelo território Potiguara com vistas à realização do etnomapeamento; e no segundo momento, voltamos a campo para preencher as lacunas de informações e aprofundar em temas gerados nos etnomapas, tendo como principal recurso metodológico o diálogo livre e as caminhadas. Considerando que a observação ocorre o tempo todo, trabalhamos com o registro fotográfico e anotações no caderno de campo durante todo trabalho na área Potiguara.

A dinâmica das oficinas variou de acordo com o número de pessoas. Em Monte Mor (TI Monte Mor) e São Francisco (TI Potiguara) consideramos conveniente abordar noções de cartografia com enfoque em elementos importantes para o trabalho com etnomapas, imagens de satélite e demais produtos do sensoriamento remoto e GPS.



Com isso, objetivamos facilitar a compreensão sobre o processo de mapeamento e apresentar algumas tecnologias existentes. A introdução de tais temas também visou contribuir com o fomento de discussões sobre planejamento e uso dos recursos existentes no território Potiguara.

Como resultado dos grupos de trabalho temos os etnomapas de cada uma das três terras indígenas, elaborados sobre um papel contendo apenas os limites das TIs, os principais rios e estradas. Durante a elaboração dos desenhos, além da discussão sobre quais elementos compõem o território, os participantes trataram de questões como uso dos recursos, gestão territorial, organização social e relações interinstitucionais. Ao longo dessa rica discussão,



eles também trouxeram à tona possíveis alterações nas toponímias locais partindo do princípio de que alguns nomes atuais são resultado de um processo forçado de desterritorialização que ocorreu ao longo da história Potiguara, sendo esse o momento propício para resgatar a história dos lugares.

Ao fim de cada oficina buscamos a indicação de “conhecedores locais” para nos acompanhar no mapeamento no campo. Guiados por esses “conhecedores locais”, percorremos os ambientes das três terras indígenas georreferenciando elementos representados nos mapas construídos nas oficinas de etnomapeamento, bem como buscamos compreender a nomenclatura, a classificação e usos locais desses vários elementos: aldeias, lugares específicos, marcos naturais, corpos d’água, estradas, caminhos, paisagens, portos, roças, viveiros, camboas, matas, etc.

Além dos locais destacados pelos trabalhos de grupo, utilizamos os mapas das terras indígenas e a imagem de satélite para identificar áreas relevantes para mapeamento e para revisar diariamente o roteiro, considerando o surgimento de novas áreas. Para identificar lugares importantes não somente para a caracterização ambiental e econômica como para compreender significado cultural e simbólico, fomos guiados pelos mapeadores locais e registramos a localização destes lugares com receptor de dados do Sistema de Posicionamento Global (GPS). As coordenadas geográficas foram relacionadas aos registros fotográficos da paisagem, às breves caracterizações ambientais, explicações e teorias sobre a paisagem e as demais observações anotadas nos cadernos de campo ou registradas em gravador digital.

Nessas caminhadas guiadas visitamos algumas roças, canaviais, subimos o rio Mamanguape de canoa, fomos à nascente do rio Sinimbu, acompanhamos o trabalho de mariscagem, de farinha, estivemos em viveiros de camarão e ostra, entre outros.

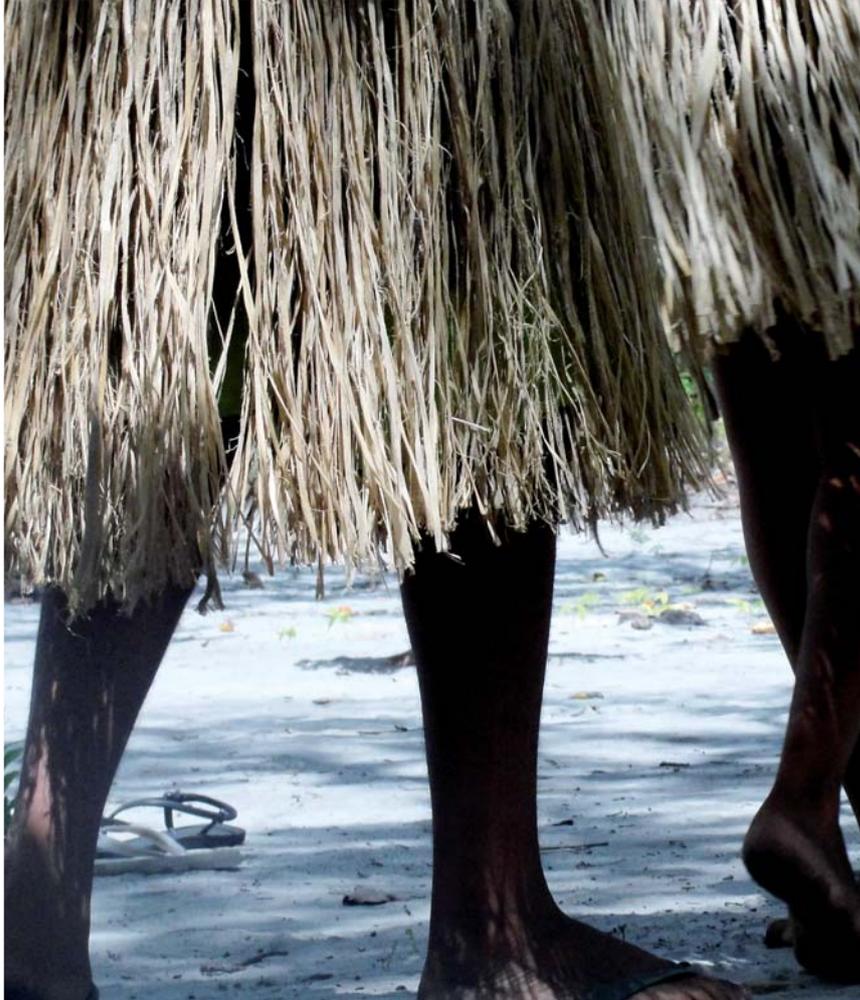
Realizamos pesquisa qualitativa baseada nos diálogos livres e temáticos realizados com inúmeros conhecedores previamente identificados. Entre os temas abordados nos diálogos destaca-se a classificação e dinâmica da paisagem, a etno-pedologia, o calendário agroextrativista pesqueiro e climático, cosmologias, manejo dos recursos naturais, às redes econômicas locais, disponibilidade de terras para agricultura e as

artes de saber fazer. A cada etapa do trabalho nos aproximamos mais do contexto local e das pessoas que o constroem, agregando corpo e consistência ao trabalho.

A elaboração dos mapas em ambiente SIG teve início com a transferência e organização dos dados obtidos em campo através das caminhadas guiadas e diálogos semi-estruturados. A cada dia de trabalho de campo os pontos de GPS eram transferidos para o computador através do programa GPS Track Maker Pro, para visualização imediata no Google Earth. Este procedimento auxiliou de forma significativa no planejamento conjunto do campo do dia seguinte. No software ArcMap os pontos de GPS (Sistema de Posicionamento Global), foram relacionados às informações sobre o território e suas paisagens, os registros fotográficos e os registros de áudio, conformando banco de dados georreferenciado que norteou a elaboração dos etnomapas.

Uma vez prontos, os etnomapas foram apresentados à comunidade, durante as atividades festivas em comemoração ao Dia do Índio. No dia das apresentações de Toré nas aldeias, montamos um painel expondo os etnomapas, os mapas temáticos das terras indígenas feitos nas oficinas participativas e fotos da realização do estudo. Assim, os participantes das festas puderam conferir os resultados preliminares do trabalho (aqueles que estiveram presentes nas oficinas e os que não estiveram também) fazendo correções, tirando dúvidas, fazendo críticas e dando sugestões para a melhoria do trabalho.





OS POTIGUARA

Os Potiguara fazem parte dos povos da família linguística Tupi. Hoje, falam o português e estão revitalizando o tupi na educação escolar indígena. E como todos os povos que vivem no Nordeste, possuem uma longa história de contato com a sociedade não indígena.

Com uma população de aproximadamente 19 mil indígenas entre habitantes das aldeias e das cidades de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, os Potiguara se concentram numa área do litoral norte paraibano situada entre os rios Camaratuba e Mamanguape. Um número não contabilizado de pessoas vive ainda em outras cidades como Mamanguape, João Pessoa e até mesmo no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Norte. O conjunto das aldeias constituem três Terras Indígenas (TIs) contíguas, perfazendo um total de 33.757 hectares. A TI Potiguara (população de 8.109 pessoas), a TI Jacaré de São Domingos (população de 449 pessoas) e a TI Potiguara de Monte Mór (população de 4.447 pessoas).

O território está situado sobre a área dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação. A rodovia PB-41 adentra as TIs Monte-Mor e Potiguara ligando a cidade de Rio Tinto a Baía da Traição. Outras estradas de terra recortam o território indígena fazendo a ligação das aldeias entre si e dessas com os centros urbanos. Além de contar com a infraestrutura dos centros urbanos, a maioria das aldeias possui uma escola de ensino básico, um posto de saúde e casas de farinha. Além disso, muitas aldeias possuem igrejas sendo duas delas símbolos históricos e territoriais: a igreja de São Miguel, da aldeia de mesmo nome, e a de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila de Monte-Mor.

Os Potiguara, provavelmente, são os únicos dentre os povos indígenas situados no Brasil a viver no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores há 500 anos². A bibliografia e os documentos sobre a história do atual Estado da Paraíba evidenciam, desde as notícias mais remotas após o descobrimento do Brasil, à presença dos Potiguara no litoral paraibano e, mais notadamente, na Baía da Traição. A permanência, contudo se deu a custa de resistência às investidas de diversos invasores. Os Potiguara

² CAMPANILI, Maura. No mesmo lugar, desde o descobrimento. Maura Campanili. Disponível: <http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao58/potiguara.html> [acessado em 16 ago. 2010].



resistiram às tentativas de conquista de seu território guerreando bravamente e por meio de diversas formas de resistência e indigenização de elementos da cultura ocidental, do branco.

As terras dos Potiguara, em sua história mais recente, foram ocupadas por grandes proprietários, dentre eles a poderosa família Lundgren, donos da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), conhecida no Brasil inteiro por meio da cadeia de lojas “Casas Pernambucanas”, acelerando o processo invasão do território indígena e de destruição dos ambientes. A fábrica de tecidos se instalou às margens do rio Mamanguape, limite sul do atual território indígena. Em 1918, iniciaram a drenagem e canalização das águas de uma lagoa ali existente, derrubaram a mata e abriram os primeiros caminhos. No final de 1925 a Companhia começou a funcionar tendo se apropriado de grande parte do território indígena. Ela passa a atrair mão-de-obra empregando muitos potiguaras na construção de roçados e na abertura e conservação de estradas e caminhos³.

³ AMORIM, Paulo Marcos de. Índios camponeses: os potiguara de Bahia da Traição. Dissertação (mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1970.

A Companhia Rio Tinto invadiu enormes extensões da área indígena, principalmente para cortar madeira de lei para a construção da fábrica, e de lenha para alimentar suas máquinas. Grande parte da madeira das matas, hoje quase inexistentes, começou a ser sobre-explorada na época da Companhia. A época da chegada da fábrica de tecidos é lembrada como um período de muita violência e terror. Os índios eram expulsos de suas terras e os que resistiam eram reprimidos com violência pelos funcionários da empresa. As roças eram destruídas e o acesso aos recursos ambientais foi restringido, como rememoram os mais velhos:

Ainda na década de 30, o Serviço de Proteção ao Índio instalou um posto indígena na aldeia São Francisco. Na ocasião, o encarregado do posto denunciava, que as matas da região estavam sendo devastadas devido à grande quantidade de árvores derrubadas para o fornecimento de madeira à indústria têxtil. O corte intensivo de madeira estaria causando, segundo o encarregado, a extinção da caça e o prejuízo à proteção das nascentes. Na década de 70 a indústria já ocupava uma área de 80 Km² da antiga Sesmaria incluindo “terras de tabuleiro e matas, repletas de madeiras valiosas”⁴.

⁴ AMORIM, 1970, p. 42

De acordo com a memória dos Potiguara, a maior destruição das matas e tabuleiros viria acontecer com a chegada das usinas de cana-de-açúcar a partir de fins dos anos 70. Antes de falar sobre a época das usinas, contudo, cabe citar a transformação da Vila de Baía da Traição em cidade turística como um evento que também contribuiu para a configuração do território indígena⁵. O local foi transformado em instância de veraneio no início da década de 70 de pessoas ricas e

⁵ MOONEN, 2008

influentes de João Pessoa, Campina Grande, Sapé, Mamanguape e Rio Tinto.

Na década de 80, quando a área indígena Potiguara veio a ser demarcada, foram excluídos dela 250 ha reservados à expansão da cidade. Apesar de tudo, a relação entre os Potiguara e a cidade de Baía da Traição sempre foi pacífica, haja vista que a cidade também faz parte do histórico de habitar de muitas pessoas.

Os anos 70 e 80 são marcados pelo aumento da pressão sobre o território indígena com a instalação definitiva das destilarias de álcool na região, tendo consequências mais drásticas sobre a comunidade indígena. Primeiro porque foi permitida a implantação da agroindústria dentro do território Potiguara, às margens do rio Camaratuba, em meio a toda a mobilização dos índios pela demarcação da área. E segundo porque a instalação das usinas não foi um fato isolado, mas fazia parte do contexto do Programa Nacional do Álcool lançado em 1975 pelo governo brasileiro. Assim, algumas dezenas de plantadores de cana-de-açúcar invadiram o território Potiguara para produzir a matéria prima para as destilarias. A plantação da cana ocupou a maior parte do que originalmente eram as matas e os tabuleiros, desmatando-os e limitando áreas de coleta de mangaba, caju e batibutá, só para citar o mínimo.

“No nosso quintal ao invés de ter um pé de manga, um pé de caju, a gente tinha um pé de sucupira , um pé de sete casco, um vira preta, um pé de goti, era o que a gente tinha no quintal, era árvore nativa da época. Aí depois com a passada da terra que a Companhia passou para a usina,...nos anos 80, aí derrubaram, toda a área de mato e recuo a área de quintal que a gente tinha que era a existência que ninguém dividia limite porque utilizavam pra tira lenha, pra cozinha, pra pega fruta essa coisas aí do mato pra caça”. (Moradora da aldeia Três Rios)

A partir daí as atividades de pesca e mariscagem também foram prejudicadas, uma vez que as usinas ao despejar o vinhoto nos rios causavam grande mortandade de peixes, crustáceos e moluscos.

Em poucos anos, o território Potiguara estariam ocupado de canaviais. Os Potiguara, a partir de então, iniciam um processo de auto-demarcação do

⁶ AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de. A Terra como nossa: uma análise de processos políticos na construção da terra Potiguara. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986. p. 55



território recorrendo à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a obtenção de apoio técnico na empreitada. Em 1981, o governador da Paraíba determina que um órgão da Secretaria de Agricultura elabore um projeto de desenvolvimento para as famílias da reserva de Baía da Traição⁶, que ficou conhecido como Projeto Integrado. Setores da igreja consideraram a atitude uma manobra para desviar a atenção da luta indígena pela posse da terra e debateram com os índios no sentido de não aceitarem a proposta.

Finalmente nos anos de 1983 e 1984, o trabalho de demarcação da área é concluído, delimitando um território de 21.238 ha. Tal demarcação excluiu a antiga sesmaria de Monte-Mor, onde havia “propriedades” da Cia de Tecidos Rio Tinto e de algumas usinas. Também outras localidades habitadas pelos Potiguara como Lagoa Grande e Grupiúna ficaram de fora, bem como a cidade de Baía da Traição e área de reserva do manguezal do rio Mamanguape.

As aldeias Jacaré de São Domingos e Grupiúna se mobilizaram no sentido de reivindicar o reconhecimento do território tradicional, sendo homologada em 1993. Monte-Mor foi o terceiro território a ser reconquistado. No sentido inverso, os Potiguara passaram a “empurrar” os canais pra fora do seu território. A “retomada”, como dizem, foi feita com a substituição do canal pelo plantio de “roça”. O início do processo de retomada foi em 2003 quando nove barracas foram armadas na borda da cidade de Marcação em áreas de canal.

“A retomada foi pra plantar roça. Isso tudo aqui era roça aqui. Onde hoje tá tendo casa, isso aqui tudo era roça depois da retomada que a gente fez. Tudo era roça, tudo. Aí vão fazendo as casa, fazendo os seus sítio e a gente vamos andando mais pra frente e deixando o local dos seus sítio e pegando outros terreno já pra fazer plantação de roça”. (Liderança de Três Rios).

A demarcação das terras indígenas, por um lado, representa uma grande conquista de uma luta histórica, mas por outro, não impede o avanço da cana, maior ameaça à sustentabilidade do território atualmente, uma vez que alguns Potiguara associam-se aos usineiros na implantação das monoculturas. Por isso, nas décadas de 80 e 90 a criação de unidades de conservação na região buscou proteger fragmentos de Mata Atlântica remanescentes, com a criação da RESEC Mata do Rio Vermelho em 1984, da ARIE Mamanguape em 1985, da REBIO Guaribas em 1990 e da APA Barra do Rio Mamanguape em 1993.

Desde meados da década de 1990, com o incentivo de empresas privadas que vêm



investindo na carcinicultura no litoral do nordeste brasileiro, algumas famílias Potiguara têm construído tanques para a produção de camarão sobre áreas de manguezais nas margens próximas a foz do rio Mamanguape. Esse tem sido um dos principais pontos de conflito entre comunidade indígena e Ibama, uma vez que a carcinicultura está sendo desenvolvida numa área de sobreposição da APA e da TI⁷.

Desse modo vem se configurando o mosaico ambiental no qual consiste o território dos Potiguara. A seguir veremos como percebem o e ambiente tal como ele é hoje. Em outros capítulos daremos destaque para temas introduzidos aqui como os conflitos, a agroindústria da cana-de-açúcar, entre outros, na gestão territorial.

⁷ LIEDKE, Alice Rubini. A atuação do Ministério Público Federal em contextos de lutas pelo reconhecimento dos direitos indígenas no vale do rio Mamanguape, litoral norte, PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007

PERFIL TOPOGRÁFICO E ATRIBUTOS DA PAISAGEM

RELEVO	AMBIENTE	Solo	PRINCIPAIS Usos
Vale do Mamanguape	Apicum	Lama	pescaria e coleta
BAIXA	Lama com areia	Areia com lama	roça, coleta e pasto
LADEIRA	Pau	Barro	roça, coleta e pasto
CHÃ	Capoeira fina	Areia preta / Barro	cana e roça
GROTA	Canavial	Barro	roça e coleta
CHÃ	Mata Capoeira fina Carrasco	Barro	roça e coleta
BAIXIO	Canavial	Areia preta / Barro	cana e roça
CHÃ	Tabuleiro com Fontinha	Areia Branca	Coleta vegetal
BAIXIO	Lama com areia	Barro	roça, coleta e pasto
BAIXIO	Roça	Barro	Extrativismo
CHÃ	Mata Capoeira fina Carrasco	Barro	Coleta, roça e pasto
CHÃ	Tabuleiro com Fontinha	Areia Branca	Coleta, roça e pasto
CHÃ	Canavial	Areia preta / Barro	cana e roça
LADEIRA	Sitios e quintais	Areia preta / Barro	Coleta, roça e pasto
BAIXA	Pantanal	Lama com areia	Pescaria, coleta, pasto e roça
Vale do Camaratuba			



OS AMBIENTES

Os Potiguara possuem um conhecimento acurado sobre os diferentes ambientes de seu território. Este conhecimento é fruto de uma larga história de sociabilidade com o espaço territorial, com os humanos e outros seres e entidades que coabitam com eles. Conhecimentos oriundos não apenas da experiência produtiva na busca por alimento ou produtos para comercialização, mas de uma vivência emotiva que gera uma relação de responsabilidade e pertença perante os ambientes, bem como pela obtenção do conhecimento pelo mero prazer de conhecer.

Um refinado conhecimento sobre a inter-relação entre o relevo, a terra, a vegetação, a fauna e os corpos d'água. Conhecimento, este, que orienta as tomadas de decisões sobre o uso dos espaços e que estão relacionados também com os conhecimentos do tempo em seus aspectos climáticos, estacionais, astronômicos e biológicos.

Relação entre relevo, terra e ambientes na variação topográfica nas terras indígenas Potiguara, segundo os conhecimentos indígenas

Posição no relevo	Tipo de solo	Ambientes
Morro	Areia preta com barro/Barro vernalho	Mata, Capoeiras
Chã	Areia preta com barro Areia Branca	Mata, Capoeiras, Roça, Cana, Casas Tabuleiro, Fontainha, Cana, Roça, Casas
Vale		
Ladeira	Areia preta com barro/ Barro vermelho/ Piçarro Areia preta com barro	Mata, Capoeira, Roça, Cana
Baixio	Lama com areia Massapê Lama com areia Lama e areia Areia com lama Lama	Mata, Capoeira, Rça, Cana, Casas Paú Várzea Pantanal Apicum Mangue
Grota	Barro vermelho	Mata
Praia	Areia amarela	Praia
Barreira	Barro vermelho/Barro branco	Praia
Maré	Areia com lama	Croa
Barra	Pedral	Arrecifes



Os ambientes são conformados, percebidos e vivenciados enquanto “lugares”. Estes “lugares” foram construídos ao longo das histórias individuais e coletivas dos Potiguara com os seres que vivem nos ambientes, bem como com agentes externos que atuam em seu território. Portanto, como veremos a seguir, a forma de ocupação e de organização sócio-espacial do ambiente está ligada tanto ao conhecimento de seus aspectos ecológicos, quanto ao aspecto do habitar e vivenciar, está ligada às relações da produção do alimento e da nutrição, à responsabilidade pelos lugares, às relações de parentesco e políticas. Isto conforma o que conhecemos por “perceber”, “conhecer” e “gerir” o território Potiguara.

Olhando os mapas parece que estamos diante de um mosaico de ambientes. No entanto predominam nas terras indígenas, ambientes intensamente manejados, como os canaviais (cerca de 10.000 ha), áreas de capoeiras, roças e pastos (cerca de 5.100 ha), capoeiras finas e carrasco (cerca de 4.800 ha) e quintais e sítios (cerca de 1.300 ha). As áreas com floresta de maior porte e tabuleiros representam juntas cerca de 8.400 hectares e o paú cobre cerca de 1.900 hectares, dos 33.757 ha que totalizam as três Terras Indígenas.

A TERRA

As terras são nomeadas pelos conhecedores indígenas primeiramente quanto a textura, podendo ser areia, barro ou lama. Há outros tipos como massapê, tumbatinga, piçarro e cabeça de carneira, que são misturas dos três principais. Os tipos de terra variam ao longo do relevo e da profundidade.

Os tipos de areia ocorrem nas cores amarela, vermelha, branca e preta. Os tipos de barro ocorrem em grande parte do território na maior parte das vezes em horizontes mais profundos, exceto em ladeiras quando afloram. Existem barros amarelo, vermelho, branco, acinzentado e preto. O massapê é um tipo de barro que ocorre em horizontes profundos, sua coloração vai do acinzentado ao preto, sendo este raramente encontrado. A tumbatinga⁸ ou tabatinga é o barro branco, encontrado em raros pontos do território, geralmente em camadas profundas do paú. O massapê aparece nas camadas mais superficiais. O piçarro é o tipo de terra caracterizado pela mistura de barro com pedrinhas que aparece nos horizontes mais profundos.

A terra é percebida como uma mistura de diversos tipos. Desta forma teríamos denominações como lama com areia ou areia preta com barro.

⁸ Tinga = branco, em tupi-guarani.



Quanto à estrutura da terra, os Potiguara utilizam os termos soltos e gomentos, sendo em geral as areias mais soltas e os barros mais gomentos. Em termos de umidade são identificadas terras secas e molhadas, definidas com base na capacidade de retenção de água. Quanto à consistência são denominados por moles ou duros, sendo um dos critérios considerados na escolha das áreas para utilização agrícola. Como exemplo, temos: “paũ é mole, mole demais, a várzea é mole com seco”. Da mesma forma ocorre com o paũ areiado: “No paũ planta macaxeira, milho, feijão em área que seja paũ areiado, misturado lama com areia.”(Morador de Três Rios)



Percepção sobre o relevo

A percepção das feições do relevo e da sua intrínseca relação com a vegetação, os solos e os rios é claramente definida na visão dos Potiguara. O relevo esta subdividido em chãs, ladeiras, baixios e grotas, formando os paús.

No alto está a chã, denominação geral atribuída a áreas planas, onde concentram-se as maiores altitudes das terras Potiguara (na literatura científica este é denominado de Tabuleiro). Os chãs localizados entre os rios Camaratuba e Mamanguape apresentam altitudes maiores que as adjacências, tanto ao norte como ao sul. As chãs são dominadas por tabuleiros, por fragmentos de mata e carrasco e enclaves de fontainha.

Os vales compreendem o conjunto formado pelos baixios e ladeiras, interrompendo a continuidade das chãs. A ladeira é a feição inclinada do relevo que corresponde à transição entre o baixio e o chã. A declividade das ladeiras determina a diferença entre os baixios, mais íngremes, e as grotas ou grotões, pequenas depressões nos tabuleiros. O grau de inclinação é considerado um dos aspectos que dificulta o desmatamento das matas, capoeiras e carrascos para o plantio de cana.

Os Potiguara relacionam a formação de certos tipos de corpos d'água (rios) à topografia e tipo de solo. Por exemplo, distinguem os baixios secos dos baixios molhados, no primeiro não se acumula água e enquanto nos baixios molhados ou alagados ficam os paús. Além disso, diz-se que alguns baixios hoje secos, antigamente eram molhados e por eles corriam rios na época de chuvas. Os nomes dados aos baixios são determinados pelos nomes dos rios ou das matas que nele se encontram como, por exemplo Baixio da Encantada (devido ao rio da Encantada), Baixio do Badalo, Baixio do Taipe, Baixio do Jardim, Baixio do Morjeiro, entre outros.

Em pontos específicos do território encontram-se as furnas que são “grutas” que possuem estreita ligação com o sagrado. Existem aproximadamente 18 furnas, localizadas em São Francisco, Tracoeira e Silva de Belém. Estes locais são utilizados historicamente pelos Potiguara, pois acreditam que quando uma pessoa entra dentro de uma fuma ela “pega” a força da terra.

Os tabuleiros são encerrados na praia pelas abruptas barreiras, também chamadas de falésias, que ocorrem da Praia do Forte até as proximidades da barra do Rio Camaratuba, ao norte desta. Nas falésias ou barreiras próximas à Praia do Forte há um lugar que se chama Giz Branco, destacado devido às propriedades medicinais das águas que dali brotam.

Aproximando-nos da foz dos rios e dos fim dos tabuleiros em direção as praias, temos a formação de ambientes como croas e marisqueiras, barreiras, arrecifes e pesqueiros, cuja formação é explicada pela morfologia e força dos principais rios. A boca do rio corresponde à foz onde ocorre a troca entre o rio e o mar, onde os sedimentos transportados se depositam formando as croas. As camboas são os braços dos rios quando chegam no manguezal.

As pedreiras ou arrecifes são feições morfológicas que formam ambientes muito importantes para a pesca e coleta. Os arrecifes dividem as águas do mar condicionando os tipos de pesca. Próximo dos arrecifes e em alto mar também se formam bancos de areias e existem rochas que constituem os chamados pesqueiros.

Há uma oposição entre duas categorias ambientais principais quanto ao uso dos ambientes: o arisco e paú. Ambos são áreas com potencial para uso agrícola, cada uma com características específicas quanto a relevo, tipo de solo, umidade e cobertura vegetal. Por exemplo, devemos entender arisco como áreas de alto, onde predomina terra seca, geralmente areia misturada com outros tipos de terra, com diversos tipos de vegetação como mata, capoeiras e tabuleiros. Já o paú refere-se a um ambiente que integra tipos de terra molhada ou enlameada, típico de área que alaga periodicamente, com vegetação de mata ou várzea.

Em termos de potencial para o cultivo agrícola a terra é classificada como boa ou ruim dependendo da planta que se pretenda cultivar. Existem terras boas para coco, caju, abacaxi e a mangaba, porém ruins para a mandioca e para o feijão, como os tabuleiros, como por exemplo as áreas de Acajutibiró. Enquanto áreas de paũ, de barro e massamê são boas para mandioca, feijão, inhame, para a mangaba elas são ruins. Fala-se em terras com mais “sustança” do que outras e sendo assim são critérios importantes enquanto indicadores de áreas com potencial agrícola.

A fertilidade do solo e a aptidão são deduzidas de acordo com características de cada planta bem como pela idade das capoeiras, caracterizadas em terras cansadas e descansadas, seguindo o histórico de cultivo da terra. Nas matas, capoeiras e carrascos o acúmulo de matéria orgânica é percebido nas camadas superficiais. A terra escura e solta é chamado de mufumbo, correspondendo à serrapilheira, contribuindo para manter a umidade e fertilidade. Além destas áreas, o mufumbo é gerado em áreas domésticas como acontece em sítios e quintais, zelados diariamente, ajudando na manutenção da umidade e da fertilidade desses espaços.

Áreas de barro vermelho e areia preta com barro são apontadas como terras boas para fazer roça, mesmo quando encontram-se em níveis mais profundos. Muitos potiguaras se valem de bioindicadores para localizar áreas ricas em barro vermelho.

“Roça mesmo, a macaxeira, todo tipo de cultura que agente planta no barro ela dá melhor. Tanto é, pra tu vê é assim, que às vezes tem uns formigueiro, que ele já é muito grande aí quanto maior mais eles tiram aquele barro pra fora, fica aquela altura assim. Agente faz roçado naquele lugar do formigueiro, que a formiga busca o barro lá em baixo, ali agente já tem por certo de planta um pé de jerimum, de abóbora no caso, a macaxeira agente também já procura plantá por ali, que agente já sabe que vai dá bom, a banana essa pacovão ela gosta muito de barro também, agora a anã ela gosta mais do paũ, ela gosta muito de água, a banana anã, chama banana d’água.” (Morador de São Miguel)



Tipo de terra	Usos
Lama	coleta de caranguejos e siris, coleta de madeiras de mangue: Canoé , sapateiro, mangue manso
Lama e areia	capim manimbu, rabo de bugio(apicultura), criação de peixes e camarão, coleta de guaiamum (Apicum), mandioca, macaxeira, milho, feijão, jerimum, inhame, batata-doce, banana pacovã, verduras, temperos, dendê, ingá (Paū)
Areia	coco, caju, abacaxi, batibuta, mangaba, massaranduba, murici, capim colchão, alecrim,
Areia e Barro	cana, maracujá, coco,inhame mandioca, macaxeira, milho, feijão de arranca, batata-doce, Jerimum, mamão, feijão de corda
Barro	maracujá, coco,inhame mandioca, macaxeira, milho, feijão, batata-doce, Jerimum, frutíferas em geral.
Areia preta com barro	mamão, banana, mandioca, macaxeira, milho, feijão, inhame, batata-doce, açafraão, jerimum
Massapê	construção de casas e utensílios cerâmicos
Tumbatinga	construção de casas
Piçarro	mandioca, macaxeira, milho, feijão, inhame, batata-doce, mamão

As relações com a terra não se restringem ao potencial agrícola, dentre as práticas não agrícolas que envolvem o conhecimento Potiguara a respeito dos solos encontram-se diversas potencialidades, como a construção de casas e a confecção de utensílios cerâmicos.

O barro pode ser extraído do próprio quintal ou das redondezas. As construções nos fornecem importantes subsídios para a caracterização do tipo de solo que predomina em determinadas áreas. Assim, encontramos nas redondezas de Lagoa do Mato, casas mais avermelhadas, em Cumaru uma mistura de casas feitas com barro vermelho e amarelo, em São Francisco apesar da maioria das casas ser de barro amarelo encontramos casas com paredes mais acinzentadas e em Grupiúna dos Cândidos algumas casas de massapê que faz com que as paredes assumam tonalidades mais acinzentadas e apresentem fino acabamento devido à sua textura.

O barro bom para a cerâmica é um tipo específico de massapê, provavelmente pela predominância de argila sobre a areia caracterizando o barro como liguento, porém com certa resistência oferecida pela areia. As tonalidades que variam entre acinzentado e o preto diferenciam as características do massapê para a produção de cerâmica, provavelmente relacionadas ao teor de matéria orgânica.

“Agora quem faz cerâmica é só a Chica, ela usa massapê preto, só tem um pouco em Cumaru ela vai compra lá na cidade de capim lá depois do Mamanguape. O massapê ele racha e este barro aqui não racha quando está cozinhando, mas é o mesmo aspecto.” (Liderança de Monte-Mor)

A Sra. Chica é apontada como a única pessoa que ainda detêm a técnica da transformação do barro em cerâmica. Apesar disso, especialistas Potiguara consideram o potencial econômico da atividade devido à abundância de áreas de extração de diferentes tipos de barro na área. Vestígios cerâmicos foram encontrados nas proximidades de Silva e Acajutibiró de acordo com Seu Marcelino que acompanhou um levantamento arqueológico⁹ que ocorreu na região. A arte cerâmica é também cantada nos torés que sugerem experimentos feitos com argilas e com pigmentos naturais locais:

“...Quem pinto louça fina? Foi a flor da maravilha....quem era a flor da maravilha? ...aí aquele louco marido de Sandra Moura, levou um bocado de flor de maravilha, tirou o pigmento e levou a nossa cerâmica branca dali da vila e pintou a cerâmica e ficou uma coisa linda!”

⁹ O projeto de “Busca pré-histórica na Reserva Indígena Potiguara”, buscou identificar, levantar e mapear os possíveis sítios arqueológicos (pré e proto-históricos) existentes no território indígena.

Degradação dos solos

A degradação do solo foi um tema abordado em inúmeras ocasiões, se destacando como temática nas oficinas e entrevistas sobre o uso da terra, expressando problemas de contaminação dos rios e solos por agrotóxicos, assoreamento e erosão.

A erosão tem se apresentado em todas as suas formas, lavando os solos e levando sedimentos para os rios e demais corpos d'água. Apesar da erosão ser identificada em diversos pontos do território sob a forma de ravinas e pequenas voçorocas, é em Jaraguá que se encontra a maior expressão da erosão em território Potiguara, é o “Buraco do Padre”, localizado ao lado da igreja. Neste caso, a causa, como relatam, é a retirada da vegetação e construção da estrada. A descrição de uma liderança de Monte-Mor pode oferecer pistas para acompanhar a evolução da voçoroca e tomar medidas de contenção e recuperação da área.

Os principais problemas percebidos como ocasionados com a erosão dos solos são o assoreamento dos córregos, rios, e lagoas que tem como uma das principais origens o mau uso da terra e o desmatamento. Para remediar o problema do assoreamento nos principais rios que banham as TIs, e em alguns casos aumentar a produtividade dos paús, foram realizadas dragagens. O Rio Mamanguape teve seu curso desviado em prol do desenvolvimento de Rio Tinto, formando o canal conhecido como Rio da Draga, alterando o fluxo da água e eliminando seus meandros¹⁰. O Rio Sinimbu, que nasce com o nome de Rio das Avencas no território da aldeia São Francisco, já foi dragado três vezes em ocasiões de assoreamento intenso impedindo a agricultura no seu paú. O Rio Estiva também foi dragado, e a percepção dos moradores locais sobre o impacto ocorrido foi a drástica diminuição dos peixes. As percepções sobre a dragagem feita no Rio Camaratuba, estão relacionadas com alterações na dinâmica da paisagem e no estoque de camarões a principal fonte de renda local, principalmente da aldeia Cumaru.

¹⁰ NISHIDA, A. 1998. Análise preliminar das áreas de mangue situadas nas proximidades de Rio Tinto e que se encontram em avançado processo de degradação.



ÁGUA, ENTRE OS RIOS E O MAR

O mar, a maré, os rios, córregos e lagoas são ambientes percebidos e vivenciados pela sua integração entre si. O mar é a amplitude de água salgada onde os Potiguara se lançam em jangadas, botes ou barcos para a pesca artesanal de peixes e lagostas junto com parentes ou com não índios. É um espaço regido por um encantado, pela sereia do mar (ou mulher cobra). O ambiente marinho é subdivido em “alto mar e costa”, percebidos como ambientes diferentes da barra ou da maré, principalmente devido às diferenças notadas no gradiente de salinidade, profundidade e turbidez da água. Na parte costeira encontram-se os arrecifes ou pedras, onde é comum a coleta do apreciado aratu de pedra e a pesca com vara e anzol. No mar os pescadores identificam e demarcam os pesqueiros, como o Cabeço e a Pedra Solteira, que devido ao fundo de pedra ou a presença de algum banco de areia proporciona o habitat para a presença de espécies e a aglomeração de cardumes de peixes.

Os rios e córregos ou riachos de água doce, se constituem como uma trama que perpassa todas as terras indígenas. Alguns córregos e lagoas ficam secos durante o período de seca. Assim como o mar os ambientes de água doce são regidos ou controlados por um encantado, a mãe d’água do rio, que pode ser percebida como o mesmo encantado do mar. Os maiores rios que margeiam o território dos Potiguara são o Mamanguape e o Camaratuba. Outros rios como o Silva, Estiva, Grupiúna, Vermelho, Gelo, Encantada, Sinimbu, Arrepiá e Gozo, perpassam todo território e possuem suas nascentes dentro dele, geralmente nas grotas ou nos tabuleiros de fontainha. As principais lagoas são a da Encantada, Canário e da Barra. Dentro do território há cachoeiras como a da Mata do Rio Vermelho.

A maré corresponde à região estuarina que liga o mar aos rios. É o local que devido à influência das marés têm uma dinâmica e movimentos diários e que abrange todo manguezal e a foz do rio. É na maré que ocorre a pesca, a mariscagem e demais coletas, e é na observação de seu movimento que são tomadas as decisões de pesca e coleta. Na maré se formam as croas e a marisqueira. As croas são bancos de areia que servem como área de pesca de algumas espécies de peixe e de marisco. Algumas croas, no saída do manguê,

devido a mistura com a lama, formam um ambiente favorável para a formação do que denominam de marisqueira, que é constantemente coletado para a comercialização e o autoconsumo. É na maré que vive e se reproduz o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) - mamífero aquático considerado seriamente ameaçado de extinção, no litoral nordeste do Brasil, o que despertou especial interesse na conservação do habitat da espécie. Os Potiguara explicam que áreas impermeáveis dos tabuleiros, ou na linguagem local, áreas onde predominam as cabeças de carneira (tipos de rochas sedimentares), são favoráveis à formação de fontainhas. A importância delas deve-se ao fato de que alguns rios menores nascem em áreas de fontainhas. Segue abaixo, uma descrição de uma liderança de Três Rios bastante ilustrativa do que é a fontainha e de sua importância para o fornecimento de água:

“Com 50 cm, menos de 1 metro, ela dá água. Dá água assim ela é uma cacimba no tabuleiro. Aquela aldeia ali de Oliveira, chama de Ybykoara, aquele conjunto ali tudo ali dá água, pode cava ali em qualquer quintal daquele ali, meio metro, um metro tá dando água. Não chega um metro não, pode cava até na parede da casa que dá água, porque ali agente chama de fontainha. Pode olha que ali é inverno a verão molhado. Que agente viu aqui uma cacimba, lá já é uma cacimba feita. Ela fica, ali mesmo fica de inverno a verão. Quando não tinha água encanada, as águas eram o rio, e pra chegar mais ligeiro eram as cacimba”.

As águas do subsolo também são utilizadas em diversos locais do território Potiguara, com a abertura de cacimbas cavadas nas margens dos mangues e paús, em áreas onde sabem da existência e da profundidade do lençol freático. As águas dessas cacimbas são usadas frequentemente para o consumo, como podemos observar no porto de Marcação, localizado em ponto estratégico se considerarmos o fluxo de trabalhadores que podem usufruir desta fonte. As cacimbas são pontos onde o lençol freático é mais aflorado, geralmente nos tabuleiros ou nos paús, e que possui água límpida e ideal para se beber. As cacimbas são “lugares”, uma vez que são construídas, manejadas e nomeadas. Elas são encontradas espalhadas por todo o território.



Poluição: usinas, fábrica de baterias e seus rejeitos

Os símbolos que representam as usinas de cana-de-açúcar nos mapas correspondem à localização aproximada das usinas do entorno que mais influenciam e impactam as terras indígenas. No total são quatro usinas voltadas para produção de biocombustível ou açúcar, que atuam e incidem no território.

A presença da usina nas imediações das terras indígenas é marcada como mais um impacto de alto potencial poluidor. Os rejeitos da usina, a calda, se referem principalmente ao vinhoto despejado nos rio Mamanguape e Camaratuba. O lançamento de vinhoto nos rios, segundo relatos dos Potiguara alteram significativamente a qualidade de suas águas, bem como a população e o ciclo de vida da fauna e da flora aquática e, por consequência, na economia e disponibilidade de alimentos, considerando que boa parte da alimentação Potiguara é proveniente dos recursos oferecidos pelos rios, mangues e mar. Na fala de moradores de Cumaru, Marcação, e de Monte-Mor vemos como eles relacionam a disponibilidade e fartura de camarão, de ostra e dos peixes com os impactos da calda sobre a sua produtividade,

“Aí vai de janeiro até...até, se não soltarem calda no rio, vai até dezembro, mesmo faltando chuva mais segura até dezembro. [E como é que é essa história da calda?] É uma usina que tem na cidade aqui de Mataraca, ela solta direto essa calda, e assim ela tem um cano que sai da usina pra dentro do rio Camaratuba, e ela despeja essa calda da usina com cem graus de temperatura, aí quando ela cai pra dentro do rio ela sai fumaçando. Aí a calda mata esses pés de ingá, que eram nas laterais do rio e mata muito camarão só o que não morre é o jacaré mas peixe e camarão morre, morre demais. Mas agora que eles tão aproveitando mais esse vinhoto, eles fazem alguns tanque e fica armazenando o vinhoto de lá”

“[Porque que tem menos peixe que antes?] “Por que os rios tão assoreados, vez em quando a usina arrebenta ali o balde de calda e cai no mamanguape e mata. E você vai lá no dia que vê os peixes tudo boiando tudo morto....vinhaça calda....nós tínhamos muitos peixes.”

A ação das usinas pode ser ainda considerada degradante do ponto de vista das relações sociais. Com a pesca e coleta afetadas pela poluição os Potiguara entregam-se aos trabalhos insalubres oferecidos pelas usinas no corte e queima da cana.

O despejo de dejetos tóxicos nos rios é também realizado por uma fábrica de baterias localizada nas proximidades da TI Jacaré de São Domingos, na BR 101. O destino dos rejeitos da produção de baterias é o Rio Silva afluente do Rio Estiva. A deposição destes rejeitos altamente tóxicos deve ser verificada em campo, por meio de visita ao local de origem dos rejeitos, verificação do processo de fabricação das baterias, além de comunicar o órgão ambiental responsável sobre o caso apontado e solicitar a análise das águas do Rio.

Os rios, riachos, lagoas, fontainhas e cacimbas de água doce são de fundamental importância para fornecimento de água para beber, para lavar roupa e para a pesca, mas suas nascentes e margens vêm sendo intensamente desmatadas, principalmente pela prática de plantio da cana-de-açúcar, gerando erosão e assoreamento dos mesmos.



MANGUE E APICUM

O mangue ou manguezal é identificado por ser uma área de mata de mangue que cresce sobre solo de lama acinzentada ou lama com areia. Assim como a mata, o mangue é um ambiente mais frequentado por homens para realizar pesca e a coleta de animais e no qual a “responsabilidade” pelos recursos deste ambiente ficam a cargo de entes como o pai-do-mangue e agentes ambientais (Ibama e ICMBio) com os quais os Potiguara tem que negociar acesso. Os manguezais de Mamanguape, ao sul, e de Camaratuba, ao norte do território Potiguara são de extrema importância produtiva e simbólica para os que vivem neste ambiente. Uma boa descrição do manguezal pode ser vista na seguinte colocação:

“o mangue, ele já recebe vamos dizer uma contribuição boa do mar, né? Que a água já desce salgada, as plantações de lá já é outra, só mangue manso, canoé e sapateiro mesmo e assim, é o acesso a ele não é bom, tem mangue que nem por isso, mas esse mangue daqui da gente, o nosso ele é muito ruim de andá nele que ele é muito fechado. Tem uns toco que a gente chama de porocotó que ele é bem agudo e ele machuca muito o pé”

No manguezal encontramos quatro tipos de mangue: mangue manso (*Laguncularia racemosa*), mangue de botão (*Conocarpus erectus*), mangue sapateiro (*Rhizophora mangle*) e duas variedades de mangue canoé (*Avicennia germinans*, *Avicennia schaweriana*) que se encontram distribuídos ao longo do manguezal. Os Potiguara contam que cada espécie distribui-se de forma diferenciada em decorrência das características ecológicas de cada parte do manguezal. Por exemplo, o mangue sapateiro é encontrado mais perto do mar. Já o mangue manso é encontrado em toda parte, espalhado, enquanto o canoé fica mais em áreas do mangue onde a lama se mistura com areia e o mangue de botão em áreas mais arenosas na borda do mangue. Além disto, o mangue manso é sempre encontrado misturado com sapateiro.

Os manguezais são recortados por “caminhos”, denominados localmente de camboas. As camboas são manejadas periodicamente, retirando-se tocos de pau de mangue e raízes poropotó, para que fiquem abertas e permitam a passagem de embarcações até o canal principal dos rios ou deste para fora do mangue. O início das camboas muitas vezes serve de porto de atracagem das canoas e de desembarque após a lida de trabalho nos manguezais e a sua foz, ou saída, consiste num ponto de pesca com rede.

O apicum, ou salina, corresponde a uma área de transição entre o manguezal e o paú. É percebido como uma área que sofre influência da salinidade da maré e caracterizada pela presença de um tipo de capim denominado de manimbu (*Cyperus* sp.) e por ser o habitat do caranguejo goiamum (*Cardisoma guanhumi*). A terra é uma mistura de areia com lama. Para algumas pessoas o apicum é o espaço ideal para a implantação de viveiros de camarão (carcinicultura). De fato, o mangue e o apicum são intensamente impactados por diversas atividades extrativistas, bem como pela poluição oriunda das usinas de cana-de-açúcar e pela carcinicultura nos apicuns e parte do manguezal.



Conflitos e impactos no manguezal

As unidades de conservação APA da Barra do Mamanguape e ARIE da Foz do Mamanguape são sobrepostas às Terras Indígenas Potiguara e Monte-Mor. Além delas há uma Reserva Ecológica do Rio Vermelho na TI Monte-Mor, cujos conflitos tratam principalmente da extração de madeira. A APA sobrepõe-se às terras indígenas afetando territórios das aldeias Acajutibiró, Caieira, Val, Camurupim, Tramataia, Brejinho, Três Rios, Jaraguá e Monte-Mor.

Salienta-se que a APA foi criada principalmente para garantir a conservação do habitat e proteger o Peixe-Boi Marinho e outras espécies sobre-exploradas como o Caranguejo-uçá, bem como garantir a conservação dos remanescentes de manguezal e mata atlântica e promover o uso sustentável dos recursos. A criação de uma APA, categoria de unidade de conservação de usos sustentável, estabelece algumas restrições que são impostas quanto à utilização dos recursos naturais nela existentes. A atuação do órgão fiscalizador para fazer cumprir suas regras é questionada e muitas vezes desrespeitada pelos Potiguara principalmente pela inexistência de espaços de diálogos e discussões sobre gestão dos recursos naturais. Este espaço é reivindicado tendo em vista a ocupação indígena anterior à instituição da APA.

Na maioria das vezes, a gestão mais rigorosa das unidades de conservação vem motivando no relativo fracasso da implantação das mesmas em locais de uso das populações indígenas. Isto decorre, muitas vezes, da divergência e contradição entre as formas técnico-científico e indígenas de perceber e se apropriar dos recursos naturais, bem como nos diferentes objetivos de destinação da área. Sem intenção de subestimar os conflitos e impactos de sobreposições como estas, sejam eles positivos ou negativos, nos restringiremos neste momento aos apontamentos feitos em campo pelos Potiguara em relação à situação.

O principal conflito entre o órgão ambiental fiscalizador e os Potiguara se dá pela existência de tanques de carcinicultura¹¹, de alto impacto socioambiental por não se adequar às exigências ambientais. Estes se concentram principalmente na área de abrangência das aldeias Tramataia e Camurupim, porém ocorrem em Caieira e Brejinho em menor quantidade. Para as famílias produtoras de camarão, a carcinicultura encontra as principais barreiras para o seu desenvolvimento na fiscalização e proibição do ICMBio, no entanto se considerarmos o território Potiguara como um todo veremos divergências de opiniões a este respeito.

Apesar de haver uma concordância a respeito dos impactos referentes à atividade carcinicultora, há o argumento que não cabe ao órgão somente licenciar e punir por atividades que consideram danosas à APA. Dentre seus objetivos está, também, a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida das populações locais.

“Então eles estão exigindo algo, claro que a lei garante eles exigir, mas a lei que garante eles exigir garante também a sobrevivência de um pessoal dentro de seu território. Então o que falta é buscar alternativas, concorda. Esse pessoal hoje usou motor mais potente por que e pra que? É necessário que se entenda isso. Então a APA, o Ibama não estão querendo entender isso, eles querem aplicar a lei, mas a lei que garante isso dele garante a uma população o direito a sua alimentação, não garante? A uma vida digna, correto? Então eles não tão respeitando também essa lei”

Além da carcinicultura outras ações do órgão ambiental são questionadas pelos Potiguara. Uma delas diz respeito aos acidentes que eventualmente podem ocorrer com os indivíduos de Peixe Boi, o que se constitui como um dos pontos relevantes para a implantação do órgão na região. No entanto o animal trafega na

mesma área que as canoas e barcos e onde são colocadas as redes de pesca. Segundo relatos, os Potiguara e demais ribeirinhos são punidos em caso de acidentes com tal espécie, ocasionando maiores desavenças.

Ainda se tratando da conservação da fauna há uma alta incidência de coleta de caranguejo com redinhas ameaçando o estoque produtivo e podendo levar a escassez, além de poluir o mangue. As redinhas são armadilhas confeccionadas com sacos de ráfia desfiados e trançados. Para capturar os caranguejos são colocadas as redinhas em cada buraco para quando o caranguejo sair ele ficar preso e ser capturado. Após o uso da redinha muitas vezes elas ficam no mangue que por não se degradarem ali ficam poluindo o ambiente e ameaçando a fauna residente. O impacto é percebido localmente pela diminuição gradativa dos caranguejos, desta forma lideranças Potiguara destacam a importância da atuação do Ibama, ressaltando a importância das periódicas limpezas realizadas no manguezal.

¹¹ Os empreendimentos carcinicultores estão presentes na APA tanto no interior das TIs como na parte externa. Mais especificamente nas margens do Rio Miriri foi instalada na década de 90 um empreendimento denominado Aquafer de propriedade da usina Jacuípe, com área de 39,1ha.



MATA

A mata é um ambiente que, mesmo intensamente degradado, não é completamente de responsabilidade e cuidados da comunidade, mas sim de uma rede formada por animais, seres encantados, como a comadre florzinha, e agentes ambientais do governo (Ibama, ICMBio) com os quais se “negocia” o acesso à fauna e aos recursos madeireiros. Ao mesmo tempo as matas são fontes indispensáveis de alimentos, lenha, madeira, cura, além de representar o espaço ideal de realização de rituais como o toré. Esta importância espiritual está expressa na seguinte fala:

“Agente índio quando se morre, eu creio o seguinte, que tanto que a gente ama as mata, a mãe natureza, a mãe terra, é da onde a gente se alimenta é da mãe terra, eu sinto tanto ela que na hora da gente fazer o ritual a gente tira os chinelo do pé que é pra sentir ela mesmo. Tem dia que como a gente tá aqui eu tô com o pé no chão mesmo, buscamos as forças das mata, então eu digo: o índio quando ele morre o lugar dele é as mata. Eu quando tô sem fazer nada aqui em casa, eu guardo um facãozinho e vou andar nas matas, tudo que agente faz é diferente do branco e nem ele vai permanece o quanto a gente permanece, nessas origem da gente, nessa religião da gente.” (Morador de São Francisco)

A mata é formada por paus (árvores) de médio a grande porte, além de emergentes que podem alcançar tamanhos maiores. Os fragmentos de matas remanescentes são encontrados no interior das grotas, baixios, nas encostas de morros ou formando pequenas ilhas no interior do território indígena. Algumas espécies são indicadoras deste ambiente segundo a percepção dos indígenas, representadas por espécies como: massaranduba (*Manilkara salzmanii*), pau d'arco (*Tabebuia sp.*), louro (*Ocotea sp.*), goiti (*Couepia sp.*), jitaí (*Apuleia sp.*), Sucupira (*Bowdichia virgilioides*), gameleira (*Ficus sp.*), jequitibá rosa (*Cariniana legalis*), pau brasil (*Caesalpinia echinata*), amesca (*Protium heptaphyllum*), imbirá (*Xylopia sp.*), imbiridiba (*Buchenavia capitata*), sete casco (indeterminado) e murici (*Byrsonima sp.*), dentre outras.



As matas são associadas à presença de mamíferos, os bichos, animais ou até caça como denominam, como tatu galinha (*Dasypus septemcinctus*), tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu de rabo mole (*Cabassous unicinctus*), capivaras (*Hydrochaeris hydrochaeris*), cotias (*Dasyprocta agouti*), guaxinins (*Procyon cancrivorus*), preá (*Galea spixii*), pacas (*Agouti paca*), macacos pregos (*Cebus apella*), preguiças (*Bradypus variegatus*), etc. Sendo algumas como a onça e veados já extintas na região. Podemos considerar a mata como “lugares”, nomeados de acordo com suas características físicas e históricas, como a Mata da Confusão, Mata do Abacate, Mata da Imbira, Mata da Guariba, Mata Redonda, Mata Escura, Mata do Boréu, Mata do Rio Vermelho, Mata do Badalo, Mata da Barreira e Mata do Arrepia.

O carrasco é um ambiente com características próprias e percebido como uma transição entre a mata e o tabuleiro, ao mesmo tempo em que denota um ambiente marcado pela interferência humana, um construto do manejo. O carrasco possui vegetação com porte mais baixo, com árvores de tronco finos e mais retorcidas, além de ser bem denso. As espécies indicadoras do carrasco são pau pereira (indeterminado), murici do carrasco (*Byrsonima* sp.), jitaí, sucupira, barbatenom (indeterminado), maçaranduba, pau pombo (*Hirtella ciliata*), cupiuba (*Tapirira guianensis*) cajueiro bravo e muitas outras que têm em mata ou em tabuleiro, só que mais finas ou mais novas. Dentre os animais, circulam mamíferos que habitam as matas, mas o carrasco é preferido por animais como o tejú, a cotia, a raposa e o tatu sendo a área de reprodução destes últimos. O solo associado a este ambiente é a areia branca com barro mais a fundo.





Impactos do Desmatamento

A categoria mapeada como “áreas degradadas” corresponde às áreas cuja vegetação original foi retirada e substituída primeiramente por cultivos diversificados no período que a Companhia de Tecidos dominava as Terras Potiguara e depois que as terras deram lugar aos canaviais, consolidando uma paisagem florestal fragmentada e solos degradados por cultivo de cana-de-açúcar. Nestes 30 anos de cultivo intenso da cana, muito se perdeu em termos de diversidade biológica e nutrientes do solo, além das significativas contribuições à erosão e assoreamento dos cursos d’água. As queimadas para a implantação dos canaviais acabaram com a maior parte das matas e tabuleiros existentes e conseqüentemente com as áreas de coleta, limitando as atividades econômicas fontes de alimento, além de toda a vida associada. Também consideramos nesta categoria as áreas ocupadas com roças, pastos e capoeira.

As “áreas sujeitas ao desmatamento”, correspondem a áreas de mata, tabuleiro ou carrasco com pressão de retirada de madeira, produção de carvão ou de expansão dos cultivos agrícolas, notadamente a cana-de-açúcar. São áreas vulneráveis às queimadas, intencionais ou acidentais, que ocorrem no processo de corte e queima da cana ou abertura de roçados. Alguns Potiguara consideram a falta de opção de sobrevivência como motivo para a pressão sobre os fragmentos.

Não há controle e regras definidas para conter as queimadas, aceiros na maioria das vezes são inexistentes, além de não existir equipamentos disponíveis e nenhum programa de combate ao fogo. Para alguns indígenas faltam ponderação e percepção geral sobre as conseqüências futuras da pressão sobre os últimos remanescentes florestais e de tabuleiro, como a perda de bosques energéticos, diminuição das mangabeiras e cajueiros e das caças, além de contribuir para assoreamento dos rios.

Nas áreas de Monte-Mor e Jacaré de São Domingos, os problemas estão mais relacionados à exploração de madeira nas últimas reservas de mata do território Potiguara. O fácil acesso aos fragmentos da Mata do Rio Vermelho (Reserva) e dos fragmentos que estão próximos à BR 101 facilita a exploração de madeira por invasores. Além destas áreas destacaram também fragmentos na porção norte da TI Potiguara, dentre eles: a Mata Redonda, Mata do Jardim e Mata Escura como fragmentos ameaçados pelo tráfico de madeira.



TABULEIRO

O tabuleiro é um ambiente de extrema importância para o modo de vida Potiguara. É encontrado, de forma mais abrangente nas chãs, mas também próximo às praias. Sua característica principal é ter espécies indicadoras como a mangabeira (*Hancornia speciosa*), o cajueiro manso (*Anacardium occidentale*), o cajueiro brabo (*Curatella americana*), batibutá (*Ouratea hexasperma*), massaranduba, ipê (*Tabebuia aurea*), murici do tabuleiro (*Byrsonima* sp), pau ferro (*Caesalpinia ferrea*), ameixa (Indeterminado), alecrim do mato (indeterminado), dentre outras espécies. Com destaque para a mangabeira. O solo predominante dos tabuleiros é a areia seca, com predominância de tabuleiros com areia branca e pequenas manchas de areia vermelha e amarela. A presença de fontainhas é outro atributo deste ambiente.

O uso intenso desse ambiente acarretou a substituição da maior parte da vegetação das áreas de mata, de tabuleiros e carrascos por cana, há também pastagens e roçados instalados sobre a chã. Atualmente os tabuleiros restringem-se a porções fragmentadas, utilizadas principalmente para a coleta e extrativismo vegetal. Os tabuleiros são vistos como ambientes que estão sendo altamente degradados, mas ao mesmo tempo se expandiram com a retirada das matas. Há uma percepção de que o desmatamento das matas, em solos arenosos, permitiu a expansão das mangabas e outras espécies de tabuleiro.

Destas espécies, sem sombra de dúvidas, a mangabeira tem um destaque no ponto de vista simbólico e econômico, como visto na seguinte frase: “Onde tem mangabeira nativa é tabuleiro”. Segundo informações levantadas e conforme o etnomapa indica, as aldeias onde predominam as mangabeiras são Jacaré São Domingos, Lagoa Grande, Estiva, Grupiúna, Ybikoara e Cumarú. Dizem também que entre Marcação e Caeira tinha um mangabeiral que foi destruído para plantação de cana. Importante salientar que os tabuleiros recebem nomes, como o tabuleiro da Seriema, de Baixo e de João Pegado, localizados na aldeia Jacaré de César.

Boa parte dos tabuleiros possui, ao se cavar, uma camada de areia preta e logo abaixo água, o que torna o ambiente muito frágil. Segundo o cacique de Três Rios, “quando você cavava você encontrava aquela areia preta, aquela água da fontainha, e hoje se você ver como os tabuleiros hoje são todos cercados por cana, sugaram tudo, aquilo ali ficou só o pó”. Além do afloramento e armazenamento hídrico, a fontainha é percebida pela predominância de capim-azul.

A fontainha é o diferenciador principal dos dois tipos de tabuleiro: o que fica na parte mais alta do relevo e o mais próximo da praia, que pode se chamado de restinga por algumas pessoas. O tabuleiro que fica na parte mais alta, diferente da praia, faz fontainha.

O paû, termo Tupi-guarani cujo significado é “estar no meio de; intervalo entre duas cousas; espaço intermédio”¹², coincidindo com a explicação de um especialista local onde “paû é em todo o entorno do rio, todos nossos rios aqui”, é um ambiente típico de área alagável, encharcada segundo dizem, durante certos períodos do ano ou após longas chuvas. Situa-se no complexo formado pelos rios, córregos e suas margens. Há segundo a classificação local dois tipos de ambientes que constituem o paû, a mata e a várzea.

¹² BUENO, S. 1998. Vocabulário Tupi-guarani Português. 6ªed.1998.

A mata é a parte arbórea do paû, onde predominavam árvores de grande porte com exposição de raízes e sapopemas. Hoje, devido a processos de desmatamento as árvores são menores e a mata mais rala. A área de mata do paû era a preferida para abertura de roça. Atualmente quase todo paû é uma capoeira e muitos preferem mantê-lo conservado a derrubar para abrir uma roça. A principal espécie indicadora da mata do paû é o golandi, que devido ao modo como se apresenta no paû, define a subunidade ambiental denominada Mata de Golandi, conforme relato abaixo,

“paû é em todo o entorno do rio, todos nossos rios aqui ainda temos mata de golandi aqui no Silva Velho, Tracoeira também. Mata de golandi fica dentro do paû. A nascente do rio Sinimbu é tudo mata de golandi, floresta atlântica com golandi. Agora mata bonita é lá em Silva Velho.” (Morador de São Francisco)

Outra espécie indicadora marcante é o dendê (*Elaeis oleifera*). A presença de dendezeiros demonstra a importância desta espécie e o manejo intenso deste ambiente ao longo dos tempos. Outras espécies indicadoras são capêra (indeterminado), quebra foíce (indeterminado) e munguba (*Eriotheca*). Na parte do sub-bosque encontramos pimentas de macaco. Já, a várzea é um ambiente do paû onde predomina capim nativo, junco (pipiri) e poucas aningas (*Montrichardia linifera*). Para a várzea ser denominada de paû, a mesma deve ter potencial agrícola, ou seja, ficar com a terra mole, seca e menos encharcada durante o verão. A várzea do rio Sinimbu comumente é utilizada para o pastoreio do gado.

A diferença entre o paû e o pantanal, principalmente o do Camaratuba, é que este último sempre tem água. Uma boa definição do pantanal foi dada por um morador de Cumaru:

“[Qual a diferença de um pantanal para um paû?] Olha eles são idênticos, sabe? Agora, só que no pantanal ele, tem mais possibilidade das plantas crescerem, né? E o paû ele é assim, mais seco, ele tem água mas não é como o pantanal. O pantanal ele tem água e aquelas planta que se dá com as água, no caso o ingá e a aninga dele cresce muito. O paû é onde mais a gente trabalha, aí não deixa as árvore não cresce o tanto que cresce dentro do pantanal.”

Em termos de fauna o pantanal é habitat de diversas espécies de peixes, além de ser reconhecido pela presença de jacaré, lontra e capivara. No pantanal se realiza a importante pesca do camarão com covô.

A terra do paû, da várzea e do pantanal é considerada a mesma, como nesta frase: “terra no paû é igual a da várzea. É uma só. É uma lama, é a lama preta, sempre é uma coisa só”. Em algumas partes o paû é areiado, misturando lama com areia, o que influencia a escolha dos cultivos do roçado a ser aberto.

ROÇAS, CAPOEIRAS E PASTOS

Muitas casas são construídas em terrenos que ficam próximos de rios e córregos que formam, na parte mais baixa do baixio, o paú. No paú são abertas as chamadas roças de paú e hortas, onde, durante o período do ano mais seco, se cultiva no solo mais enlameado e fértil. Estas roças geralmente são mais próximas das residências, e são cuidadas pelas mulheres, homens e jovens da casa. A roça de arisco, aberta nas áreas não alagáveis em solos arenosos, é praticada ao longo de todo o ano. A roça de arisco é aberta em capoeiras e áreas já degradadas, como ex-canaviais, em local mais distante das casas e geralmente o homem é o responsável pelo seu cuidado.

É comum encontrarmos roças de monoculturas, como roças de maracujá e de melancia, sendo uma prática mais recente e voltada exclusivamente para o mercado. Tensionando com as roças tem-se as plantações de cana ou o canavial. O canavial é evocado como uma prática responsável pela destruição da mata e dos tabuleiros, e pelo assoreamento dos rios, ao mesmo tempo em que “enriqueceu” poucas famílias e gerou conflitos internos.

¹³ Em tupi-guarani capoeira significa mato velho, que não existe mais.

Capoeira¹³ é o termo indígena que denota o processo de recomposição da vegetação, na dinâmica ecológica da paisagem, após a abertura de uma área de mata, tabuleiro ou de capoeira mais antiga para a prática agrícola, com o dizem “é um lugar que já foi mata”. A capoeira remete ao processo agrícola. Capoeira, apesar de ser o termo genericamente utilizado, refere-se a um estágio ainda bem inicial de crescimento da vegetação, com



cerca de um a dois anos e muita presença de ervas rasteiras como gengibre, arbustos e arvoretas. A capoeirinha ou capoeira fina já possui a presença de algumas árvores com caules finos, ainda apresentam-se muitos arbustos e as áreas são mais adensadas pela vegetação. O capoeirão ou capoeira grossa já corresponde a um estágio mais avançados de crescimento da vegetação onde as árvores de maior porte e mais grossas já substituíram as de menor porte e os arbustos. No capoeirão a vegetação já é bem fechada, com presença de cipós, e seu porte mais avançado faz com que muitas vezes as pessoas o denominem de mata. Na verdade chamar um capoeirão de mata não denota desconhecimento sobre este ambiente, mas sim a utilização de duas categorias nativas para um mesmo fenômeno devido a uma transformação da paisagem que praticamente aniquilou as florestas antes existentes.

Os pastos são áreas conformadas para a criação de gado. São áreas cercadas pela família ou por uma coletividade. Algumas áreas de pastagem são abertas e de livre acesso, como as várzeas do rio Sinimbu. O pasto é caracterizado pelo plantio da braquiária ou pela presença de gengibre, sendo que, quando apresenta muito gengibre ou muitas espécies de capoeira é denominado de pasto sujo, ao contrário de um pasto bem manejado e mantido apenas com braquiária.



Todos os ambientes e lugares apresentados estão ligados entre si e são dotados de significado numa relação em que a casa é central. Pode-se dizer que a casa ou tapera corresponde a um “lugar” central do habitar cotidiano no ambiente. Ao falarmos em casa estamos nos referindo à todo um conjunto articulado de espaços que estão dentro do terreno, como os terreiro em frente de uma casa, o quintal e os sítios nos fundos, a cozinha, as hortas e, muitas vezes, roças e casas de farinha. Uma liderança de Três Rios ilustra esse todo: “A gente fala “meu terreno tem isso”, né? No meu terreno eu construí uma casa e por trás da minha casa eu construí um sitiozinho no meu terreno, no meu quintal”.

Esse terreno, essa área, onde a casa é central é um espaço que liga as pessoas à prática de cultivar, de produzir alimentos, é o abrigo e está situada no território segundo relações de parentesco e amizade. Ou seja, configura-se uma situação de convivialidade e de residência entre parentes de mais de uma geração.

No momento em que se ocupa um espaço, o ato primeiro não é necessariamente o de erguer os alicerces da casa, mas sim de abrir uma clareira e implantar uma roça e, posteriormente, incluir frutíferas, conformando um sítio. Só após estas práticas e o estabelecimento de um sítio é que a construção da casa é finalizada. A expressão mais nítida deste processo de habitar se deu também no momento das retomadas e formação da aldeia Três Rios, onde os sítios foram sendo implantados enquanto muitas pessoas moravam ainda debaixo da lona, como expresso na fala de uma liderança de Três Rios,

“Essa aqui foi a primeira casa que foi feita dentro da aldeia. Esse sitiozinho aqui ele plantou com muito zelo, olha. Do primeiro da retomada só saiu daqui porque foi pra casa da mulher. Porque eu já plantei assim: eu plantei a roça e plantei por dentro, quando eu tirei a roça já tinha os coqueiro pra que eu segurasse a terra. Que não era pra gente plantar bem de raiz. Só era pra plantar só a roça. Eu falei: como é que a gente vai fazer uma retomada que é pra gente plantar só roça? Como é que a gente vai segurar essas terra? Aí eu pensei, comprei uns coco, peguei uns coco pra mudar. Eu com a roça já que ninguém queria eu dentro mais, plantei de carreira. Quando eu tirei a roça ficou o sitiozinho completo. A retomada foi pra plantar roça. Isso tudo aqui era roça aqui. Onde hoje tá tendo casa, isso aqui tudo era roça depois da retomada que a gente fez. Tudo era roça, tudo. Aí vão fazendo as casa, fazendo os seus sítio e a gente vai andando mais pra frente e deixando o local dos seus sítio e pegando outros terreno já pra fazer plantação de roça”.



A casa é feita utilizando-se de madeira retirada do mangue, principalmente a do tipo mangue sapateiro, e de madeira de capoeiras para caibros e varas, sendo posteriormente amarradas entre si com cipós. Sua estrutura (paredes, chão) é feita com barro liguento adquiridos no território, preenchendo e “colando” as aberturas e fissuras. O telhado, atualmente, é feito com telhas de fibrocimento (eternit) ou até de cerâmica. Este tipo de casa é denominado de casa de taipa. Quando este tipo de residência era coberto com capim manimbu e folhas de palmeiras, principalmente coqueiros, o que ainda ocorre, a casa era associada aos índios mais antigos. Há casas, principalmente de famílias com maior poder aquisitivo, que são construídas com alvenaria, telhas de cerâmica e pisos azulejados ou cimento.

Quase todas as casas possuem uma varanda na frente que é o espaço de socialização onde ocorrem visitas rápidas ou diálogos com pessoas que caminham pela rua, além de ser o primeiro local de acesso à residência. A varanda fica de frente para o terreiro, que é a parte do terreno que deve ser limpa constantemente e onde devem ser cultivadas e cuidadas plantas ornamentais, medicinais, bem como plantas que conferem proteção à casa e a seus moradores. É muito comum e interessante ver que em muitas há pelo menos um pé de jambo, que além dos frutos e do ornamento devido a sua beleza durante o período de florescimento, oferece sombra para conversas debaixo das árvores.

O quintal constitui um dos espaços mais importantes da casa. Como dito anteriormente o cultivo de plantas no quintal constitui a forma primordial de habitar e da noção de casa. No quintal são formados sítios por meio do cultivo de uma grande diversidade de pés de frutas, plantas condimentares e temperos, plantas ornamentais, árvores nativas para sombra e lenha, verduras, hortaliças e ervas medicinais para chás, banhos e rezas. Apesar da imensa diversidade encontrada, algumas plantas, principalmente pés de fruta como o coco, a manga, a jaca e o caju, destacam-se nos quintais de muitas das pessoas por sua importância e papel fundamental na ligação da noção de casa com o consumo de alimento, sendo uma marca fundamental do processo de transformar uma morada em um lugar. Há também o açafraão (urucum), que é hoje muito cultivado devido ao seu uso ritual como pintura corporal no toré e para fins comerciais. Articulado aos quintais encontramos hortas com o mais variado cultivo de temperos, condimentos e verduras (esta última geralmente para venda no mercado local). É muito comum vermos nos quintais e nos terreiros galinhas soltas ciscando restos de comida ou de ração dada pela responsável pela casa. Hoje o quintal também é percebido como um dos poucos espaços “florestados” no território Potiguara, como visto na seguinte frase *“Aqui têm mais mata plantada, que são os quintais, do que mata”*. A segurança e fartura de um quintal é observado na presença constante das crianças que brincam e se deleitam com as doces e suculentas frutas que ali se encontram.



As casas de farinha são construídas para a coletividade de parentes ou para servir a toda aldeia. A casa de farinha, como falaremos mais tarde, é um espaço importante de sociabilidade e de encontro entre as pessoas durante os trabalhos coletivos de produção de farinha de mandioca, de beijus, tapiocas e gomas, produtos oriundos da mandioca colhida nas roças. No entanto, muitas famílias não possuem mais casas de farinha, tendo que se utilizar da casa de farinha de outros parentes ou amigos, ou das casas coletivas da aldeia construídas pela Funai ou por programas de governo.



Lixão

O lixão é um local de deposição de lixo à céu aberto e sem qualquer tipo de controle ambiental e sanitário, e está presente no território Potiguará em diferentes locais, podendo estar em atividade ou abandonado. O lixo é proveniente das três terras indígenas e dos núcleos urbanos de Marcação e Baía da Traição, sendo um problema crescente e visivelmente impactante, no qual os locais de deposição estão na maioria das vezes relacionados à “favores políticos”.

Em algumas das aldeias e núcleos urbanos a coleta é realizada pela prefeitura e destinada aos lixões em atividade. Nas aldeias onde não há coleta o lixo, este é queimado ou enterrado no próprio quintal por ser uma das formas encontradas para destinar o próprio lixo, ainda que esta não seja considerada uma prática “adequada”. O material orgânico doméstico geralmente é utilizado na alimentação dos animais e enriquecimento do solo dos quintais, porém nas escolas e nos núcleos urbanos os restos alimentares são destinados aos lixões contribuindo para o mau cheiro, proliferação de ratos e doenças. O problema do lixo aumenta nas temporadas de turismo intenso, deixando a área em situação de “calamidade pública”.

Também foram mapeados pelos Potiguara elementos de relevância histórica e simbólica. Ao longo do território, perpassando os vários ambientes, encontramos esses “lugares”, os quais são pequenas áreas e pontos que possuem uma história de socialização entre as pessoas e destas com o espaço. São taperas, grotas, marcos e outros locais como os terreiros sagrados, furnas ou construções históricas e que se mantêm vivos e são vividos nos tempos atuais.

A conformação da casa como um lugar se deve particularmente ao nome que lhe é inscrito ao ser iniciada a ocupação, geralmente o nome do “chefe” da família extensa, o fundador do lugar, ou da mulher que é a responsável por cuidar do terreno em todo seu conjunto. O nome associa o lugar de residência à pessoa ao longo do tempo, mesmo quando esta morre e a casa se deteriora, este lugar permanece na memória e serve para identificação geral na paisagem. A identificação dos sítios, das roças e das casas pelo nome e/ou apelido do seu “dono” ou de seu fundador explicitam o interesse dos Potiguara em instituir uma singularidade de lugares e pessoas a partir da nomeação e uma relação de antiguidade da posse. Há uma frase de um morador da aldeia São Francisco que explicita esta “transformação” de uma casa dos antigos em lugares de referência cultural, as taperas:

Os morador daqui era muito antigo, então foram-se embora, abandonaram aqui porque era muito esquisito, mas ali onde os meninos ficaram, onde os hõme tão assentado ali em cima tinha umas tapera véia, pouco tempo depois de 1970 eles saíram tirando e foram para Cumarú. Tapera é onde agente mora, aí boto a casinha abaixo aí considera tapera. Aquele povoadozinho ali em baixo, onde nós moramos, ali é quase uma tapera, onde nosso povo mais velho morava, então aí vem os filho da gente constrói uma casa ali em cima aí agente diz, isso aqui foi uma tapera. Porque a gente diz: isso aqui foi uma tapera de parente fulano de tal.

As grotas, como a da Carneira, do Gurubu e Engole Vivo, dentre outras, além de uma categoria geomorfológica, são consideradas também “lugares” devido à sua morfologia, à presença de mata densa e por sua importância na história. Os marcos estão diretamente ligados ao processo de luta pela demarcação das terras indígenas e são locais que demonstram, segundo os índios, a presença Potiguara na região. Marcos como o da Massaranduba, do Cajazeiro, do Marfim, a Furna do Flamengo, o Itaepe, o Encantado e o São Bento (estes quatro últimos fora da área demarcada) são lembrados constantemente como os pontos que unem a identidade ao território indígena. As furnas estão espalhadas

por todo território, com maior concentração nas proximidades da aldeia São Francisco. São áreas de importância simbólica e ritual. Diz-se que nelas os antigos moravam e que algumas têm ligação entre si, formando um caminho secreto por debaixo da terra. Uma das furnas localiza-se no terreirão, onde é realizado o Toré da aldeia São Francisco. Em frente a ela são iniciadas as festividades, momento em que os caciques e lideranças falam sobre o evento, sobre seu povo e sua luta.



Outros lugares são identificados pela história de contato com o não índio, seja em termos de religiosidade, como as igrejas São Miguel e Nossa Senhora dos Prazeres, ou pela memória da dominação e exploração empreendida pela expropriação de suas terras e uso de mão de obra, como as construções da época da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), como o casarão e outras estruturas da cidade de Rio Tinto. O casarão, por exemplo, que era a residência da família Lundgren, proprietária da CTRT, atualmente é utilizado para a realização do Toré da aldeia Jaraguá.





CALENDÁRIO

Os Potiguara integram os conhecimentos sobre os aspectos ambientais às percepções e conhecimentos sobre o tempo. Estes conhecimentos envolvem os ciclos das estações do ano e as variações nos períodos de chuvas e secas, a astronomia e a dinâmica da lua, das estrelas e das marés, bem como a influência das estações e dos astros no comportamento faunístico, gerando indicadores biológicos temporais. Esta organização temporal está acoplada às práticas produtivas e aos eventos socioculturais anuais, bem como aos eventos históricos que marcaram o “ser Potiguara” no ambiente.

Durante o dia é observado, principalmente pelos pescadores, as fases da maré, assim denominadas: cheia, quando em seu ponto máximo de altura; vazante, em processo de diminuição; vazia, quando no ponto máximo de seca; e enchente, em processo de crescimento. É utilizado, também o movimento da lua durante o dia, sendo chamado de lua escura, quando à noite ela não se apresenta e lua clara, quando a lua aparece durante a noite.

O movimento cíclico das luas articula-se à forma de mensuração dos meses como tradicionalmente fazemos no calendário gregoriano (janeiro, fevereiro, março, abril...). Em média cada formato de lua se apresenta por sete dias e volta a aparecer após cerca de 28 a 30 dias. As luas são denominadas de nova, crescente, cheia e minguante. Estas fases da lua estão associadas aos fenômenos cíclicos mensais da maré, denominados de maré grande, quando a lua é nova ou cheia; e maré morta, quando a lua está na fase crescente ou minguante. O processo da maré variar de grande para morta denomina-se maré de quebramento e quando vai de morta para grande, maré de lançamento.

Os ciclos lunares, bem como os consequentes fenômenos das marés, têm uma importância ímpar para os Potiguara. Aqui selecionamos algumas conversas e impressões que demonstram esta refinada integração entre estações, luas e marés, no conhecimento indígena,

[Como é que é a força da lua?]. É assim lua nova vai crescendo, então ela tem força, é que nem a pessoa deixa uma galinha no tempo assim minguando, ir lá pega pra tira no tempo minguando, ela tá sem força. Agora se você põe ela na força da lua nova, ela vai tira é 25 dia, tá entendendo? Então naquela força da lua ela estoura os ovos não chega a espalha mesmo, é quebrando tá quebrando pintinho...parece que se movimenta dentro do ovo que chega a estoura. Então se diz assim, rapaz peguei a galinha com 15 ovos, criou todos os 15. Mas

porque foi que criou todos os 15? Aí diz assim, ou o galo que é muito bom, mas também tem a lua. Naquela lua o pinto sai saudável, na lua minguante o pinto sai sem força. (Morador de Acajutibiró)

[**Essa mesma força dá lua é a mesma força da maré?**] Não vê o mar crescendo? O mar tá crescendo na força da lua, a lua tá crescendo pra ser cheia. Os bicho anda, os animais anda mais na andada de caranguejo, é na força da lua.” (Morador de Três Rios)

“**Sobre maré de lançamento e maré de quebramento.** Esteja maré morta, esteja no ponto zero dela mesmo, ela tá maré morta, fica uma maré que chama uma maré chocha, empasovada. Quando a lua começa cresce, a maré vem, então chama-se maré de lançamento, ela vem lançando, vem lançando. Ela bota hoje aqui, quando é de madrugada ela tá aqui, então ela vai lançando a maré. Então ela chama maré de lançamento. Daí quando ela completa a lua se chama maré grande, maré cheia, maré alta. A maré de quebramento, daí quando ela vai voltar pra maré morta é o quebramento, aí é que ela vai voltar pra maré morta. Isso acontece durante semanas e semanas, é o ciclo. Aí fica lá na morta aí vem lançando de novo. Aí esse período de lançamento é o período que o peixe vem mesmo come, quando a maré tá correndo, não vai secando o mangue? Então o peixe vai também vai voltando também com a maré pras pedras, vai voltando pra dentro do mar recuando, maré de quebramento. Quando a maré vem lançando aí o peixe vem danadinho. Durante o dia tem duas marés. Quando ela enche é maré cheia, quando ela seca é maré seca. Hoje é lua cheia não é? É o dia da maré mais cheia. Pronto hoje, comparando com hoje, a maré ela atingiu completo a fase da lua hoje, maré cheia, lua cheia, de hoje ela tem três dias mais pra segura aquela maré, que tá grande, que já completo o lançamento dela toda. A maré morta é porque ela não tem muita correnteza e a água é pouca, ela não seca muito também não enche muito. Chama-se maré grande porque ela tem um acréscimo, a mais do normal” (Morador de Cumarú)

“Então pessoal, as vezes muitos menino, os parente aqui vem pergunta pra mim a hora da maré se ela tá boa de pesca ou não tá, e eu digo pra eles: Vocês tem que aprender também, vocês tem que aprender a experiência porque isso é muito bom pra vocês. Eu tenho um parente aí ele nunca mais foi pro mangue, mas toda essa experiência de maré ele sabe. Então é coisa da gente.” (Morador de São Francisco)

Atividades	Inverno					Verão						
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Festejos							Ventania			Chuvas		
Roça Arisco												
Roça Pa												
Colheita: mandioca												
Colheita: feijão, milho												
Mangaba												
Caju												
Cana								Queima				
Pesca												
Caranguejo												
Marisco												
Camarão nativo												

Calendário anual das principais atividades produtivas

O ciclo mais amplo é o das estações, pois marcam os fenômenos anuais. A percepção do tempo em termos de divisões das estações climáticas corresponde ao principal saber associado ao manejo dos ambientes. As estações são denominadas mais pelas dinâmicas das chuvas do que pela temperatura ambiente. Sendo assim, ao longo do ano temos as primeiras chuvas, ainda no verão, entre janeiro e fevereiro, o inverno, com chuvas mais abundantes e presença de vento sul entre março e agosto, época mais seca, entre setembro e outubro, quando se inicia o verão com as chuvinhas de outubro e o verão propriamente dito, de novembro e dezembro, com clima pouco mais quente.

É comum associarem o inverno a um período que “bate água muito doce”, que faz desaparecer um pouco os caranguejos, sendo a mesma época em que a chuva faz descer os venenos dos canaviais para os rios. O inverno é, também, época que o camarão nativo “tá grandão e bem gostoso” pois “ele gosta muito de água nova, e de água assim corrente” e é época das tainhas. A observação das estações está ligada também ao período de desova de peixes e de reprodução de animais na mata.

Poucas pessoas possuem conhecimentos sobre as estrelas e seu uso na lida cotidiana de trabalho, bem como a percepção sobre a relação entre o clima e a vida dos animais e plantas. Este saber está hoje resguardado pelos anciões e por alguns pescadores mais artesanais,

“A gente se localiza no mar pelas estrela. Pra não se perder e também para localizar pontos de pesca. Por exemplo, ali tá uma estrela bem ali, aí eu tô bem aqui eu quero aquele mesmo ponto, eu procuro aquela estrela, achei ali tal ponto é aqui, achei o canto ali, a posição. É um GPS bem natural! É o melhor que tem. Pra você achar um pesqueiro no meio do mar...” (Morador de Baía da Traição)

“É outra coisa também, o inverno pra gente aqui ele é sempre a partir de março, março em diante isso é experiência daqui também, isso é experiência também as três Maria, não sei se vocês já viram elas bem juntinha, e o sete estrela. Quando o sete estrela tá bem baixinho aí, inverno. Isso é coisa da gente, porque nosso povo eles diziam e a gente, eu pelo menos eu, tenho minhas coisas a falar desse modo. Eu sentava mais ela, minha mãe, e a gente dizia: ‘olha meu filho, o sete estrela tá quase se pondo assim na boca da noite, né. Aí pronto, o inverno começava de abril em diante.’ E na realidade isso continua ainda, no inverno logo dá essa chuva, mais o mais inverno pra gente aqui é de março em diante até outubro. O vaga-lume é um bichinho, um besourinho que acende de noite, um besourinho. Quando ele tá alto não, mas quando ele bem baixinho, bem acesinho piscando, aí o inverno é bom também. É

muita chuva. Outra coisa também, pra gente também aqui tem três coisa: a caranguejeira quando ela começa a anda, a cobra de duas cabeça e a cabra coral. Aí vem a formiga também, é a formiguinha miudinha, das parede da casa da gente, aí quando ela se assanha que ela carrega os filhinho, aí olhe vai chove! Tem outra coisa também, o inverno ele não tá muito bom como era de primeiro não, sabe porquê? Quando elas duas, as estrela Dalva e a Júpiter trabalhava juntas, ninguém né...mas eu ouvia o meu povo dizê, então que era inverno. Vocês imagina 64, na época de 64 foi muito inverno, então daí vem inverno bom, depois elas se afastavam. Elas sempre nasciam tudo junto, quando elas passavam pra baixo, passava do período de fevereiro, março ou abril, então quando elas passavam pra cima era período de verão, quando elas passavam para baixo era inverno. Agora vocês nem olhem que ela tá, a estrela Dalva ela não tá? Como elas andavam de primeiro ela tá nascendo aqui. Então isso é experiência do caboclo! E o verão, quando ele vai ser bem seco, dá pra perceber. Rapaz dá pra perceber por um motivo, é como eu tô falando, as minhas experiência são essas, então no inverno ele vem chovendo, mas não é como elas estavam aqui, a estrela Dalva e a Júpiter.” (Morador de São Francisco)

Os festejos e datas comemorativas são formas de expressão da temporalidade dos Potiguara. Estas datas podem se referir ao calendário religioso ou a comemorações identitárias. Quase todas as aldeias Potiguara possuem uma Igreja católica e um santo padroeiro. A Igreja não é um lugar frequentado quotidianamente. Geralmente, as pessoas se dirigem a ela quando há a celebração de missa (uma vez por mês), quando se realiza a festa do padroeiro e no dia de finados. Festejar um santo significa expressar o desejo de proteção, particularmente de suas plantações¹⁴. As festas religiosas são assim realizadas dentro do calendário agrícola.

Outra data importante é dia 19 de abril, onde se comemora em diversas aldeias o dia do índio. É um dia marcado pela realização de torés e festejos, com convidados de diversas cidades e aldeias da região. Neste momento os torés são organizados em locais denominados de terreiros ou em local simbolicamente marcante, como no Casarão, na aldeia Jaraguá.

¹⁴ VIEIRA, J.C. 2006. Potiguara: Festas Populares. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/940>

Aldeia	Padroeiro (a)	Data comemorativa
Caieira	Santa Edvirgens	16 de outubro
Camurupim	Santa Luzia	13 de dezembro

Aldeia	Padroeiro (a)	Data comemorativa
Estiva Velha	Santo Antônio	13 de junho
Forte	Nossa Senhora de Guadalupe	12 de dezembro
Galego	São João Batista	24 de junho
Grupiúna	Nossa Senhora da Conceição	08 de dezembro
Jacaré de César	Nossa Senhora da Conceição	08 de dezembro
Jacaré de São Domingos	São Domingos e Santa Luzia	08 de agosto e 13 de dezembro
Jaraguá	São Sebastião	19 de janeiro
Lagoa Grande	São Miguel	29 de setembro
Laranjeira	Nossa Senhora	27 de julho
Monte-Mor	Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora de Fátima	29 de setembro e 13 de maio
São Francisco	São Miguel e Nossa Senhora da Conceição	29 de setembro e 08 de dezembro
São Miguel	São Miguel	29 de setembro
Sarrambi	São José	19 de março
Silva de Belém	Nossa Senhora da Conceição	08 de dezembro
Tracoeira	São Sebastião	19 de janeiro
Tramataia	São Sebastião	19 de janeiro

Outro marcador temporal importante e que possui articulação com os ambientes é o regulado pelo Estado. Neste caso podemos citar como o mais relevante o Defeso aplicado à pesca da lagosta ou do caranguejo. Muitas vezes este tempo de Defeso é tido como incorreto, pois não se adequaria a relação ecológica percebida para o contexto da região, como vemos na seguinte colocação,

“É que nem o Ibama, ele para a pesca da lagosta para ele é certo mas pra gente aqui que somos pescadores tá errado, ele para agora. Ela tá de desova agora (fevereiro) . Ela já desovou, agora ela tá toda desovada, era pra começar a pesca nesse período agora e quando for no período de maio para abril é a desova dela. Ela tá toda ovada.” (Morador de Camurupim)

Por fim, o Potiguara marca o passado em termos de anos, mas também no tempo histórico expresso por meio da memória de eventos ou fenômenos passados. Por exemplo, é raro ouvirmos “em 1960 ocorreu...”, mas sim “na época em que...”. Esta temporalidade está associada as trajetórias particulares de cada indivíduo e de cada família, mas há uma identidade quanto a eventos que envolvam o povo Potiguara, como nos descritos no capítulo anterior. O passado está, muitas vezes, registrado na paisagem, seja na arquitetura, em um marco do território, na casa de um antigo morador, na luta étnica, em um rio ou um ambiente transformado pelo processo produtivo.





CUIDAR DO TERRITÓRIO

Os Potiguara utilizam e manejam os ambientes em que habitam de diversas formas. Podemos dizer que uma família geralmente possui uma estratégia de acessar muitos ambientes ao longo do ano e se utilizar de uma grande variedade de animais e vegetais associados a estes ambientes. Ou seja, uma família dedica-se a diversas atividades de maneira articulada. Por exemplo: cultivam e pescam, ou são assalariados mas pescam ocasionalmente, ou ainda criam gado, praticam apicultura, mariscam, coletam mangaba etc.

Estas atividades não são realizadas de forma aleatória, mas pelo contrário, seguem regras e normas estabelecidas, sejam elas tradicionais ligadas ao respeito e a honra, ou previstas na legislação ambiental e trabalhista. Quanto às estratégias de gestão indígena dos espaços e dos recursos, estas são geralmente comunais, ou articulam regras coletivas e familiares de gestão, envolvendo ainda, em muitos casos, instituições não indígenas. Todavia, os arranjos que se estabelecem estão em constante tensão, uma vez que envolvem índios e não índios, comunidade e Estado e diferentes naturezas de regras de acesso aos recursos e espaços comuns.

Da mesma forma, é um erro pensar que na gestão destes recursos os indígenas só visam o aumento da produtividade e o lucro, com a venda de toda produção ou de excedentes para o mercado local ou regional. Articulado à produção voltada para o mercado existe um sistema de permutas (troca direta) e doações/presentes entre pessoas e famílias nas aldeias e entre aldeias, e com pessoas de outros povoados e cidades, conformando uma intensa rede entre pessoas e instituições que abrange todo o território indígena, cidades do entorno e até capitais mais próximas. Também são incorporados neste sistema, que envolve produtos e bens, alguns serviços (troca de diárias) e até formas coletivas de trabalho (mutirões e ajuda mútua).

Vejamos agora, com brevidade, quem são os atores sociais que atuam na gestão territorial e ambiental e como operam os diversos sistemas produtivos dos Potiguara, com enfoque nos recursos, nos espaços, na temporalidade, nas regras e normas e nas redes formadas.



ATORES ENVOLVIDOS NA GESTÃO TERRITORIAL

A estrutura política potiguara está organizada da seguinte maneira: o cacique geral é o chefe principal e ocupa posição de maior prestígio, e em seguida vêm os caciques das aldeias – também chamados de representantes e membros da “liderança”. O chefe da Coordenação Técnica Local da Funai também faz parte dessa estrutura política intervindo em diversas questões.

Uma Potiguara que exerce uma posição de cacique descreve a função exercida pelas lideranças, hoje, destacando seu papel na interlocução entre os de dentro e os de fora por meio da captação de recursos e execução de projetos de desenvolvimento e assistencialismo.

“O papel das lideranças hoje [...] é organizar, é cuidar pra que os programas cheguem e atenda. É lutar pela questão de territorialidade e sustentabilidade dentro das aldeias pra viabilizar os projetos que a gente tem implantado [...]. É pacificar uma questão de dois indígenas quando tão entrando em atrito dentro da comunidade. É chamar eles sem comprar partido. [...] Esse é o trabalho da liderança”. (Liderança de Monte-Mor).

Desde a década de 80 o movimento indígena vem se consolidando e se fortalecendo, e os Potiguara não ficaram de fora dessa tendência. Atualmente, existem inúmeras associações nas terras indígenas potiguara dentre as quais podemos citar: a Organização Indígena Potiguara – OIP, Organização dos Professores Indígenas Potiguara - OPIP; Associação Comunitária Nova Jerusalém, Santa Rita, Tracoeira e Laranjeira; ASSIPOMOR – Associação Indígena Potiguara de Monte-Mor; Associação Comunitária Indígena São Miguel; Associação dos Apicultores e Associação dos Produtores de Marcação. Além disso, os Potiguara participam de organizações regionais como a APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – por meio de dois representantes. A organização em associações visa principalmente a captação de recursos para a execução de projetos nas áreas ambiental, agroextrativista, da saúde e da cultura e identidade indígena. Os índios participam ainda da política partidária dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, ocupando cargos no executivo e no legislativo.

Além da participação individual e familiar na gestão territorial, diversas outras instituições e órgãos governamentais influenciam nesse processo positiva ou negativamente, segundo as lideranças indígenas, tais como: a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, o Governo Federal por meio dos seus programas de governo, Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as igrejas e instituições de ensino superior, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as Colônias de pesca, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), as usinas produtoras de açúcar da região, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as Pousadas locais entre outros.

Devemos considerar ainda, na gestão dos ambientes, os encantados uma vez que estes exercem influência sobre o acesso aos recursos e à própria percepção dos espaços¹⁵. Os Potiguara não mantêm relações sociais e morais, sejam elas de conflitos ou de convivencialidade, apenas entre si e com outros atores humanos, mas também inserem e envolvem estes encantados, animais e plantas que fazem parte, ao mesmo tempo, de uma rede econômica, bem como produzem o ambiente onde vivem.

Os encantados como a comadre florzinha, o pai do mangue, a mãe d'água e a sereia do mar são, para os Potiguara, habitantes de lugares específicos como as matas, os manguezais e fundos dos rios e do mar. Eles se definem por serem invisíveis e pela sua humanidade e imortalidade. Eles não são “gente como a gente”, como dizem, mas já foram “gente como a gente”. Os encantados são “seres” frutos de transformações humanas, geralmente crianças não batizadas, após captura por animais.

Os encantados são os “donos” dos ambientes, ora sendo chamados de pai ou mãe, ora por dono dos bichos, ou somente encantados e são vistos tanto pelo perigo ou pela proteção. O perigo advém da relativa periculosidade e imprevisibilidade ao se adentrar no ambiente “controlado” pelo encantado, gerando certo “temor” quanto ao que pode acontecer, ainda mais quando este está ciente que não cumpriu certos requisitos morais e éticos perante esta entidade. Por outro lado, estes seres invisíveis são percebidos por suas ações como protetores ou cuidadores dos animais sob seus domínios, com os quais as pessoas podem estabelecer relações de troca e simpatia.

A Comadre Florzinha, ou dona ou mãe do mato ou das caças, “domina” o reinado da mata. É definida como uma “cabocla tapuia ou índia, cismada e braba” que aprecia fumo, carne crua com mel e faz uso da amescla para defumação de seus animais”. Diante da “brabeza” da mãe do mato, há o temor de que sua transformação em mulher bonita seduza os caçadores e, no caso dos animais como o tatu, o coelho e a cotia, faz com que os caçadores se percam na mata e não consigam realizar uma boa caçada. Segundo um morador de Acajutibiró,

¹⁵ A escrita deste tópico é um resumo baseado no Capítulo 5 da tese de doutorado “Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba” de José Glebson Vieira e em trechos de algumas entrevistas que realizamos sobre este assunto de suma importância eco-cosmológica e sociológica.

“A comadre florzinha ela cuida nos animais. Tem mais o local dela sempre gosta de anda montada nos animais, de faze aquilo que ela gosta de fazê aquilo que ela gosta de fazê nos animais, trança. Ali naquela área de Brejinho , ali na frente, ali se chama Tacaca, se chama cacimba cercada porque tem uma pocinho, aí é onde ela nos animais, fazia o que queria nos animais...as vezes ia busca e ela tinha escondido”.

O dono ou pai do mangue, possui seu “reinado” tanto na mata do mangue quanto no fundo. Este encantado se torna visível ou se transforma em animais de seu reinado como os aratus, caranguejos ou em um caboclo-pescador que percorre o mangue com covos e samburás sobre as costas ou em canoas. O acesso ao mundo deste encantado se faz por simpatias e atitudes de amizade e respeito. Para agradá-lo, e ter uma boa pescaria, deve-se oferecer peixe e fumo a serem colocados sobre um tronco de árvore e para desagradá-lo se fala que vai batizá-lo.

Os fundos das águas, do mar e do rio, são reinados dominados pela sereia do mar (mulher cobra) e por uma menina (cabocla ou uma “branca”) que se tornou mãe dos rios. Apesar da diferença no processo de encantamento, elas são identificadas como a mesma figura. A semelhança evidencia-se no mecanismo de sedução dos humanos, bem como o fato de predominar no domínio dos reinados da fartura e da abundância e a preferência por oferendas que possuam bons odores e por “boa comida”, além de poderem se transformar em pessoas ou bichos.

Desta forma, manter uma relação de proximidade e troca com estes encantados exige trato e simpatia para conseguir pescarias e caças abundantes, sem se acometerem de nenhum percalço. Os encantados fazem, assim, parte das relações sociais de reciprocidade que permeiam a economia Potiguara e são gestores de “recursos” em ambientes mais “distantes” do ambiente doméstico, representado pela casa e seus espaços.



ATIVIDADES PRODUTIVAS

A PESCA E OS PESCADORES

Os Potiguara pescam no manguezal, nos rios, nos estuários, no mar e na maré ao longo de todo o ano, utilizando-se de diversas técnicas de pesca. Detentores de conhecimentos detalhados a respeito dos ambientes e da vida dos organismos aquáticos, os pescadores são capazes de localizá-los e definir as técnicas mais apropriadas para capturá-los. Organismos pescados inserem-se dentro das categorias peixe, camarão, siri, aratu, caranguejo, lagosta, marisco e polvo.

A maior parte do pescado destina-se ao autoconsumo da família e, a depender do valor comercial da espécie capturada, direciona-se para a comercialização, a troca e a doação para parentes e amigos. O acesso aos recursos pesqueiros bem como a circulação deles são regulados por normas tradicionais indígenas e normas do Estado (unidades de conservação, defeso, etc) que se complementam, em alguns casos, e se chocam, em outros. A regulação dos espaços e dos recursos aquáticos evoca, também, encantados como o pai do mangue, a sereia do mar e a mãe d'água, que, por serem donos dos ambientes no qual os pescadores adentram e, por comporem a rede de socialidade com estes, determinam o que e para quem serão distribuídos os organismos sob seus cuidados.

PEIXES

Os peixes são classificados pelos Potiguara de acordo com a distribuição espacial dos mesmos. Assim, no mar têm-se os peixes de alto mar, peixes de costa e peixes de croa, e eles podem transitar entre os ambientes, sobretudo nas épocas de reprodução. Há peixes que vivem uma parte do tempo nas pedras como a cavala e o mero que é considerado o chefe das pedras¹⁶,

“O que vive nas pedras é o mero. Mas quase todo peixe vive nas pedra. E as pedra é a moradia deles, é que nem nós, aqui onde eu moro, onde me escondo, onde durmo, onde é meu lar, justamente é o peixe, é onde ele faz a moradia dele é nas pedra. O chefe das pedras é o mero, porque ali ele nasce e ali ele se cria”. (Pescador de Tramataia).

Adentrando os rios Camaratuba e Mamanguape têm-se os peixes de camboa e peixes de mangue, mas da mesma forma estas categorias não denotam exclusividade dos peixes a um ou outro ambiente uma vez que as camboas e o mangue são ambientes integrados. Por fim, há ainda os peixes de rio, que vivem exclusivamente em rios e córregos de água doce do território Potiguara.

¹⁶ Dados de MOURÃO, J.S. e NORDI, N. 2006. Pescadores, peixes, espaço-tempo: uma abordagem etnoecológica. Interciência, 31 (5).

Os peixes são pescados ao longo de todo o ano, mas de acordo com a estação – seca ou chuvosa – diferentes espécies são mais comumente capturadas. No dia-a-dia, o pescador se orienta pela dinâmica das marés e pelo o ciclo lunar como explicam estes moradores de Camurupim:

“O peixe é por época que dá bastante peixe. [...] Agora do mês de agosto, setembro por aí em diante é que dá mais. E é por maré. Essa semana eu vi uns pescadores chegar com bastante peixe, porque a maré tava boa de peixe, né? Não tem uma época exata. [...] Às vezes só faz molhar a rede, mas quando a maré tá com peixe eles chega até com 80, 100 quilo. Mas é raro chegar assim. No máximo 10, 20 quilos, 30 também. Pra eles é uma benção”.

“Tá na época muito boa da tainha, né? Toda época é época de tainha só que tem um período que você consegue pegar mais... agosto... a partir de agosto até outubro, pega mais ovada no mês de dezembro. É que nem é o Ibama, ele para a pesca da lagosta para ele é certo mas pra gente aqui que somo pescador tá errado, ele para agora ela tá de desova agora (fevereiro). Ela já desovo, agora ela tá toda desovada, era pra começa a pesca nesse período agora e quando for no período de maio pra abril é a desova dela. Ela tá toda ovada”.

“Agora peixe, a todo tempo a maioria desses peixe serra, cavala, a maioria desses peixe eles vem desova nas pedra, esses arrecife que tem aí... porque evita de outros peixes tá comendo. Tem o tempo que a turma chama de correção, correção é a época que pega bastante peixe, tá no tempo... sei que bonito é agora no mês de junho, a gente pega bastante bonito chega a duzentos trezentos quilo e a maioria deles é tudo ovada.”

Os peixes também são classificados de acordo com sua distribuição no calendário em peixes de verão, peixes de inverno e peixes que dão o ano todo.



Categoria	Espécies representativas
Peixes de alto mar	albacora (<i>Thunnus</i> sp.), xizarro (<i>Carangoides crysos</i>), xaréu (<i>Caranx latus</i>), ariocó (<i>Lutjanus analis</i>), guaraiuba (<i>Caranx latus</i>), cavala (<i>Scomberomorus cavalla</i>), atum bonito (<i>Euthynnus alleterattus</i>), pampo cabeça mole (<i>Trachinotus carolinus</i>) e biquara (<i>Haemulon parra</i>)
Peixes de costa	bagre ariaçu (<i>Tachysurus parkeri</i>), paru (<i>Chaetodipterus faber</i>), pirambu (<i>Haemulon steindachneri</i>), tainha (<i>Mugil curema</i>) e tamatarana (<i>Mugil</i> sp.). Peixes como camurupim (<i>Megalops atlanticus</i>) e camurim branco (<i>Centropomus</i> sp.).
Peixes de pedra	vermelho, carapeba, cariocó, camururrinho, cavala e mero
Peixes de croa	camurim (<i>Centropomus</i> sp.), tamatarana, tainha, camurupim, sardinha e arraia de croa (<i>Dasyatis guttata</i>).
Peixes de camboa	curimã (<i>Mugil liza</i>), pema (<i>M. atlanticus</i>) e sauna (<i>M. curema</i>).
Peixes de mangue	mututuca (<i>Gymnothorax ocellatus</i>), taicica (<i>Gobionellus boleosoma</i>) e o bagre cambueiro (<i>Genidens genidens</i>). O amoré preto do mangue (<i>Eleotris pisonis</i>) corresponde a um tipo de peixe de mangue que “moram em buracos”.
Peixes de rio	jundiá (<i>Rhamdia</i> spp), tilápia (<i>Oreochromis niloticus</i>), piaba (<i>Clariidae</i>), traíra (<i>Hoplias malabaricus</i>), carapeba (<i>D. olisthostomus</i>), sarapó (<i>Gymnotus</i>), muriongo (<i>Ophichthus ophis</i>) e taicica. A traíra pode também ser considerada como peixe de lagoa
Peixes de inverno	cabeçudo (<i>Stellifer</i> sp.), camurim, pescada (<i>Cynoscion</i> sp.), pirucaia, sardinha fofi (<i>Sardinella brasiliensis</i>) e sardinha rabo de fogo (<i>Cetengraulis edentulus</i>)
Peixes de verão	arraia pintada, pampo, pescada chatinha (<i>Cynoscion</i> sp.), pescada de dente (<i>Cynoscion</i> sp.), pescada focinhuda e tainha
Peixes que dão o ano todo	arraia de croa e sardinha branca (<i>Anchoa tricolor</i>)

A depender do tipo de peixe que se deseja capturar e do ambiente onde se está o pescador, utiliza a arte de pesca e a embarcação mais apropriada. Cada pescador, contudo, se dedica a uma ou algumas artes em especial.

No manguezal e na maré se utilizam variadas redes de diferentes malhas como a tainheira, saúneiro, caçoeira e de camboa (rede de tomada). O amoré (*Bathygobius soporato*) é pescado com uso de uma armadilha denominada de covó. Outras artes como malhadeiras, tarrafas e espinhéis são também utilizadas. E ainda a flecha e o mergulho.

A tainheira, como o próprio nome diz, captura principalmente a tainha e peixes de tamanhos similares. Essa pescaria necessita de uma canoa (a baiteira), com três remos e uma vara. A canoa deve se movimentar “velejando” para não espantar o cardume. Neste momento dois ou três homens (pareia) soltam a rede enquanto o mestre vai empurrando a vara. Na pesca de pareia dois pescadores

vão fazendo o círculo com a canoa, um vai soltando a rede e o mestre vai empurrando a canoa. A pesca com a rede saúneiro busca capturar um peixe chamado tamatarana ou saúna e, muitas vezes, sardinha. É uma pesca, assim como da tainheira, realizada na maré. A caçoeira é uma arte utilizada para pegar peixes de maior porte, como pescada, camurim e camurupim. É uma pesca realizada nas partes mais profundas do canal do Rio Mamanguape quando a maré esta seca, e em outros locais quando a maré está cheia. A pesca de camboa, ou de rede de tomada é uma arte utilizada para capturar peixes que habitam as camboas e o manguezal. A rede de tomada é uma arte que se beneficia diretamente do ritmo das marés, pois a rede é colocada quando a maré está seca. Quando a maré enche, levanta-se a rede fazendo uma barreira na saída da camboa. E a despesca se realiza na maré seca do outro dia.

Duas artes de pesca que são muito especializadas e nem todos os pescadores praticam é a pesca com flecha, que é uma inovação para os Potiguara e a de mergulho nos rios, praticada há mais tempo, ambas geralmente em áreas com fundo de areia.



No mar há artes de pesca destinadas à pesca na costa e outras para pesca em alto mar. A principal arte de pesca utilizada na costa é o arrastão de praia, com uso de rede de malha três. Existem duas formas de se fazer o arrastão: apenas com dois companheiros (geralmente o dono da rede e um parente ou amigo) que pescam mais na beira da praia; e o arrastão coletivo, geralmente realizado por um grupo de parentes ou afins, que têm o “chefe da família” ou o dono da arte como orientação do grupo quanto ao lançamento no mar no momento correto de alcançar um cardume e no arrasto até a praia onde são despescados diversos peixes de costa e camarão (em determinadas épocas). Após a despesca os peixes são colocados em samburás (cestos) e levados para a redistribuição entre os que atuaram no trabalho coletivo e também são vendidos para atravessadores. Há ainda técnicas específicas para os peixes de pedra como no uso de linhas com anzol para pescaria nos pedrais.

Para pescar em alto mar, os pescadores utilizam jangadas e botes, os quais povoam o mar, da foz do Camaratuba até a cidade de Baía da Traição. Esse tipo de pesca exige conhecimentos sobre os ventos e os pesqueiros. Geralmente os barcos saem pela manhã, aproveitando-se do vento terral que sopra da terra para o mar, e retornam durante a noite. Muitos pernoitam por dias em alto mar, em busca de peixes “de primeira” (serra, cavala), “de segunda” (bicuara, xixarro, guaraiuba) e lagostas. Quando a pesca é de rede, o pescado é dividido entre os pescadores por meio do sistema de quinhão, no qual o dono do barco fica com a metade e o restante é repartido igualmente entre a tripulação. Já na pescaria de linha cada pescador fica com o que pescar menos o “pagamento” do dono do barco.

A atividade pesqueira não está livre de normas e regras, mas obedece a uma “territorialização” baseada em respeito e confiança coletiva, que permitem certo controle do uso dos espaços entre os que participam deste “jogo”. Essa lógica não é explícita como percebemos na resposta dada à pergunta direta “todos podem pescar no mangue ou na área da aldeia vizinha?”:

“Pode, a maré é uma só! Não tem esse negócio de ‘não’, só quem vai pescar aqui é eu, não...Aqui não tem dono não. É quem chegou, pegou e pode vir gente de todo canto da região”, mas deve ter respeito, “o negócio é esse, o negócio é não bulir, não mexer. Tanto faz eu sair aqui como sair no porto de Jaraguá, sair em Tramataia, sair em Camurupim. Agora que tenha a consideração de não mexer, né?” (Morador de Três Rios).





Mas logo seguem explicando algumas regras para usar o espaço. Por exemplo, quando se avista uma camboa já “ocupada” por um pescador, aquele que chega depois trata de procurar outra área para pescar:

“deixa ele trabalhar ali. Aí tu vai mais pra frente tá lá encostado. Mas ele também não pode exigir do outro pescador não ir pescar encostado nele, não. Isso já vem de tradição nunca deu problema, não. [...] É costume um chegar mais cedo de que outro aí ‘fulano chegou mais cedo vou entrar mais pra frente’. Se der pra tirar 2 corda é 2 corda, se der pra tirar 10 é dez, pra tirar 20 é 20.”
(Pescador de Tramataia).

Quando o pescador é “de fora” exige-se mais rigidez no cumprimento das regras. Uma vez desrespeitadas, os pescadores “locais” comunicam o cacique e pode haver sanções, a depender do grau de desrespeito. Percebe-se que, mesmo com a noção de que “a maré é de todos”, não deixa de haver certa territorialidade entre as aldeias e destas para com outras comunidades.

Em algumas pescarias a territorialidade se expressa no conhecimento coletivo sobre a identidade da arte de pesca, que é corporificada no seu “dono”,

“Aqui é mais assim no tempo do camarão e tem os local de camarão, né. Aí o pessoal é mais exigente, aí deixa até a rede lá, direto pendurada marcando. Aí é por causa que o o tempo, a safra dele, aí tem mais local dele dá, tem local mais de camarão. A safra é agora, fevereiro. [O que que o pessoal bota pra marcar lá?] É um pano de rede, e deixa lá pendurada. [E o que significa esse pano?] Aí chama assim, ‘fulano já deixo a marca. De quem é aquela marca? É de fulano.’ [Vocês sabem de quem é olhando o pano?] Conhece, sim. Ela tá marcando pra quando a maré der pra pescar o camarão aí ele vem e abre. Pra ninguém colocar ali que ali é dele. Ele deixa ali e já sabe a quantidade de rede que ele tem aí já sabe. [Mas deve da uma briga isso daí o pessoal não puxa a rede um do outro?] Não, não, aqui for possível apodrece lá no local. O pessoal deixa ali nesse marcado ali um bocado de rede nesse local de inverno a verão nem vigia. Deixa lá no mangue. [E se vem um pescador lá de Mamanguape?] Aí o cabra pergunta: ‘rapaz ali tem um pano de rede, esse pano de rede não é daqui de Marcação!’ Aqui eles diz logo o dono, porque aqui eles tem um conhecimento de sua rede. As de marcação não...de quem é esse pano de rede?”

Os peixes de primeira são comercializados frescos na própria praia diretamente para o consumidor ou para atravessadores, que por sua vez os venderão nas feiras, peixarias e

mercados de cidades como Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto, Mamanguape e Mataraca. Os peixes de primeira e de segunda tanto podem ser vendidos como são levados pelo pescador para sua família ou são doados a parentes e amigos, além de servirem como item de troca entre pescadores e moradores das aldeias. Esta circulação de peixes pela região conforma uma densa rede que abastece as famílias gerando valores mais sutis que o monetário, fortalecendo laços de amizade e promovendo a honra e o prestígio do bom pescador.

É muito comum a doação de peixes para vizinhos, para algum parente próximo ou distante de aldeias do interior e, também, a troca de peixes por produtos oriundos da agricultura, como farinha, beiju, tapioca e frutas. Dificilmente se vende ou troca peixe com parentes próximos ou afins. Estas práticas econômicas ocorrem com vizinhos não aparentados ou com outras pessoas que não estão ligadas a rede de parentesco mais próxima e não indígenas. Tais redes fortalecem os laços entre parentes distantes e o sentimento de identidade e pertença territorial entre os Potiguara.

CARANGUEJOS, SIRIS E ARATUS

O caranguejo uçá (*Ucides cordatus*) e o goiamum (*Cardisoma guanhumi*) são capturados no manguezal e no apicum respectivamente “durante o tempo todo, toda a maré”. A frequência do uçá, contudo, diminui no período em que “bate água muito doce, no tempo de inverno”, justamente na época em que está mais escuro e mais gordo. Os pescadores também associam essa diminuição ao agrotóxico empregado nos canaviais que seria “lavado” pela chuva escoando até os rios, prejudicando o uçá.



Ao longo do ano o uçá é capturado nos buracos (locas) na lama durante o dia. O pescador enfia a mão nas locas em busca do animal ou utiliza-se de uma armadilha denominada redinha, a qual é proibida pelo Ibama em todo litoral brasileiro, pois causa enorme impacto à população de caranguejos. Já o goiamum é pescado com armadilhas denominadas de ratoeiras. Em média, uma pessoa distribui entre dez e vinte ratoeiras por ida no apicum.

Mas o período mais propício à pesca dos caranguejos, no entanto, é na força da lua, durante poucos dias de janeiro e fevereiro, quando o uçá e o goiamum se reproduzem. Esse período é denominado de andada quando o manguezal “é só festa, vem gente de todo canto na andada”. Dizem que atualmente menos pessoas capturam os animais durante a andada em decorrência tanto da diminuição da população de caranguejos quanto da fiscalização do Ibama. O goiamum também é capturado no apicum para ser criado em tanques no fundo de casa. O goiamum em cativeiro é alimentado com dendê, bagaço de coco e pirão de farinha até atingir o tamanho considerado.

A pesca do aratu por sua vez ocorre durante a noite com o uso de lanternas. Capturam-se dois tipos de aratu: o aratu de pedra (*Aratus pisoni*) e o aratu de mangue (*Goniopsis cruentata*). Sendo o primeiro, preferido pelos indígenas e compradores de restaurantes e pousadas de Baía da Traição.

Os siris (*Callinectes sp.*) também são muito apreciados, sendo pescados tanto para autoconsumo quanto para comercialização. Dentre os tipos de siri destacam-se o siri nema, o siri açu e o siri pontinha. Alguns habitam o mangue e outros habitam a costa e as croas. Para pegar o siri a pessoa amarra uma isca numa linha presa a uma pequena vara. Uma vez capturados, os siris ao sendo colocados no puçá (cesta). Hoje em dia também se pega siri a noite com uso da lanterna, uma técnica considerada inovadora em relação à tradicional pesca com a linha.

Aparentemente não há normas indígenas para regular a pesca do caranguejo e a sobre-exploração do recurso é percebida por todos. Neste caso a intervenção do órgão ambiental (Ibama ou ICMBio) é visto como positivo pois controla a coleta desse organismo.

[O respeito da fêmea é por causa do Ibama, ou é uma coisa que já era feita?] Por causa do Ibama, porque eles acabando, diminui muito pra eles. É como eu já disse, sempre através dessa regra do Ibama, eles também tomaram consciência aprenderam a se conscientizar. Porque se ficar pegando as fêmeas, vai ter um tempo que poderá acabar. Ah, porque é coisa da natureza, é por Deus e Deus pode, manda mais. Não é assim não! Deus faz a parte dele mas você também

tem que fazer a sua. As fêmeas tá ali pra reproduzir, se pega as fêmeas e aí como é que fica a reprodução?”

Os pescadores consideram que a prática de despolpar os siris e caranguejos contribuiu muito para a queda na população desses animais, pois antes o caranguejo e o siri eram vendidos inteiros possibilitando a identificação do sexo deles. Assim, os pescadores só pegavam os machos uma vez que o próprio comprador não aceitava fêmeas. Com a “despolpança”, como chamam, as pessoas passaram a pegar animais de ambos os sexos e tamanhos variados, impactando severamente a população de uças em Mamanguape.



MARISCOS E OSTRAS

A pesca do marisco (*Anomalocardia brasiliana*) nas croas (marisqueiras) é uma das práticas de maior relevância econômica para os Potiguara que vivem na região costeira do território indígena. O marisco é coletado ao longo do ano todo, mas mais intensamente no verão quando estão maiores e seu preço sobe devido ao aumento da procura motivada pelo turismo. No inverno a frequência de mariscos diminui devido à maior vazão do rio que diminui a salinidade no estuário.

Antes considerada uma tarefa feminina, hoje, os homens e as crianças também participam. Por dia, as croas recebem até 40 famílias que vêm mariscar. Aqueles que vivem em aldeias não litorâneas como São Francisco, Laranjeiras, Santa Rita e Estiva Velha acampam próximo à costa, na região de Coqueirinho, onde permanecem alguns dias pescando, coletando marisco, ostras, bem como outros organismos aquáticos. Em contrapartida algumas famílias das aldeias litorâneas podem cultivar nas áreas destas aldeias do “interior”.

A qualidade do trabalho melhorou com introdução do jereré ou puçá. Antes as mulheres se ajoelhavam e “raspavam” a areia para encontrar os mariscos que catavam com as mãos. O jereré veio do sudeste (diferente do jereré baiano como nos informaram) e consiste no seguinte:

“a tática que tem hoje, antes era só com a mão né, não era como é hoje. E hoje eles arrumaram um meio de cavar mais sem ser com as mãos. Fizeram uma puçá, naquela puçá tem um gadanho, tipo um ciscadorzinho, aí só sai arrastando e enchendo a puçá. É tipo assim, um tipo de um saco, entra areia, uma tira e enche um saco. Aí pronto eles trazem dois, três sacos de marisco, quando tira o miolo e de dez vinte quilos”.(Marisqueira de Tramataia).

O jereré tem uma rede cuja malha seleciona apenas os mariscos maiores. Além disso, segundo as marisqueiras existe um sistema de manejo que alterna a exploração e o descanso das croas. Ou seja, quando percebe-se que os mariscos de determinada croa estão pequenos parte-se para outra. E se todas as croas apresentarem mariscos pequenos, suspende-se a mariscagem até o crescimento deles, como explicado nas falas a seguir:

“Tem vezes que dá aquele marisco mais miúdo aí o pessoal não pesca aqui não, aí muda de setor, vai para uma parte, mais ou menos distanciada cem metros. Arrumaram um jeito de pegar de bastante agora, né. Antes era só na mão. Agora tem que puxa aquele gadanho, de puça até eu mesmo disse assim: ‘agora vai acaba o marisco!’, mas não, parece que minou ainda mais. Interessante, pior que antes, quem arrancava bastante conseguia trazer três quilo de marisco, depois de tirado lógico. Aí o que acontece hoje eles traz até dez quilo.

[Aí vocês quando percebem isso já vão pra outro lugar?] É a mesma coisa que na roça. Justamente agente deixa porque tem escassez com o tempo você volta lá que ali já tá bom de tira; [Vocês falam, comentam com outros marisqueiros?] É...olhe bem, tu sai dali, daí outra pessoa vai pralí, aí outra pessoa vai vindo pra aquele local, aí agente diz: ‘O fulano aí não tem não, vão procura um canto que tem! Vamos pra outra croa.’ Agora eles tão cavando muito noutra croa não é nem nessa daí perto de Coqueirinho, porque agora tá miúda né? Tão em outras croa, ontem mesmo tiraram de outras croas [Ficam quanto tempo esse lugar que deixa lá, que vocês viram que tá pequeno?]; Uns seis meses mais ou menos.”(Pescadora de Camurupim)



Após a pesca os mariscos são levados para casa, são colocados numa vasilha de água quente para que as conchas se abram e em seguida são debulhados, ou seja, é retirada a carne que será fervida e depois consumida ou comercializada.

A ostra (*Crassostrea rhizophorae*) também é muito importante na alimentação e na geração de renda. Ela fica presa nas raízes do mangue e o pescador mergulha para retirar as cachadas, com cinco, seis ou até dez ostras fixadas. Atualmente, alguns Potiguara estão envolvidos em projetos de cultivo artesanal de ostra (ostreicultura) e passaram a vender para o mercado regional. A técnica de cultivo envolve o uso de gaiolas (cestos de rede) presas em troncos que são fixados no solo do mangue.

Outros moluscos como sururu, maçunin e taioba coletados no mangue também fazem parte da culinária local.

LAGOSTA E CAMARÃO

A pesca da lagosta (*Panuliris sp*) é realizada em alto mar com uso de botes que ficam ancorados em Baía da Traição. Os índios identificam dois tipos de lagosta: a verdadeira e a cabo verde. Sendo que a verdadeira tem comprimento maior que 13 centímetros e a cabo verde não cresce muito (tem no máximo 12 cm), mas fica mais bonita, mais “grossa”.

São praticados três tipos de pesca da lagosta: a pesca de cova, a pesca de rede e a de mergulho. O covo é um quadrado com uma boca chamada de sanga, “a lagosta ali entra, o covo iscado com um pedaço de qualquer um peixe dentro do covo e elas entra pra ir comer e ali fica presa”. Essa armadilha também captura polvo e alguns tipos de peixes. O pescador distribui cerca de 50 covos próximos a pedras e cascalhos denominados de canga: “Aí soltou ali, aí vai mais pra frente solta mais outra...50 canga. Chama canga cada parte que ele solta o covo. Aí no outro dia ele vai despescar e iscar”.

A pesca da lagosta é proibida pelo Ibama do início de setembro até o fim de maio. Período quando os pescadores recebem o “seguro defeso”, um auxílio financeiro para não pescarem. Além disso, há normas quanto ao tamanho da lagosta que pode ser capturada. Os pescadores conhecem estas leis e normas, mas ressaltam que nem sempre elas são cumpridas.

A pesca do camarão nativo (*Panaeus sp*) ocorre nos estuários e, principalmente, no pantanal do rio Camaratuba. São capturados o camarão cinza e o branco. Há também um tipo menor chamado de tamaru e o camarão cinza de viveiro (*Litopennaeus vannamei*). A produção é destinada para o consumo da família, para comercialização, mas também para presentear, trocar e distribuir nas Festas do Camarão.

O período mais propício à pesca do camarão nativo é o inverno, quando chove mais. Assim, a pessoas e revezam entre a pesca e agricultura ao longo do ano como explica o pescador abaixo, em relação ao pantanal de Cumaru:

“Parece que não tem nenhum camarão, mas se der uma cheia que passa três dias aí com esse pantanal cheio parece até que choveu camarão. E tudo grande! E tudo com aquela casca bem fininha que fica difícil até de descascar, tudo gordo! É da própria chuva, às vezes não chove aqui mas chove nas imediações

dessas cidades vizinhas, aí o Rio Camaratuba se encarrega de jogar as águas dele pra cá. [Então no inverno é uma época boa pra vocês aqui?] É. Já no verão...no verão nos parte pra agricultura, vai trabalha na usina...” (Morador de Cumaru)

Na aldeia Cumaru a pesca tradicional do camarão nativo no pantanal é feita com uso do covão e da jangada de aninga (*Montrichardia linifera*). O dia-a-dia da pescaria no pantanal começa antes do sol nascer com a retirada dos covos colocados na água no fim da tarde do dia anterior. Durante a noite os camarões entram no covão e ao retirados pelo pescador no dia seguinte de manhã o quanto antes para não morrerem.

Quanto às regras de uso do pantanal, a princípio todos têm permissão para pescar nesse ambiente, mas certas normas de boa convivência devem ser observadas. A distribuição dos covos em veredas pelo pantanal marca o território de cada pescador, que pode ser compartilhado com outros a depender da amizade entre eles.

Aqui o cara pode pescar em qualquer lugar que ele quiser pescar. [Mas onde tem o covão de uma pessoa o outro bota perto?] É, geralmente não, porque assim quando eles tão botando o covão, cada um procura fazer a sua vereda, né. Mas as vezes por causa da amizade, eu boto na vereda de alguém, alguém bota na minha, mas geralmente cada um bota na sua vereda, [que] é tipo uma trilha que a gente faz. E é engraçado que nem parece, mas quando a gente tá lá no meio do pantanal, a gente não vê mais nada aqui não, porque essas aninga são maior que eu, parece que a gente tá em outro canto. Aí de lá a gente já tá lá dentro mesmo, a gente rasga no braço mesmo, vai pra cima vai pra baixo, e as vezes acontece assim do cara ter 50, 60, 70 covão o cara vai pra cá e volta sobe vai de lado o cara fica desbaratinado, sem sabe onde tá. Onde é que eu tô mesmo! Fica assim aí procura uma árvore mais alta, ou até que seja uma aninga mesmo, aí ele sobe aí vê né, aí ele fala: ah, tô no canto fulano de tal, na imediação do canto de fulano de tal.”

Ao contrário do que ocorre com outros produtos da pesca, o camarão nativo quase não é vendido para atravessadores, como contam os pescadores, mas é comercializado diretamente nas feiras ou é trocado por outros alimentos numa rede de colaboração.

Uma vez por ano, a produção de camarão é destinada à Festa do Camarão, que ocorre desde 1989 na segunda semana de setembro. Na abertura da festa dança-se o toré e o coco de roda e em seguida bandas contratadas tocam forró até o amanhecer. Os participantes compram sua bebida e as porções de camarão ao “alho e óleo” ou cozido no leite de coco são de graça. Para a realização da festa os índios recebem ajuda de comerciantes de Baía da Traição e Mataraca, de universidades e da FAC (Fundação de Ação Comunitária da Paraíba).

CARCINICULTURA

A carcinicultura ou cultivo de camarão exótico (*Litopenaeus Vannamei*) em tanques é uma atividade recente entre os Potiguara que teve início na aldeia Camurupim por volta de 1997. No ano seguinte, algumas aldeias foram beneficiadas pelo Projeto Cooperar – PB e foram construídos tanques numa área de cerca de 180 ha. Atualmente, a carcinicultura na área indígena é um empreendimento realizado por poucas famílias de maior poder aquisitivo, devido ao alto custo de implantação e manutenção. A atividade também exige conhecimento técnico especializado pouco acessível à grande maioria.

Os viveiros são construídos no mangue ou no apicum, ambientes de grande valor socioeconômico e ambiental. Sobretudo, o apicum, onde preferencialmente constroem-se os tanques de camarão, é muito valorizado em decorrência da presença dos goiamuns, uma vez que é o habitat desse animal.

Cada criador possui entre um e três tanques, mantidos por dois funcionários que colocam a ração dos camarões diariamente. Os alevinos são comprados de fornecedores nas capitais mais próximas e após 30 dias atingem o tamanho mínimo para a venda. Para a despesca são contratadas cerca de 10 a 12 pessoas. Enquanto a água do tanque escoa pela comporta os camarões são capturados e separados de acordo com o tamanho. Alguns siris saem junto com os camarões e são cozidos na mesma hora, numa fogueira controlada por algumas mulheres, ao lado da tenda onde os trabalhadores separam os camarões. Segundo relatos, aproximadamente 40 famílias mantêm viveiros nas áreas de abrangência de Tramataia, Coqueirinho, Val, Brejinho e Camurupim, sobrevivendo da carcinicultura. Entre Caieira tentaram implantar alguns viveiros sem sucesso devido o local ser inadequado e em Acajutibiró há um esforço em substituir a criação de camarão por peixe.

A atividade da carcinicultura gera muito polêmica e discordância quanto ao manejo territorial. De um lado, os recursos do mangue e do apicum são bens comuns de áreas de uso coletivo, enquanto os tanques são propriedades privadas de uma ou duas pessoas. Contudo, as relações entre as famílias indígenas e dessas para com seu território tensiona para que se busquem atividades econômicas alternativas, menos impactantes e cujos benefícios possam ser compartilhados por um grupo maior de pessoas.



Veja a seguir os argumentos dos índios que defendem e dos que criticam a carcinicultura:

“[E o viveiro qual o mal dele?] Porque o viveiro não abrange muitas famílias, só os três meses que vai despescar é que se precisa de 12, 13 pessoas pra despescar. Agora é só 2 funcionários que trabalha em cada viveiro desse durante esses 3 mês e nos três mês é que precisa de mais gente para despescar.”(Morador de Tramataia)

“E agora tem uma ajuda também que é os viveiros de camarão. Eles tem dado uma dor de cabeça pra alguns por causa do Ibama, mas dá emprego pra alguns também. Um viveiro de 1 hectare, o emprego é de duas pessoas, mas quando vai despescar leva umas 10 pessoas pra trabalhar. É uma diária que cada um já vai receber. Já tem outros viveiros que são maiores, já leva mais pessoas. Já é uma ajuda pra quem tá sem ganhar nada.”(Morador de Camurupim)

“No tempo o meu viveiro custou 30 mil reais pra fazer ele, com duas despesca pagamos o viveiro. Além de pagar o viveiro e dividimo pra seis família um feira boa. Ainda fiquei devendo 4 mil ao rapaz que construiu, sorte que ele tinha condições e ainda tem, ele não veio mais atrás [...]. Além de ser uma atividade que não demanda muita mão de obra existe a relação com o atravessador, que em nenhum atividade produtiva é bem vista.”(Morador de Tramataia)

“... agora fiquemo com o atravessador, sempre tem o atravessador. Ele vai querer comprar o camarão barato, a gente não tem empresa tira ele na tarrafa, tira hoje 200 kg, amanhã tira 100 kg... Aí tem empresa que tá voltando de novo com os preço do camarão muito bom. O camarão de 7, 8 grama eles tá pagando a 80, 90 centavos por grama, tá melhorando de novo. Quem tira suas produção hoje tá ganhando seu dinheiro. No tempo que começou as empresa pagava 1 real por grama. O quilo de camarão chegou a 10 reais o quilo pra gente aqui vender. Eu tinha no tempo 6 sócios”. (Carcinicultor de Camurupim)

Impactos socioambientais da carcinicultura

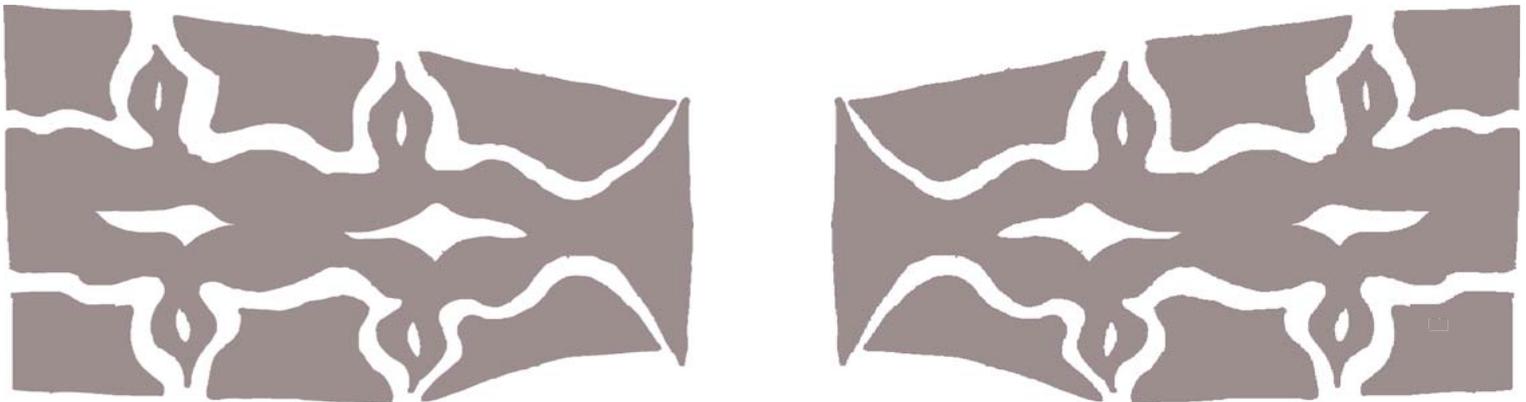
A carcinicultura vem causando severos impactos socioambientais. Os impactos mais decorrentes listados na literatura, e que podem se vistos na região, são a destruição de manguezais e apicuns, poluição hídrica, os riscos pela introdução de uma espécie exótica (*Litopenaeus vannamei*), difusão de epidemias, desestruturação das comunidades de pescadores artesanais, modificação do fluxo das marés, redução e extinção de habitats de numerosas espécies, extinção de áreas de trabalho (mariscagem, pesca e captura de caranguejos), proibição de acesso às áreas de pesca e de coleta, contaminação de água. O processo de implantação dos tanques se inicia pela retirada da vegetação dos mangues e apicuns, abertura dos tanques com draga e trator remoção do solo.

Apesar da preferência pelos apicuns para construção dos viveiros, marcas na vegetação do manguezal podem ser observadas, como nas áreas de Tramataia e Coqueirinho. A área na altura de Brejinho chegou a ser desmatada para a implantação de viveiros e encontra-se em regeneração. Independente da escolha entre o mangue ou apicum para implantar os viveiros muitos compreendem e destacam a importância socioeconômica e ambiental dos dois. No caso dos apicuns, preferidos para a implantação dos viveiros é considerado um ambiente de fartura de guaiamuns, portanto uma área de grande importância econômica.

Após a implantação do tanque e início das atividades os prejuízos seguem com a contaminação das águas dos rios Sinimbu e Mamanguape com os efluentes dos tanques. A grande quantidade de ração utilizada diariamente gera a proliferação de bactérias e para combatê-las os Potiguara utilizam cal. A erosão dos taludes e diques, construídos respectivamente para conter os tanques e fazer a troca das águas, é percebida pelo assoreamento do rio Mamanguape expresso por meio as formação de croas de areia, atrapalhando o deslocamento das canoas pelo rio.

A mão-de-obra contratada é temporária ocorrendo mais em fase de despesca. Em muitas situações escutamos que se a atividade for proibida muitas famílias ficarão desempregadas, o que é um fato. No entanto, não há consenso entre os Potiguara de que a carcinicultura proporciona tantas oportunidades a ponto de compensar toda degradação ambiental que gera, ainda mais considerando o número de pessoas que depende dos recursos do mangue e dos apicuns e que seriam gravemente prejudicadas em caso de ascensão (maior ainda) da atividade.

A carcinicultura restringe o uso dos recursos do mangue privatizando espaços de livre acesso na mesma lógica da cana que impede os demais agricultores de usar a terra para outras culturas. Os carcinicultores implantam seus tanques e usufruem de seus lucros e os pescadores, coletores e marisqueiras socializam a degradação causada pela atividade.



ENTRE ROÇAS, SÍTIOS E CANAVIAIS

A agricultura, juntamente com a pesca, conforma a base da economia potiguara. Os documentos históricos informam que seus antepassados tinham uma agricultura bastante desenvolvida, e não faltavam alimentos. Em tempos recentes, esta situação mudou significativamente. A invasão das terras indígenas, a devastação ambiental, a desvalorização econômica e social da atividade agrícola e o consequente empobrecimento dos solos passaram a dificultar a lida na agricultura. A tensão maior nesse campo envolve a prática da agricultura tradicional (a roça) e o plantio de cana-de-açúcar que disputam as mesmas áreas, mas funcionam sob lógicas distintas e conflitantes.

O anseio dos agricultores por maior produtividade deve-se tanto a transformações no ambiente (empobrecimento dos solos e assoreamento dos rios) quanto a mudanças no próprio sentido de “necessidade” para os índios Potiguara. Importante salientar que é aplicado um conhecimento agrônômico indígena nas diversas fases de produção e comercialização.

Sendo assim, buscamos apresentar uma descrição generalizada da agricultura praticada abordando técnicas, relações envolvidas, impactos ambientais entre outros.

Entre a casa e o sítio as pessoas cultivam plantas medicinais, hortaliças, fruteiras e coqueiros, além de ornamentais e outras plantas de valor espiritual (por exemplo, para proteger a casa contra “mau-olhado”). Nos quintais também estão presentes espécies de plantas nativas que foram mantidas na área quando da abertura do sítio. A produção das fruteiras e coqueiros pode ser destinada ao consumo da família ou à venda, como é o caso da maioria dos sítios de coco. A aldeia São Miguel, por



exemplo, tem muitos desses sítios com vistas à venda de coco verde e coco seco para atravessadores que por sua vez revendem em João Pessoa. As mudas de coco são feitas pelos próprios índios a partir do coco seco e doadas entre uns e outros.

As frutas dos quintais são destinadas principalmente ao consumo da família. Poucas famílias vendem caju, manga ou jambo na beira da estrada na época da safra. O mais comum é venderem a castanha do caju, que custa em média R\$ 1,00 o quilo. Afora isso, existem plantações de mamão, maracujá e abacaxi. Mas nesse caso entram na categoria de “roçado” ou “fruticultura irrigada”.

O sistema de cultivo praticado pelos Potiguara é comumente conhecido como “roça de coivara”. As roças são “abertas” no arisco e no paú. Algumas aldeias possuem pouca ou nenhuma área agriculturável disponível para plantar, seja porque estão localizadas próximas ao mar, seja porque a monocultura da cana compete pelas áreas (ou os dois). Outras aldeias, mais para o interior do território cultivam bastantes roças (ainda que a cana esteja presente). As aldeias onde mais se planta roça são Tracoeira, Santa Rita e Laranjeiras ao longo do Rio Sinimbu; Estiva Velha às margens do rio da Estiva; e a área de retomada de Três Rios. Já Camurupim, situada próxima à barra do rio Sinimbu, não tem área para plantar e as famílias vivem principalmente da pesca, da mariscagem e da carcinocultura.

No caso da aldeia Silva de Belém, a maior parte dela está situada sobre áreas de tabuleiro cujo solo não é favorável à agricultura. As famílias, então, plantam nas bordas das fontainhas, aproveitando a água que desce delas para irrigar as plantas cultivadas.

Principais plantas cultivadas e mantidas nos sítios, quintais e roças

Nome local	Nome científico	Uso (roça/ quintal/ sítio)
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> L.	Roça
Acácia	Mimosoideae	Quintal
Açafrão	<i>Bixa orellana</i> L.	Sítio/Roça
Acerola	<i>Malpighia puniceifolia</i> L.	Sítio/quintal
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	Quintal
Amendoim	<i>Arachis hypogea</i> L.	Roça
Araçá	<i>Psidium</i> sp	Sítio/quintal
Aroeira (de praia)	<i>Schinus terebinthifolius</i> Radd.	Quintal
Babosa	<i>Aloe barbadensis</i> Mill.	Quintal
Bananeira	<i>Musa</i> sp	Quintal
Batata	<i>Ipomea batatas</i> (L.) Lam.	Roça
Bati bravo	<i>Ouratea</i> sp	Quintal
Burburi	Não identificada	Quintal
Cajazeira	<i>Spondias mombin</i> L.	Sítio/Quintal
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Sítio/Quintal
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.	Canavial
Coco da Bahia	<i>Cocos nucifera</i> L.	Sítio/Quintal
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Quintal
Cupiúba	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	Quintal
Dendezeiro	<i>Elaeis guineensis</i> L.	Quintal
Fava	<i>Vicia faba</i> L.	Roça
Feijão de arranca	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	Roça
Feijão de corda	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.	Roça
Flamboiã	<i>Delonix regia</i>	Quintal
Fruta pão	<i>Artocarpus incisa</i> L.	Sítio/Quintal
Goiaba	<i>Psidium</i> sp	Sítio/Quintal
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Sítio/Quintal
Guajiru	<i>Chrysobalanus icaco</i> L.	Quintal
Imbira	<i>Xylopia</i> sp	Quintal
Ingazeiro	<i>Inga</i> sp	Sítio/Quintal
Inhame	<i>Dioscorea</i> sp	Roça
Jambeiro	<i>Syzygium jambos</i> L.	Sítio/quintal
Jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Sítio/Quintal
Jerimum	<i>Abobora</i> sp	Roça
Laranjeira	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Sítio/Quintal
Limoeiro	<i>Citrus limon</i> (L.) Burmann.	Sítio/Quintal
Macaxeira	<i>Manihot utilissima</i> Pohl	Roça
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i> L.	Sítio/Quintal/Roça
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Roça
Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i> Gomez	Quintal
Mangueira	<i>Mangifera indica</i> L.	Sítio/Quintal
Maracujazeiro	<i>Passiflora</i> sp	Sítio/Quintal/Roça
Melanciaira	<i>Citrullus lanatus</i>	Roça
Milho	<i>Zea mays</i> L.	Roça
Murta	<i>Eugenia</i> sp	Quintal
Oliveira	Não identificado	Quintal
Pau brasil	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	Quintal
Pimentão	<i>Capsicum annum</i> L.	Quintal
Pinheira	<i>Anona squamosa</i> L.	Sítio/Quintal
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Sítio/Quintal
Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides</i> Humb., Bompl. & Kunth.	Quintal
Tamarineiro	<i>Tamarindus indica</i> L.	Sítio/Quintal
Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i> L.	Quintal



Os ambientes de cultivo por excelência são o arisco e o paú, dois espaços complementares e opostos em suas características. No inverno se pratica a roça de arisco e no verão, a roça de paú cujas especificidades estão resumidas na tabela a seguir.

Comparação entre roça de arisco e roça de paú

Atributos	Roça de arisco	Roça de paú
Temporalidade	Roça de inverno/ Período de chuvas (geralmente entre março e agosto)	Roça de verão/ Período de secas (geralmente entre setembro e fevereiro)
Ambientes	Tabuleiros, capoeiras	Várzeas dos rios
Solo	Areia e barro	Lama preta, lama areiada
Relevo	Alto	Baixo
Umidade	Seco	Úmido, sujeito a alagamento no inverno.
Desenvolvimento das culturas	Ciclo mais longo	Ciclo mais curto.
Plantas cultivadas	Todas do paú, exceto hortaliças e bananeiras	Todas do arisco, exceto cana-de-açúcar.

O trabalho na roça começa com a derrubada da capoeira ou restos das culturas anteriores. A vegetação é “brocada” com uso de machado, foice, facão ou trator. Após a broca, o agricultor deixa a vegetação retirada secar sobre o solo para em seguida fazer a coivara, ou seja, juntar os montes de matéria orgânica seca e queimar. São feitos aceiros ao redor da área para evitar que o fogo se espalhe. No caso de se “abrir” uma capoeira, retira-se toda a madeira que possa servir para a construção de casas, cercas, lenha ou fabrico de carvão. Depois de alguns anos cultivando na mesma área a terra vai perdendo a força e precisa descansar. O solo do arisco, após poucos anos já perde os nutrientes, enquanto no paú, por ser mais fértil, as áreas são cultivadas durante vários anos, até o solo ser esgotado.

Antigamente, como contam algumas pessoas, se brocava uma área de mata para cultivar e depois de uma ou duas safras, abria-se uma nova área e deixava aquela descansar por dois, três anos. Hoje em dia, raramente se abre uma roça onde tem mata tanto porque elas são raras quanto pela preocupação dos índios com a preservação delas. As roças são mais comumente instaladas em capoeiras ou mesmo ex-canaviais. Por outro lado, a etapa do ciclo da roça que consiste no período de descanso da terra tem sido praticamente suprimida em decorrência da escassez de áreas agricultáveis disponíveis.

“Porque o índio... eu tenho em minha mente que o índio nunca ia acabar as mata. Porque você corta no machado de repente nasce a outra moita. O que acaba é a motosserra e o trator. Eu me lembro que papai fazia um roçado aí

arrancava a roça aí ali já não plantava mais. Quando começava a dar fraca aí já fazia o roçado em outro canto. Quando dava fé tava virado capoeira de novo. Logo, logo dava vara, caibro”. (Morador de Três Rios)

O principal cultivo do arisco é a mandioca, que é a base da produção de alimento (para consumo e troca), de modo que cada família até pouco tempo possuía a sua casa de farinha (hoje, não mais) onde fabricava a vários tipos de farinha, a goma de tapioca e o beiju¹⁷.

¹⁷ Beiju de massa, beiju com coco, debaixo da farinha, beiju de mandioca mole, beiju pé de moleque

Ainda sobre as características ecológicas do arisco, pode-se entender a partir do discurso indígena sobre a paisagem que o arisco engloba tabuleiros, matas, capoeiras e grotas, áreas de chãs, ladeira e parte dos baixios. No geral, predomina a areia, mas em algumas áreas existe areia preta com barro e barro vermelho, considerados melhores para a agricultura.

Enquanto o arisco tem um solo predominantemente arenoso, no paú predomina a lama, uma vez que este ambiente corresponde às várzeas úmidas. As grandes extensões de arisco – são cortadas por rios, riachos e levadas, ao longo dos quais se cultivava as roças de paú. Apesar de representarem uma pequena porcentagem das áreas agrícolas, os solos férteis do paú permitem boa produtividade, abastecendo a casa e gerando um excedente destinado à venda.

As atividades agrícolas são geridas pelo ciclo de chuvas. As famílias cultivam no arisco durante o inverno (período chuvoso) e na estação seca, fazem os roçados no paú. O arisco até pode ser trabalhado o ano todo, como no caso da fruticultura irrigada, mas o paú está sujeito ao alagamento periódico e por isso nele só se cultivam plantas cujo ciclo dure no máximo sete ou oito meses.

Além do regime de chuvas, os Potiguara também consideram as fases da lua para decidir quando plantar, sendo a lua crescente a melhor fase. Pode-se plantar na lua nova, período denominado de noite escura, já a fase da lua minguante é desfavorável.

“É tempo de crescimento da lua e a gente planta e quando aquela maniva sai tá com muita força. [...] Mas quando você planta na minguante ela sai, mas ela sai sem querer botar a terra pra fora e quando é assim [crescente], ela joga. A gente vê mesmo que vai rachando, jogando terra pra cima! [...] Noite escura também é boa pra plantação. O que não é bom pra gente plantar é quando a lua tá minguando, chama quarto minguante, né? Tem gente que planta porque gosta de plantar, mas não dá a lavoura que devia dá. (Agricultor de Três Rios)

“Sempre a gente tem aquelas origem de plantar no período, quando nossos antepassados faziam, minha mãe meu pai... E hoje a gente continua plantando três dias de lua nova. Plantando três dias de lua nova pra cheia ela nasce, a mandioca, a roça, né? [...] Ela nasce uma lavoura com [se] diz ‘na vitamina’, ‘vitaminada’, porque ela nasce que é uma beleza mesmo”. (Morador da aldeia São Francisco)

Ao contrário de como ocorre no sistema de monocultura dos canaviais, no sistema da roça tradicional pratica-se o consórcio de plantas e a rotação das culturas. A mandioca e a macaxeira podem ser plantadas sozinhas ou consorciadas com feijão ou milho. A batata é plantada em área reservada só pra ela. Já o milho e o feijão também são plantados juntos, uma linha de cada e ainda podem ser consorciados com jerimum ou melancia. A rotatividade é feita com vistas a adequar a cada planta e para evitar o empobrecimento do solo. Por exemplo, se numa estação planta-se feijão e milho, após a colheita, planta-se a mandioca.

“Planta o feijão e o milho, aí a gente vai, tira o feijão e o milho e planta a maniva. Aí chega o tempo de plantação, vai chegar o inverno, a gente vai, tira a roça e torna plantar feijão e milho de novo. Se não quiser plantar a roça de novo, planta o feijão e o milho aí a roça a gente já procura outro lugar. Porque se a gente vai plantando, vai plantando, planta três, quatro anos uma planta só a terra cada vez vai enfraquecendo”. (Morador de Três Rios).

Dentre a grande diversidade de plantas cultivadas nos roçados, levantamos cinco variedades de mandioca, nove de macaxeira, duas de milho e apenas uma de feijão de corda e uma de feijão de arranca.

Qualidades de feijão, milho, inhame, mandioca e macaxeira

Planta	Qualidades
Feijão de corda (macaça, de moita)	Sem denominação específica
Feijão de arranca	Mulatinho
Milho	Iba; Alho
Inhame	Pernambuco; Mandioca
Mandioca	Amazoninha; Passarinha; Alandi; Buiona; Rica pobre; Pitangueira (paũ)
Macaxeira	Não tem; Rosinha; Manteiga; Eucalipto; Amazona; Baía branca; Baía preta; Sedinha; Fita





Para plantar no paú o agricultor, faz muçucas ou leiras (ou leirões) e levadas. As muçucas são montinhos de terra, como se fosse uma leira fragmentada. Essa técnica é utilizada para facilitar o crescimento das raízes da planta quando o solo está compactado: *“Se plantar no terreno duro, a raiz vai ficar com dificuldade, vai ficar entronchando. Aí fica uma parte molinha pra raiz se desenvolver”* (Morador do Forte). *Entre as leiras cavam as levadas em direção ao rio ou córrego para drenar o terreno: “Se não fizesse as levada isso ai tava tudo encharcado, ela ficava bêbada, como se diz”.*

No arisco, nas roças mais extensas, as famílias empregam trator para arar e gradear o terreno antes de plantar. Os tratores são considerados “imprescindíveis” ao trabalho agrícola para alguns Potiguara que possuem grandes áreas para cultivar e não têm mais como praticar uma agricultura de corte e queima como faziam os “antigos”. O emprego do trator facilita o trabalho, mas representa um risco ambiental por acelerar o empobrecimento do solo.

Todo o manejo dos roçados, desde o preparo da área onde será implantada até a colheita, depende de redes de relacionamento. Primeiramente, como já vimos, a própria localização das áreas de roça traduz relações de parentesco entre os donos delas. Bem como, o roçado de um casal é trabalhado por toda sua família (filhos, netos e demais). No que tange ao trabalho, além da mão de obra familiar também existe o “mutirão” (ou “troca de dia”) e a “diária”. O mutirão é empregado no preparo e na colheita, de modo geral, quando o dono do roçado chama um grupo de pessoas para realizar determinado serviço na sua área, oferecendo alimentação e não raro, bebida alcoólica para animar o trabalho. Então aquele que convocou o mutirão e sua família ficam comprometidos em trabalhar na roça de cada pessoa que participou do mutirão. Se o pai não puder ir vai o filho, ou o cunhado, ou quem quer que represente a família. E a “diária” consiste simplesmente em pagar um valor em dinheiro pelo dia de trabalho de uma pessoa que não seja da família.

Quase todas as aldeias têm pelo menos uma casa de farinha onde as famílias beneficiam a mandioca, as quais contam minimamente com um forno, um ralador/triturador, uma prensa, peneiras, cocho e tanques. Antigamente cada família tinha sua casa de farinha manual no seu quintal/sítio. Hoje em dia, várias famílias utilizam uma mesma casa de farinha que pode ser comunitária ou particular.

O período que uma família permanece na casa de farinha beneficiando a mandioca é conhecido como farinhada. Dela participam pai, mãe, filhos e filhas e seus respectivos maridos e esposas, netos e netas, cunhados e cunhadas. Para utilizar as casas de farinha, tanto as particulares quanto as comunitárias, é preciso “pagar a conga” que é uma contribuição em farinha para a manutenção da casa, *“A gente chama de conga, né? Cada saca é uma cuia que agente paga. Daí fica lá na casa de farinha”* (Moradora da aldeia Camurupim)

A casa de farinha corresponde a um espaço primordial na culinária indígena, pois além de farinhas de vários tipos é produzida uma série de subprodutos da mandioca como beijus, pés-de-moleque e tapiocas. Em muitos destes alimentos são inseridos outros elementos como coco ralado, folha de bananeira e rapadura.

De modo geral, os produtos oriundos dos sítios/quintais, roças e roçados são consumidos, doados, trocados e/ou vendidos estabelecendo toda uma rede de relações entre os indivíduos dos grupos domésticos, as famílias, as aldeias, e entre os Potiguara e atravessadores que abastecem feiras e outros mercados nas cidades próximas. Interessante destacar a troca de produtos de acordo com a situação geográfica das aldeias. Como explica um morador de Camurupim, pessoas das aldeias onde há bastantes roças trocam os derivados da mandioca por peixes nas aldeias costeiras.

Um morador da aldeia São Francisco também conta que às vezes os parentes vêm de Cumaru visitá-los trazendo frutas como jaca e pescados. E que a família dele faz o mesmo de tempos em tempos: vai para Cumaru e leva farinha, banana entre outros. Segundo ele, esse é um costume em várias aldeias. Além das trocas, nas aldeias Forte, São Francisco e Galego, são bastante usuais placas de “vende-se” nas paredes das casas. Dentre os produtos anunciados estão: verduras, peixe, din-din, galinha, ovos e artesanato.



OS CANAVIAIS

A mandioca e a cana se contrapõem enquanto representantes de diferentes formas de cultivo da terra que produzem relações e modos de vida distintos. Ao contrário da carcinicultura, atividade igualmente polêmica, que foi trazida por meio de financiamento de projetos, a plantação da cana-de-açúcar faz parte de uma história de disputa entre os Potiguara e os usineiros e está imbricada nas relações que envolvem indígenas com os de fora.

As roças e roçados – juntamente com a pesca – são, segundo os Potiguara, os principais meios de sobrevivência das famílias, mas é a monocultura da cana-de-açúcar que predomina na paisagem do território. De acordo com os etnomapas, aproximadamente um terço da superfície do território indígena estaria coberto por ela. Os canaviais competem diretamente com outras atividades produtivas ao restringir as áreas agriculturáveis disponíveis para a implantação das lavouras de culturas como mandioca, milho e feijão; ao desmatar os tabuleiros suprimindo importantes áreas de coleta de mangaba; e ao poluir os corpos d'água prejudicando a pesca. Ao mesmo tempo, por meio dela o Potiguara se insere totalmente na lógica de mercado capitalista, como provedor de mão de obra e recursos ambientais a um baixo custo. O lucro individual mesmo que irrisório diante do montante arrecadado pelas usinas, contudo, representa muito na renda das famílias, ao mesmo tempo em que mantém ativas relações econômicas e morais com os usineiros.

Dentre as aldeias do território, as maiores produtoras de cana, segundo relatos e dados da Funai são Estiva Velha, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Forte, São Francisco, Silva de Belém, Grupiúna, Brejinho, Silva e Camurupim. Na TI Monte-Mor toda a plantação de cana é de fazendeiros ligados às usinas que ainda não deixaram a área indígena e na TI São Domingos algumas áreas de cana-de-açúcar ainda são de fazendeiros.

Durante alguns anos alguns Potiguara alugaram terras para as usinas cultivarem cana, o que ficou conhecido como o “tempo do arrendamento” e que corresponde ao período que vai dos anos 80/90 até 2006. A partir daí oficialmente não seria mais permitido se arrendar terras indígenas para as usinas e plantadores de cana-de-açúcar. Mas mesmo assim, o território permanece tomado por canaviais. Com o “fim” do arrendamento em 2006, muitas pessoas que cultivam cana-de-açúcar ainda sustentam uma relação de forte dependência com as usinas, sendo na prática intermediários das ações da usina dentro do território indígena. A entrada de produtos (sementes, adubo, defensivos) e parte da mão de obra na plantação é viabilizada pelas usinas (no plantio e colheita, por exemplo) e a produção que sai é destinada a elas que no ato da compra já descontam o investimento feito. Não se ouve falar em trocas de “tocos” de cana, doação de cana a parentes ou mesmo que o proprietário faça algo diferente com sua produção que não seja vender aos usineiros.

“Os próprios índios plantam cana com o apoio das usina e cada vez aumenta mais. Hoje o pequeno plantador de cana que não tem condição planta 3 hectares de cana, mas que a usina vem e dá uma olhada se a cana dele é boa, para o ano, se ele tiver uma areiazinha ali ele já quer plantar 5 hectares a mais porque a usina vai fornecer ele pra plantação, fornecer ele nas máquina, na semente da cana, na limpa, em tudo, no veneno pra matar o mato. Ele se torna ali um laranja. No final da safra da cana o dinheiro que ele arrumou não dá nem pra comprar o adubo pra adubar a cana de novo, a usina vai abastecer e ele vai ficar sempre naquela. De 15 em 15 dia ele indo pra usina pegar dinheiro pra pagar uma limpa de cana, pra fazer um a compra, termina em nada. No final do ano a rendinha dele vai ser desse tamanho ou menos, ou às vezes não tem nem renda. Aquela cana é da usina, o índio fica só administrando”. (Morador de Marcação).



“Além da usina já descontá ainda chega o atravessador: eu tiro a tua cana por tanto. Mesmo se eu tenho 6 hectares, aí o rapaz chega ali o atravessador e diz: ‘Rapaz tu não me vende essa cana?’ Eu digo: ‘eu vendo’. Mas de todo jeito eu tenho que pagar a usina. O atravessador ele que vai vender com a usina, vendeu livre. Que se ele tiver de lucro 3 mil, tá livre”.(Morador de Três Rios).

Os compradores vão aos canaviais buscar a produção. Às vezes são os próprios donos do canavial e sua família que realizam o corte, mas também são empregados diaristas. Os caminhões passam carregados pelas estradas de barro que recortam o território. Até nessa etapa os pequenos plantadores saem no prejuízo em relação aos grandes. Uma liderança explica que enquanto os compradores estão recolhendo a cana dos maiores plantadores, a cana dos menores está “perdendo o suco” e assim quando chega a vez de recolher a produção deles, ela já está bastante desvalorizada. A princípio, a área destinada ao cultivo é de propriedade da família, que às vezes, utiliza áreas sobre as quais não há uma concordância quanto às regras de acesso, ou ainda são espaços comuns indevidamente “privatizados” em certo sentido. Por exemplo, quando áreas adjacentes à propriedade são empregadas na expansão do canavial ou ainda quando um resolve dispor de áreas de uso coletivo como os tabuleiros de mangabais para plantar, provoca-se tensão nas relações.

“Todos nós temos o mesmo direito, mas mesmo assim talvez tinham pessoas que tinham outros acesso com os usineiros ou com pessoas de lá que facilitavam o trator, um adubo. Porque sempre tem aquele que tem mais acesso; e aqueles que não tem acesso nenhum é que sofria mais, porque aquele que tinha acesso pedia um trator, um adubo **[Mas ele podia plantar em qualquer lugar, qualquer capoeira que ele visse?]** Era porque a terra não tem dono, porque assim, como eu já lhe falei, o direito que tem um tem todos, aí eu tenho direito de plantar onde eu quero como você tem e qualquer um outro, aí ficava naquela ansiedade. A gente via mais gente nos campo do que em casa, não faltava gente pelos tabuleiro por tudo quanto era canto. O pessoal daqui mesmo, dali de baixo, eles queriam ir botando os cajueiro abaixo, as mangabeira”.

As disputas sobre a “propriedade” da terra geram muitos conflitos envolvendo indivíduos, famílias e lideranças. Algumas aldeias como Camurupim, quase não tem área para plantar, pois se situa numa região onde predomina o manguezal e os coqueirais. Os poucos terrenos disponíveis estão ocupadas pela cana. Uma



liderança diz que por mais pressão que as famílias exerçam sobre os plantadores de cana, estes não liberam a área. No mínimo, os donos das plantações permitem que outras pessoas cultivem feijão e milho na área no período da entre safra. Mas quando chega o tempo de plantar a cana, quem não colheu perde a produção.

A monocultura da cana também se apresenta como uma possibilidade de trabalho, empregando várias pessoas no corte da cana. Contudo, os trabalhadores enfrentam condições insalubres e violação dos direitos trabalhistas, uma vez que trabalham sem carteira assinada, realizam jornada de 24h sem receber por isso e não contam com equipamento de segurança, entre outros. Um morador de Cumarú fala sobre os riscos do trabalho:

“Mas assim a usina é muito triste, e muito arriscado. Eles tã cortando cana, o corte de cana ou junta a cana, o resto que aquelas carregadeira que eles cortam e vai empilhando a cana em cima da outra, aí vai o carro e a carregadeira apanhando e geralmente, quando a carregadeira pega cai cana, muitas vezes ela até deixa que ela não pode abraçar. Sempre fica cana e você tem que vir atrás da carregadeira e isso é muito rápido, não pode demorar não, você tem que vir atrás da carregadeira, juntando aquela cana e jogando na frente dela. E já aconteceu vários acidentes assim, porque o trabalho é muito puxado e cansa muito. Aí se encostava por ali, se agarrava no sono – isso na parte da noite – e já aconteceu várias vezes de pessoas, nossa mesmo, quando o caminhão vinha ou a carregadeira, passar por cima. Quer dizer você já trabalha o dia todinho no serviço desse brabo, de tarde você passa o tempo todinho no sol, o sol cansa muito além do trabalho, aí quando e de noite que é pra tá descansando pega firme de novo”. (Morador de Cumarú).

Nesta relação entre usineiros e indígenas, aos primeiros cabe a maior parte do lucro e aos últimos restam as externalidades: restrição das áreas agriculturáveis, condições de trabalho insalubres, poluição dos rios e solos pelos defensivos agrícolas e fertilizantes e danos à saúde causados pela queima da cana, entre outros.

Mas por mais desigual que seja a relação entre os plantadores indígenas e as usinas, alguns ainda consideram a venda da cana-de-açúcar um negócio seguro e lucrativo e, supostamente, menos trabalhoso do que a manutenção dos roçados. Na tabela a seguir observa-se o crescimento vertiginoso da área plantada com cana em Baía da Traição e em Rio Tinto em detrimento das áreas plantadas com roça. Apenas em Marcação não houve aumento do plantio de cana, talvez devido à falta de área disponível ou ao processo de retomada da aldeia Três Rios com posterior proibição do plantio de cana nesta aldeia.

Relação entre mandioca e cana-de-açúcar em termos de quantidade (toneladas), área cultivada (hectares) e valor (mil reais*) em Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto**

Município	Ano	Mandioca			Cana-de-açúcar		
		Quantidade	Hectares	Valor	Quantidade	Hectares	Valor
Baía da Traição	2005	3.000	300	300	7500	150	285
	2009	1.500	150	240	60.000	1.200	2.520
Marcação	2005	1.260	140	126	12.000	3.000	4.560
	2009	900	100	144	11.000	3.000	5.040
Rio Tinto	2005	2.450	350	245	285.210	8.149	10.838
	2009	1.200	120	192	525.000	12.000	22.050

Fonte: IBGE 2010

* O valor não inclui os custos econômicos, sociais e ambientais.

** Inclui população indígena e não-indígena

Todavia, a rentabilidade por hectare de mandioca é praticamente a mesma da cana em 2009, pois a diminuição da produção da mandioca elevou seu preço. Ao mesmo tempo, ao se considerar a lucratividade da cana, não são computados os custos sociais, econômicos e ambientais da produção. Bem como não são considerados os rendimentos financeiros e alimentares provenientes dos subprodutos da mandioca e das outras plantas cultivadas em associação com a mandioca na roça, de modo que a vantagem da cana pode ser apenas aparente ou imediata. Mesmo assim, esse é o argumento mais forte a favor dos canaviais.

“Com dois hectares de cana ele vai ter uma moto no final do ano, tranquilo. Ele passa fome, pra limpar essa cana? Ele passa fome. Ele criou um norte: eu preciso conquistar uma moto, entende? E planta dois hectares de cana. Ele passa fome, vai fazer o que for. Leva os filhos. Aí vai lá, faz uma lavoura legal, vende no final do ano a essa usina. Ele foi beneficiado ou não? Se ele conquistou aquilo. A obrigação de dar essas condições pra que ele chegasse ao objetivo dele era de prefeitura, de Funai, era de governo do estado, mas nenhum deu. Ele que teve que virar por si mesmo. Então assim, que ela tem influência negativa, claro que tem, [mas] eu tenho que entender esses 15% [que vivem da cana] eu tenho que considerar porque eles estão ali. Existe hoje, dos maiores produtores de cana que ele vê que é um prejuízo, mas ele tá viabilizando outras alternativas pra diminuir o seu plantio porque ele sabe que o desmatamento é um desastre. Então assim, eu não posso hoje condenar a usina só porque é malefício, mas existe uma população que também tá sendo beneficiada por isso. Hoje na região de Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Estiva Velha todos os dias você vê gente trabalhando, limpando cana. E ali você tá conseguindo 50, 70 conto por semana, 100 reais por semana. Entendeu? É uma

feira. Você sabe que foi um desastre no momento em que o procurador diz ‘olha a cana ela não pode ser mais arrendada’. Mas também teve gente que passou fome. É uma faca de dois gumes. (Liderança da Aldeia Forte)

Uso de Agrotóxicos

Em áreas ocupadas por cana há o constante uso de agrotóxicos ou veneno para limpar a área eliminando as espécies indesejáveis (o mato) e para corrigir os solos. O uso intensivo dos agroquímicos é percebido por muitos Potiguara como uma contaminação de sua terra e de seus rios, além de causar danos irreversíveis à saúde dos agricultores e dos demais moradores. No entorno, o uso se intensifica e a aplicação dos agrotóxicos é realizada por pulverização aérea. Nas roças e demais culturas alimentares também são utilizados corretivos e inseticidas/fungicidas, porém com menor frequência, sendo que alguns agricultores optam por não utilizar.

“[Por que a cana prejudica a área?] Porque a cana não se agoa? A cana se agoa pra matar o mato que antigamente a gente limpava de enxada aí o mato que dá mais em cana é esse aqui que é o gengibre e a gente agoando com produto que mata passa 90 dias sem botar enxada dentro, mas e quando chove nas encosta que desce pra dentro do rio” (Morador de Tramataia)

CRIANDO ANIMAIS

A criação de animais de pequeno e grande porte se configura como fonte importante de alimento e de recursos financeiros para muitas famílias. Dentre os animais criados – galináceos, caprinos, bovinos, equinos e abelhas – destacam-se pela importância social e econômica as galinhas, as abelhas e o gado.

O jumento e o cavalo, chamados genericamente de animal, são criados por algumas famílias para servir como transporte e sobretudo para carregar lenha, carvão, mandioca, coco etc. Poucas famílias possuem bodes e cabras.

GALINHAS

As galinhas geralmente são criadas pelas mulheres nos quintais, enquanto a criação de gado é uma atividade preponderantemente masculina. As galinhas de capoeira, ou caipira, são criadas soltas nos quintais das casas. Nem toda família cria galinhas, pois “dão muito trabalho, os vizinhos pegam e acabam com as plantas”, mas as que possuem geralmente têm entre 30 a 40 animais. São criadas para alimentação, presentear parentes e amigos, servir em festas ou comemorações da família e venda em feiras e para restaurantes.

ABELHAS

A criação de abelhas nativas sem ferrão é uma atividade tradicional. Os troncos (cortiços) são mantidos nos quintais de casa, nas capoeiras ou sítios, com vistas à coleta do mel considerado de grande valor medicinal. A apicultura pode ser uma atividade tanto feminina quanto masculina e no caso das abelhas nativas cabe ao homem, que retirou da mata o tronco com o ninho, cuidar do mesmo. As abelhas criadas são a uruçú, a jandaíra, a moça branca e a abelha mosquito.

“Muito bom o melzinho da abelha uruçú! O mel dela você pode fazer o lambedor pra tomar o mel da abelha uruçú, até a cera da abelha uruçú é bom pra fazer defumação na cabeça é bom demais! Nós faz, meu povo aqui só se cura com o lambedor que eu faço, remédio caseiro”. (Pajé da aldeia São Francisco).

A apicultura, por sua vez, foi introduzida por meio de projetos promovidos principalmente por associações e também pela iniciativa individual de cada produtor. Foram mapeados 14 apiários, cada um com quinze colmeias em média. Muitos destes apicultores são filiados a associação Paraíba Mel, sediada em Baía da Traição, a qual vem fomentando a atividade nas aldeias prestando assistência técnica, auxiliando na captação de recurso e comprando o mel dos produtores. O mel é beneficiado e analisado pela associação. A CONAB compra a produção e redistribui. A associação produz quase quatro toneladas por ano – incluindo o mel de índios e não índios – segundo a presidente da mesma. O litro do mel é vendido pelo produtor por R\$14,00.

Os apicultores ressaltam o conflito de interesses que há entre eles e os plantadores de cana, pois os mesmos impactam negativamente a vegetação e, por conseguinte, a alimentação das abelhas. Os criadores de abelhas, por sua vez, buscam minimizar esse impacto plantando espécies melíferas e colocando as colméias em áreas de capoeira ou tabuleiro de forma a marcar um território contra o avanço dos canaviais.

GADO

O gado é criado em áreas de livre acesso como as várzeas (no inverno) ou em áreas de propriedade de uma família extensa ou de uma coletividade da aldeia:



os cercados. Estes são nomeados como o da Barra, o da Ilha Bela, de Tramataia e da Caieira. A criação de gado está diretamente associada à possibilidade da família cercar uma área e mantê-la sob posse exclusiva. Este ato não ocorre de forma tranquila, muito ao contrário, gera inúmeras tensões com os produtores agrícolas, como vemos na fala a seguir:

“Pouca gente tem gado, que pra ter gado tem que ter o cercado, né? Ter pra passar em cima da lavoura dos outros não dá. Então a gente prefere a lavoura do que o gado dos outros. Não vamos tá numa luta dessa, os que tem gado não ajudam. São índio. Eles querem a terra pra trabalhar pra criar seu gado, mas não vai em lugar nenhum pra ajudar isso aqui. Eles querem que a gente plante e os animal deles destrua e fique por isso mesmo”. (Morador de Três Rios)

Esta tensão decorrente da disputa do uso dos espaços para a agricultura em oposição à pecuária. Em Marcação, município onde se localiza a aldeia Três Rios, o rebanho praticamente dobrou nos últimos anos, o que talvez possa justificar o acirramento da tensão entre os plantadores de roça e os criadores de gado.

Efetivo do rebanho Bovino por município – 2005/2009

Municípios	2005	2009
Baia da Traição	1298	830
Marcação	351	813
Rio Tinto	2387	2413

Fonte: IBGE (Censo 2010).

O gado é criado por algumas famílias como se fosse uma “poupança”, utilizada quando se necessita de recursos financeiros. O animal é vendido vivo e o comprador é o responsável pelo abate. Em ocasiões de festa, é comum o dono a festa ou as lideranças oferecerem um boi aos convidados. A maioria das famílias possuem poucas cabeças de gado, mas algumas criam entre 70 e 200 indivíduos e, portanto, vendem com maior constância os animais Rio Tinto e Mamanguape onde serão abatidos.

NAS MATAS E NOS TABULEIROS, O EXTRATIVISMO E A CAÇA

O acesso às matas, capoeiras e tabuleiros, mesmo que estes sejam apenas fragmentos e estejam bastante impactados, é de grande importância para o modo de vida Potiguara. São extraídos, coletados e capturados, ao longo do ano, muitas espécies vegetais e animais, com destaque para a mangaba. O conhecimento que os Potiguara possuem das dimensões espaciais e temporais destes ambientes, contribui para um detalhado saber a respeito dos habitats, comportamentos, hábitos e das áreas de alimentação dos diversos animais, bem como a ecologia dos vegetais, permitindo-lhes localizá-los quando necessário.

A maior parte da produção oriunda da coleta e do extrativismo serve para o autoconsumo da família, mas também, a depender da espécie e da atividade, destina-se à comercialização, à permuta com outros alimentos e à doação para parentes e amigos. Tanto a produção, quanto a circulação dos recursos vegetais são regulados por normas de gestão indígena, a qual envolve o manejo, o uso e a circulação dos bens. A regulação dos espaços, quando há, e dos recursos aquáticos evocam, também, encantados como a comadre florzinha, como discutido anteriormente.

CAÇA

Apesar da atividade de caça ter diminuído muito, os mais velhos, ainda conhecem bem o comportamento e a distribuição de diversos animais, assim como variadas técnicas de captura. Levantar informações sobre caça, não é uma empreitada fácil, pois os praticantes desta atividade nem sempre são vistos com bons olhos, sem falar quando são perseguidos e punidos. Não se pode negar, contudo, que a caça representou importante fonte de proteína na alimentação indígena durante muitos e muitos anos e ainda pode ter grande relevância do ponto de vista simbólico e cultural em determinados contextos. Por outro lado, as populações dos animais que se costumava capturar declinam ano após ano, se não pela caça, pela supressão de seu ambiente. E assim, vem se modificando também a visão dos índios sobre essa atividade.

A caça está presente nas matas, no manguezal, nos tabuleiros, nos carrascos e até mesmo nas capoeiras. De acordo com o ambiente predominam determinados tipos de caça. A disponibilidade também varia de aldeia para aldeia já que elas se encontram em situação geográfica e ambiental diferentes. Mas de modo geral, na área indígena ocorrem mamíferos como a cotia (*Dasyprocta* sp.), o tatu (*Dasyopus septemcinctus*),



a raposa, o coelho, o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), a preguiça e a capivara. Também se encontram répteis, cuja carne é bastante apreciada, tais como o teiú (*Tupinambis merianae*) e o jacaré.

Os lugares onde ainda restam fragmentos de mata tanto na chã como nos baixios e onde os tabuleiros estão mais preservados são mais favoráveis à caça. Também o manguezal é uma área onde ainda se encontra o guaxinim e muitos tipos de aves. Ambientes como o carrasco e a capoeira mais grossa abrigam a cotia e o tatu. Em agosto quando o tatu está se reproduzindo, é fácil encontrá-los aí. Onde tem muito pé de caju costuma ter muito guandu. E a Grota do Jardim seria a morada do macaco prego.



Segundo contam, antigamente, com a chegada do inverno, os homens já se preparavam para caçar. Para tanto levavam consigo a espingarda e contavam com a ajuda de cães e com sua experiência em encontrar o rastro da caça (vereda), como ainda fazem. Além da espingarda e dos cães de caça, os caçadores também empregam armadilhas como o mundé, feito de varas de madeira.



FRUTAS DE TABULEIRO

Os tabuleiros são ambientes caracterizados dentre outros aspectos pela presença dos mangabais nativos. Dizer que as pessoas “vivem do tabuleiro” é o mesmo que dizer que “vivem da coleta de mangaba”. As áreas de coleta são de uso comum, ninguém é dono das mangabeiras. De acordo, com os índios, a maior produção de mangaba sai das aldeias São Francisco, Lagoa do Mato, Silva de Belém, Tracoeira, Jacaré de São Domingos, Estiva, Grupiúna e Cumarú. Marcação e Caeira tinham uma área de mangabeiras que foi destruída para o plantio de cana. A esse respeito, um morador de Três Rios se queixa: “O nosso tabuleiro cada dia tá diminuindo por causa da *plantação de cana, por isso não trabalham com mangaba*”.

A mangaba é retirada da árvore antes de maturar, com o auxílio de uma varinha e depositada no balaios. Em seguida ela é coberta com folhas e deixada assim por 3 dias até amadurecer. Assim, evita-se de recolher os frutos amassados do chão. Uma senhora catadora de mangaba explica como é o processo: “A gente abafa ela com três dias tá madura e quando bota um pouquinho de açúcar por cima ela aí amadurece toda de uma vez”. Ainda segundo essa senhora, são duas safras de mangaba no ano, sendo que a primeira produz a mangaba de leite e a segunda a mangaba de flor.

Muitas lideranças defendem o incentivo aos catadores de mangaba, pois segundo contam, as frutas coletadas são vendidas a atravessadores por preços irrisórios (R\$ 30,00 a caixa com aproximadamente 50 Kg), mas custam caro nos mercados das cidades – algo em torno de R\$ 10,00 uma “sacolinha”.

A mangaba tem grande importância na rede de trocas que envolvem o território indígena e os índios acreditam que se houvesse financiamento para o beneficiamento e comercialização da produção melhoraria a vida das famílias que se sustentam dessa atividade. Até já houve um projeto de construção de uma mini fábrica de produção de polpa na aldeia São Francisco, mas devido a conflitos internos ela está inativa. A Funai também já investiu na atividade por meio do plantio de um pomar de mangaba: são 500 pés em meio hectare, numa área de tabuleiro entre as aldeias Benfica e Laranjeira. O trabalho de quem coleta nessa área é facilitado porque as árvores estão bem próximas umas às outras.

Hoje em dia praticamente toda a mangaba coletada no território é vendida para fora da área por meio dos atravessadores que vêm buscar semanalmente na época da safra. Mas antigamente, a mangaba coletada era destinada mais ao consumo e à troca como lembra um morador da aldeia São Francisco:

*“Tirava mangaba segunda e terça, não era um dia só. Enchia o balaio de mangaba, né? Balaio de mangaba na cabeça e a gente levava farinha... Tirava mangaba e comia as mangaba...comia tanta mangaba que quando chegava não queria nem comer. Então aquela mangaba que tirava ia pra Baía, pra Baía chegava lá, trocava por peixe, vendia...aqui a gente ia já comprava o fumo, o açúcar, o gás, outras coisas agente não comprava, né? Tinha o peixe também. E às vezes aquele povo dava peixe assim pra gente, então a convivência da gente era assim. Sei que mudou, passou um tempo sei que lá vai, aí apareceu um povo aqui comprando mangaba e a mangaba hoje é mais tirada pra fora”
(Morador de São Francisco)*

Dos tabuleiros as pessoas também retiram o caju e a castanha, sendo o primeiro para o consumo da família ou para fazer doce e esta última para vender, pois é mais valorizada no mercado do que o caju in natura. Ainda assim, a castanha é vendida a um preço baixo aos atravessadores. Segundo contam, os catadores repassam a castanha assada por R\$ 1,00 o quilo e ela in natura é vendida por R\$ 0,50 a lata. “Só é mais castanha, caju é só assim junta uma bacía... Castanha tá dando mais dinheiro que o caju. Aqui se chegasse até uma firma pra pegar caju pra fazer a polpa levava de graça...”

Outra planta típica dos tabuleiros é o batibutá, utilizado na produção de óleo para cozinhar. Contudo, segundo relatos, quase ninguém coleta mais o batibutá, uma vez que o óleo de soja tornou-se preferido na culinária e o fruto não tem grande valor comercial.

EXTRAÇÃO DE MADEIRA E OUTROS RECURSOS VEGETAIS

Quem anda pela área indígena vê que muitas casas são feitas de madeira e barro – as casas de taipa. A aldeia Três Rios, recém formada, já tem quase 40 casas, a grande maioria de taipa. A madeira utilizada na construção delas foi tirada no manguezal próximo à camboa de Marcação, conta uma liderança da aldeia. As matas, capoeiras, carrascos e manguezais são muito importantes para a extração de recursos madeireiros utilizados na construção de casas (caibros, linhas, esteios), cercas, artes de pesca, balaios, cabos de enxada e machado, e no fabrico de carvão. Cada madeira tem a sua especificidade e os índios as conhecem muito bem.

A extração da madeira para o esses tipos de uso não é considerada um problema pelas lideranças indígenas. Ao contrário, elas defendem a preservação e revitalização de áreas de mata para servir a este fim. A retirada de madeira faz parte do sistema de roça de coivara, sendo assim, da mesma forma que a vegetação é desmatada para a implantação da roça com o aproveitamento da madeira, ela volta a crescer quando a terra é deixada em descanso.

Tanto a madeira é extraída da capoeira de propriedade de uma família quanto da mata – área de uso coletivo. E nesse caso, a retirada objetivando a venda não é bem vista, sendo considerada prejudicial à sustentabilidade do território. Sendo assim, alguns defendem a proibição desse tipo de manejo. A mata do baixio do Jardim, por exemplo, é um ponto de derrubada de madeira para vender para atravessadores que por sua vez comercializam fora da área indígena.

As madeiras encontradas no paú são: capêera, quebra foice, pereiro e munguba. Já no arisco pode-se tirar sucupira, jitaí, pau ferro, barbatenom, bonome e cupiúba. No manguezal, encontram o mangue manso, cuja madeira é utilizada na fabricação de canoas; o mangue canoé, que tem uma madeira frágil e o mangue sapateiro, considerada a melhor madeira para a construção de casas, pois ele cresce linheiro e é resistente, só não aguenta muita umidade. Um morador de Três Rios explica porque a retirada de madeira do mangue pelos Potiguara não destrói o



manguezal: “Essas que é cortado de machado de repente óia [cria “olho”]. Agora se cortar no [toco]... Ói, pronto, aquela moita ali, o tronco já nasceu”.

A produção de carvão é uma atividade muito comum nas aldeias. Em muitas casas, se não na maioria, cozinha-se no fogão à lenha e para abastecer o fogão constrói-se carvoeiras nos quintais ou proximidades dele. A carvoeira “doméstica” (produção de carvão para uso em casa) consiste num buraco comprido escavado no chão onde se colocam as madeiras, botam fogo e em seguida as cobrem com terra, e assim aquela madeira se transforma em carvão. O carvão é feito com madeira retirada de qualquer que seja o ambiente florestal ou encapoeirado. Nem toda madeira é adequada, sendo que algumas das mais encontradas nas carvoeiras são: guabiraba, cabatã e aroeira. Existem algumas pessoas que vendem carvão para complementar a renda familiar. Elas escolhem uma área de mata para derrubar a madeira e cavam as carvoeiras ali mesmo. Quando o carvão está pronto colocam o carregamento nos caçuás sobre o lombo do jumento e vendem tanto dentro da área indígena quanto fora, passando de rua em rua, de casa em casa. Praticamente todas as aldeias produzem carvão, mas isto não quer dizer que todos o fazem em larga escala para comercialização. Muitas famílias produzem carvão para consumo próprio ou por parentes e conseguem estabelecer algumas regras e reguladores para a utilização da madeira para o consumo doméstico.

Alguns moradores planejam alternativas coletivas e abrangentes considerando a atividade como degradante do meio e das pessoas que com ela se envolvem.



“Eu só queria que houvesse um meio desse povo deixar de fazer tanto carvão. Inclusive nós estamos com um projeto pra lá, mas existe um negócio chamado burrocracia que desde 2007 que a gente tá com um projeto pra lá e nunca saiu, inclusive nós tínhamos combinado é para fazer um bosque energético para que eles pudessem ficar trabalhando lá e tirando madeira de lá, mas eles disseram: nós não queremos mais fica vendendo carvão, nós queremos ter outra atividade.” (Morador de Acajutibiró)

Assim como as pessoas que fabricam carvão visando à comercialização, aqueles que tiram madeira para vender ao atravessador, também plantam roça ou exercem outra atividade produtiva além da extração da madeira.

Além da madeira é extraído na mata e em outros ambientes uma grande diversidade de vegetais para fins medicinais e para artesanato, sejam cestarias para fins domésticos, armadilhas de pesca ou colares de sementes. Os Potiguara fazem cestas com palhas de palmeiras, covos com taboca, folhas de dendê e embiriba e samburás com cipós do tipo canela, cururu, alho ou de cesta. Devido à escassez de cipó japecanga poucos ainda fazem o caçuá. Para fazer o balaio se utilizam de cipó rabo de rato. Da casca da jangada se confecciona a vestimenta feminina e masculina para o toré.



PROJETOS E INICIATIVAS

Uma vez, apresentados os resultados relativos à percepção e uso do território, apresentamos a seguir algumas experiências de projetos executados na área indígena, bem como os anseios de lideranças e demais membros da comunidade que participaram do estudo e seus pontos de vista sobre temas que envolvem a questão da gestão territorial. A síntese apresentada reúne informações dadas pelos próprios Potiguara e aquelas levantadas durante a etapa de pesquisa bibliográfica. Não realizamos levantamento exaustivo das iniciativas, mas antes buscamos compreender por meio dos projetos citados no contexto do diagnóstico participativo e etnomapeamento quais questões e atores estão envolvidos na gestão territorial e acima de tudo, quais as expectativas e perspectivas dos Potiguara para a gestão futura de seu território.

Projetos comunitários e iniciativas empreendedoras relacionados à gestão territorial

Local	Atividade	Atores envolvidos	Situação
Acajutibiró	Tanque criação de peixe	Financiado pelo MDA.	Em andamento
Caeira São Miguel		Executado pela AGEMTE.	
Benfica	Plantio de mangabeiras	Executado pela Funai	Executado
Camurupim	Serraria para construção de embarcações	Prefeitura de Rio Tinto, Governo do Estado e Funai	Executado
Camurupim	Incentivo à pesca	Associação de Amigos e Moradores de Camurupim (extinta), FAC	Executado
Cumaru e Monte-Mor	Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara	FUNAPEPB e UFPB	Executado
Galego	Produção de doces	Iniciativa de Dona Maria Flor	---
Jacaré de São Domingos	Apicultura e meliponicultura	Carteira indígena e associação	Aguardando recurso
Jaraguá	Oficinas sobre piscicultura	Estudantes e professores da UFPB	Executado
Laranjeira	Casa de farinha Tanque criação de peixe	Financiado pelo Carteira Indígena Executado pela Associação Jerusalém	Executado
Monte-Mor	Avicultura Apicultura (apiário na Mata do Burro d'água) Fruticultura Reflorestamento com plantas nativas Casa de farinha	Financiado pelo Carteira Indígena Executado pela ASSIPOMOR	Aguardando recurso
Monte-Mor	Horticultura no rio da Sementeira	ASSIPOMOR	Em andamento
Monte-Mor	Plantio de cajueiros nas roças às margens do rio (3 mil mudas)	Doadas pela EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba Distribuídas pela ASSIPOMOR	Em andamento
Monte-Mor	Projeto da praça: Centro de produção e venda de artesanato	Executado pela ASSIPOMOR Financiamento (?)	
Monte-Mor	Fruticultura	ASSIPOMOR	Em andamento
Monte-Mor	Recuperação de áreas degradadas (voçorocas)	UFPB/ Campus IV (Rio Tinto)	Em andamento
São Francisco	Mini fábrica de beneficiamento de frutas	VIGISUS/FUNASA Executado pela Associação da aldeia São Francisco em parceria com alguma universidade	Executado (parado)
São Miguel	Apicultura	Associação de Apicultores	Executado
Tracoeira	Casa de farinha	CGEtNO/Funai	Executado
Três Rios	Casa de farinha	Financiado pela Carteira Indígena Executado pela Associação da aldeia Três Rios	Executado

Três Rios	Plantio de frutíferas em área de retomada	Doação das mudas pela UFPB Iniciativa das lideranças	Executado
Várias aldeias	Revitalização do rio Sinimbu	UEPB	Executado
Várias aldeias	Formação de agentes turísticos	SEBRAE Pousadas	Em andamento
Várias aldeias	Construção de casa de farinha Apoio à ostreicultura Eletrificação rural Abastecimento de água Melhoria habitacional	Projeto COOPERAR	Executado/ Aguardando recurso
Várias aldeias	Projeto DST/AIDS	OIPI VIGISUS/FUNASA	Executado

Em Acajutibiró está em andamento um projeto de implantação de piscicultura comunitária, com vistas à substituição da carcinicultura. Na opinião de alguns Potiguara e do próprio Ibama, a criação de peixes em relação à de camarão é uma atividade que requer menor investimento e causa menor impacto ambiental. Já estão funcionando dois tanques (4 ha e 2,5 ha) onde criam robalo, tainha e carapeba, que se alimentam de ração e do capim que nasce no tanque. A liderança de Acajutibiró destacou ainda que outra meta do projeto é a instalação de uma pequena indústria de beneficiamento do peixe. Quanto ao aspecto social, o projeto tem a vantagem de ser comunitário enquanto a carcinicultura é uma atividade privada implantada, por sua vez, em área coletiva ou pública.

Os mangabais são pomares nativos dos tabuleiros, entretanto, há uma plantação de mangabeiras no território entre as aldeias Benfica e Laranjeira. Assim como os mangabais nativos este é de uso comum. Segundo indígenas que coletam ali, o projeto foi executado pela Funai entre os anos de 1990/92.

Existe uma serraria na aldeia Camurupim onde se fabricam embarcações que foi criada em 1988/89 pela associação de marceneiros na época com apoio da prefeitura de Rio Tinto, Governo do Estado e Funai. A contrapartida da comunidade foi a mão de obra e o fornecimento de matéria-prima. Hoje, a madeira empregada na construção dos barcos vem do Pará. Apenas nas cavernas das canoas se utiliza madeira do manguezal.

Moradores de Camurupim falam sobre as necessidades para o desenvolvimento da pesca e relatam a experiência de um projeto realizado pela Associação de Moradores e Amigos de Camurupim (atualmente inativa) em parceria com a FAC por meio do qual a associação recebeu embarcações e uma caminhonete para transportar o pescado. Entretanto, a má gestão dos equipamentos e recursos captados acabou contribuindo para o fechamento da própria associação.

Quem passa pela aldeia Galego vê em uma das casas a placa “Doces Caseiros”. A dona da casa era a doceira Dona Maria Flor, falecida recentemente. Como relata uma moradora de Monte-Mor, a doceira juntamente com os filhos colhia os frutos, fabricava os doces e comercializava na própria casa e nas feiras, e assim sustentava a família. Dona Maria Flor chegou a dar cursos e palestras sobre o assunto.

As hortas em mandala consistem em sistemas orgânicos de produção integrada, com um reservatório de água no centro e nove leiras em círculo ao redor dele o qual não utiliza veneno e o adubo advém do esterco de patos, gansos e peixes que vivem no tanque. Neste sistema, o horticultor começa a produzir no círculo mais próximo ao tanque e vai ocupando os círculos mais externos à medida que os internos estão produzindo. Tentou-se implantar 11 hortas no sistema mandala na área indígena, mas das famílias que participaram do projeto apenas uma segue plantando, na aldeia Jacaré de César, e mesmo assim no sistema tradicional de leiras paralelas. Os índios acusam a instituição executora de mau gerenciamento do projeto. Desestimuladas as famílias foram abandonando o projeto.





O projeto intitulado “Camuriando em Jaraguá” consistiu na capacitação de piscicultores para a instalação, monitoramento e cultivo de peixes na aldeia Jaraguá com auxílio de aulas teóricas e práticas sobre técnicas de piscicultura para cinco indígenas. Foi executado em 2006 por alunos da Universidade Federal da Paraíba.

A casa de farinha construída com recurso do Projeto Carteira Indígena está localizada na aldeia Laranjeira e atende também as aldeias de Santa Rita e Tracoeira. Cada família que utiliza a casa de farinha deixa uma porcentagem da produção destinada ao pagamento da energia elétrica e manutenção da infraestrutura. Os tanques de criação de tilápia já tinham sido construídos (com recurso do mesmo projeto) quando da nossa visita à aldeia, mas segundo informações das lideranças, estavam aguardando recurso para finalizar a instalação do viveiro.

As atividades do projeto – a ser executado pela associação de Monte-Mor com recurso do projeto Carteira Indígena – serão implantadas em área de retomada, portanto devastadas pela monocultura da cana-de-açúcar. Está previsto o reflorestamento das margens da Lagoa da Encantada aterrada pelos usineiros; apicultura na mata do Burro d’Água; aviário nas roças de modo que a produção da roça alimente as galinhas e as fezes delas possam servir de adubo para a roça e fruticultura em áreas de recuperação das margens do rio.

A associação de Monte-Mor também está implementando atividades com recurso próprio. O projeto de implantação de hortas orgânicas é financiado pela associação da aldeia e executado pelas famílias que recebem o benefício. O recurso vem da mensalidade que cada associado paga à associação. Já são dez famílias trabalhando com horticultura nas áreas de retomada.

A EMEPA doou à associação de Monte-Mor cerca de 3 mil mudas de frutíferas. A distribuição das mudas segundo um membro da associação é uma estratégia de proteção das margens do rio em área de retomada. Onde antes era canavial, hoje as famílias plantam roça e as mudas de árvores que recebem da associação. Como explica a liderança, se fossem dadas plantas de árvores nativas com o objetivo explícito de recuperação da área degradada, as pessoas não iriam contribuir, mas como são doadas frutíferas, elas plantam porque é do interesse delas.

“A gente já conseguiu com o EMEPA quase 3000 mudas de cajueiro e a gente já plantou, então tem área de roçado que no ano que vem nem

vai mais te roçado por que lá já cobriu. Eu distribuo para o pessoal que tem roçado por que se você for impor pra ele que tem que refloresta eles não fazem, mas se a gente dá as mudas pra eles planta. A gente já protegeu quase 30 metros da margem do rio. O intuito nosso é que a gente venha fazendo este trabalho, recuperando sem eles perceber que a gente tá fazendo porque se a gente for fazer assim na marra, não funciona não”.

Além da horticultura, a fruticultura é outra atividade que vem sendo incentivada pelas lideranças de Monte-Mor visando a geração de renda para as famílias. Numa área próxima ao rio da Sementeira há uma plantação de mamão (3 ha) onde trabalham cinco famílias. A liderança diz que os atuais fruticultores são ex-moradores catadores de mangaba:

“Aquele pessoal que trabalha no mamão hoje, por exemplo, eles sobreviviam da mangaba, e eram de Jacaré de São Domingos aquelas famílias, e quando vieram morar aqui ainda colhiam mangaba no tabuleiro. Então como acabou o tabuleiro eles [...] quando começou a acabar o tabuleiro eles começaram a ficar sem ter muita perspectiva de trabalho. Foi na época de retomada de terra que a gente começou e a gente viu que eles começaram com uma parte e a gente complementou com a outra da associação e foi dando incentivo”.

A retomada na aldeia Monte-Mor vem se dando por meio da ocupação da terra com roçados, fruticultura e horticultura com incentivo da associação. De acordo com a



associação na aldeia há cinco famílias plantando mamão, 13 cultivando hortaliças e 30 famílias que sobrevivem da agricultura convencional “e cada dia a área [de retomada] vem sendo ampliada e aumentada”.

O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara (UFPB) teve como objetivo difundir ações integradas de desenvolvimento e inserção social, de educação para a cidadania, memória e cultura junto às comunidades indígenas Potiguara de Cumaru e Vila de Monte-Mor, envolvendo ações de alfabetização de jovens e adultos, edição de vídeos retratando a mobilização política e cultural dos índios para reconhecimento dos seus direitos, curso de educação para a cidadania, além de atividades de geração de renda, por meio de curso de criação de abelhas e artesanato.

A mini fábrica de beneficiamento de frutas (despolpadeira) situada na aldeia São Francisco foi construída com recursos do projeto VIGISUS/FUNASA (talvez com apoio de uma universidade, segundo um morador de São Francisco) sob responsabilidade da associação da aldeia, mas aparentemente nem chegou a ser inaugurada. Moradores de outras aldeias e técnicos da Funai contam que o projeto não foi à frente porque os beneficiários não chegaram a um acordo quanto ao modelo de gestão da despolpadeira.

Algumas pousadas em parceria com o SEBRAE estão atuando na fomentação do turismo na área indígena. A proposta é inserir a área no roteiro turístico da região e para isso estão oferecendo oficinas de capacitação para atuação na área de serviços. Moradores de aldeias como Camurupim, onde existem restaurantes, já estão pensando em investir no turismo:

“Queremos implantar aqui agora uma agenciuzinha pra receber o turista, certo? Pra isso tem três pessoas que fizemos os cursos pra ajudar o turista, a gente fez uns roteiros, colocamos na internet. Tem um meio como a gente ganhar mais com turismo porque chega aqui tem belos bares com deliciosas comidas, pode usufruir do que nós temos como umas cacimbas do manguê, belas cacimba, maravilhosa, a água mineral, bem natural. É o poço cavado bem na beira do manguê, mas só que não é água salgada, é água belíssima. Além disso, os turistas podem usufruir dos passeios de barco. A gente pode conduzir o turista até o peixe boi marinho. Pode usufruir da nossa praia de Coqueirinho. E tantas outras coisas, tem dizendo tudo ali no roteiro. E um mês como

dezembro de 4 a 13 nossa comunidade está em festa. Todo dia tem uma festa na igreja, barracas com comidas. Eu acho que só, né? Tá bom” (Morador da aldeia Camurupim).

O Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (PRPR/BA) conhecido como Projeto Cooperar – fomentado com recurso do Banco Mundial aplicado pelo Governo do Estado – financiou projetos comunitários na zona rural de todo estado, de 1998 a 2006. Por meio dele foram executados projetos de: eletrificação rural nas aldeias de Tracoeira, São Francisco, Galego, São Miguel, Coqueirinho, Tramataia e Jacaré de São Domingos; sistema de abastecimento de água e casa de farinha em Jaraguá e melhoria habitacional em Silva de Belém.

Na segunda edição do Cooperar, de acordo com lideranças indígenas de Tramataia e Camurupim, a ostreicultura praticada pelas famílias indígenas será incentivada com a instalação de duas câmaras frigoríficas.

Os Potiguara se esforçam para preservar algumas áreas regulando seu uso e impedindo que as queimadas e substituição da vegetação por cana ocorram, bem como a extração para venda e para a produção de carvão também para comercialização.

*“O branco tem que preservar 20% do seu terreno, e por que o indígena, não? Tem que preservar. Mas uma preservação diferente, não é aquela preservação do Ibama que ninguém pode mexer. O indígena pode tirar uma madeira para seu consumo, um caibro, uma linha para melhorar a casa, mas não vai tirar caminhões de madeira para vender. E também não vai fazer carvão. Eles concordaram. Só que a Funai não mandou confeccionar essas placas para nós colocarmos lá.”
(Morador de São Miguel)*

O estabelecimento de áreas de “preservação” consiste em iniciativas pontuais, porém de suma importância para um território em que a paisagem encontra-se totalmente fragmentada e onde pequenas áreas de matas, capoeiras, carrascos e tabuleiros ficam isoladas por grandes extensões de cana. Isso tem estabelecido uma lógica “ambientalista” nas aldeias que pode se tornar uma reprodução da fiscalização dos órgãos ambientais, tão questionada internamente pelos Potiguara.

Manter estes fragmentos florestais em um território onde existem poucas áreas disponíveis para agricultura e onde as diferentes visões e interesses sobre os usos dos recursos coexistem é uma prática altamente complexa, ainda mais se tratando de uma terra indígena. Para conseguir permanecer nesta ação, os responsáveis por estas práticas desenvolvem estratégias e buscam parcerias externas para potencializar/fortalecer suas iniciativas principalmente no que tange a preservação dos recursos naturais.

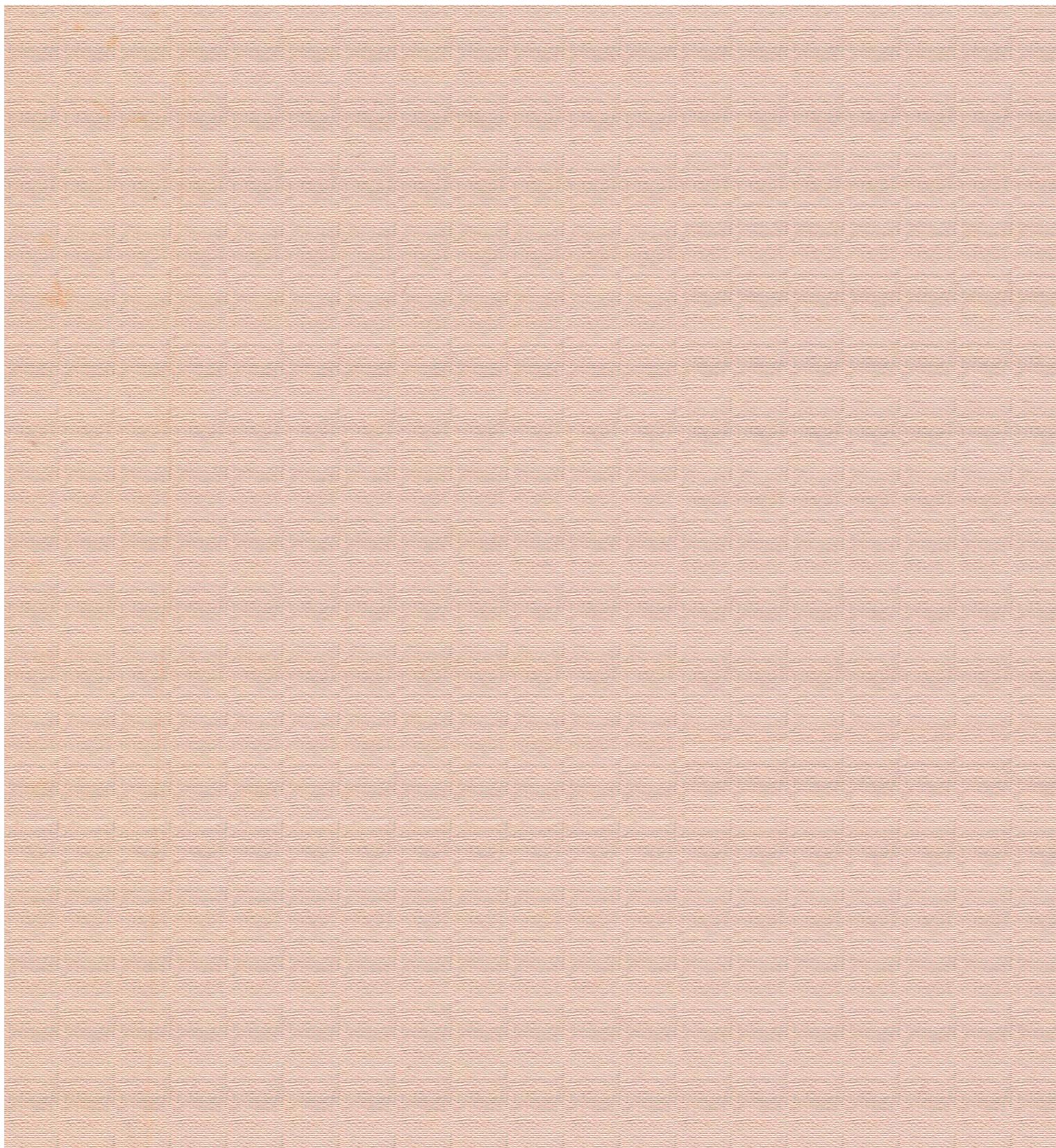
Áreas de preservação indígenas

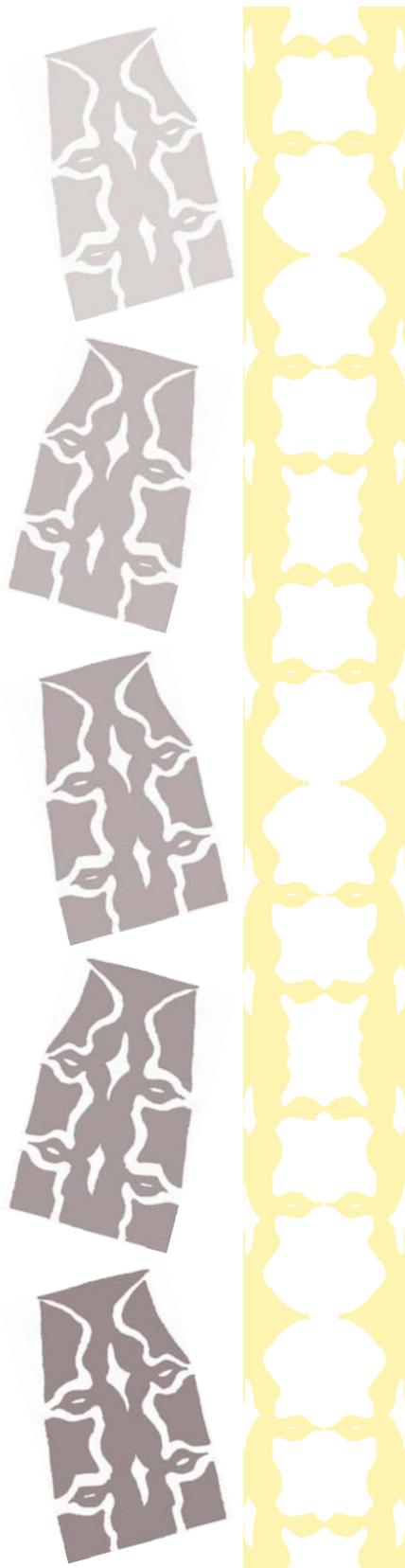
Nome	Localização	Ambiente
Não registrado	Entre Benfica e Estiva Velha	Tabuleiro com Carrasco
Mata do Badalo	São Francisco	Mata e Capoeira alta
Não registrado	Silva	Mata e Capoeira alta
Mata de Golandi	Silva	Paū (mata)
Não registrado*	Jaraguá	Mata
Não registrado	Laranjeira	Paū (mata)
Mata do Rio Vermelho*	Monte-Mor	Mata
Mata Escura*	Mata Escura (Boréu)	Mata
Mata Redonda*	Mata Escura (Boréu)	Mata

* áreas de relevância para preservação sujeitas a desmatamento

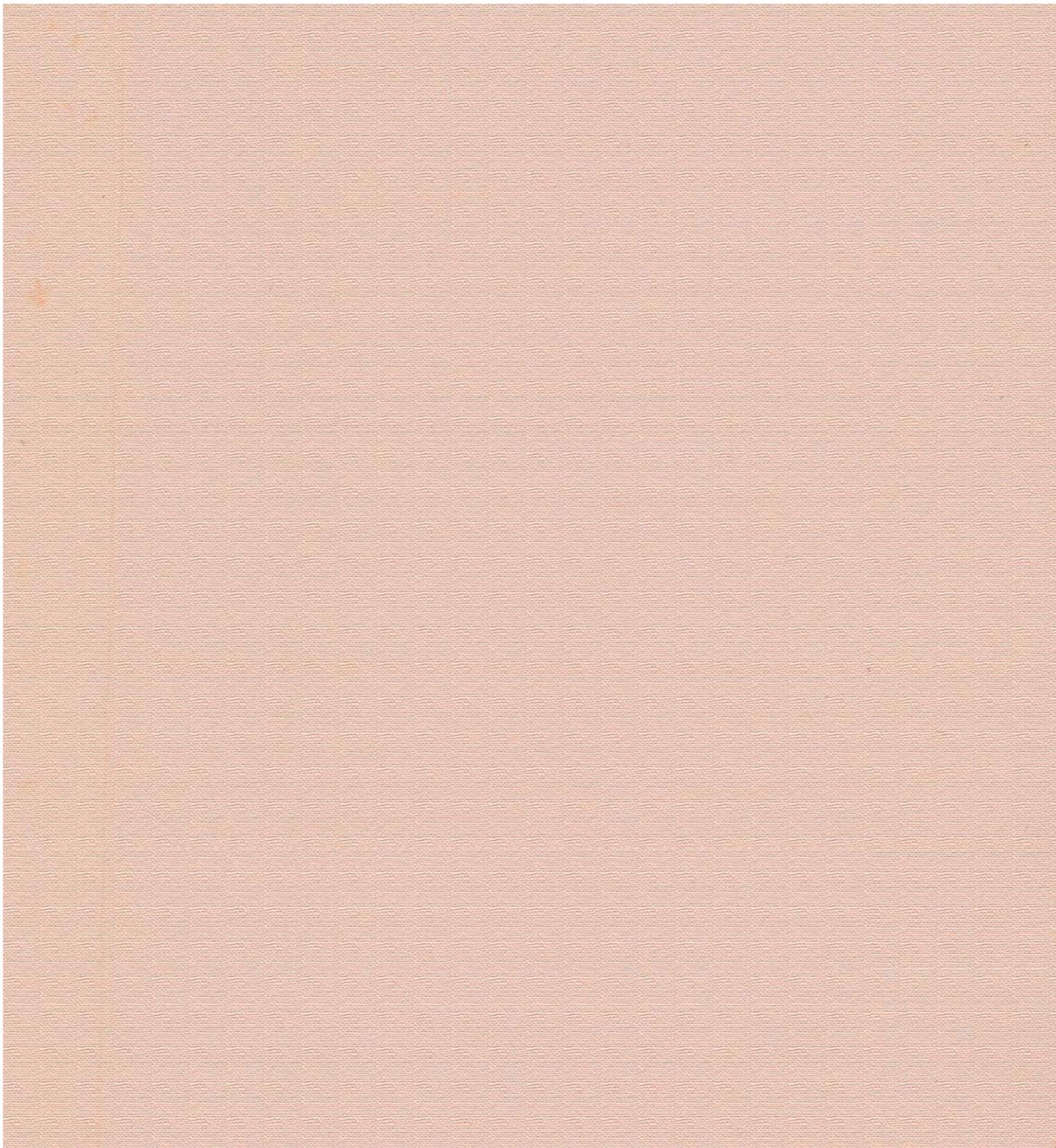
As formas mais diretas de apoio solicitadas pelas lideranças responsáveis por este movimento são: o emplacamento da área (em alguns casos) informando o seu uso; fazer aceiros no entorno das áreas ou onde há contato com cana e áreas propícias à agricultura; proporcionar curso e equipamento de combate a fogo e fiscalizar o território e fomentar ao uso de medidas preventivas contra os incêndios.

A Terra Indígena Potiguar também é uma Área de Referência do Projeo GATI, fruto de um esforço conjunto do movimento indígena, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e do Ministério do Meio Ambiente - MMA, como apoio do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e, propulsor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI).

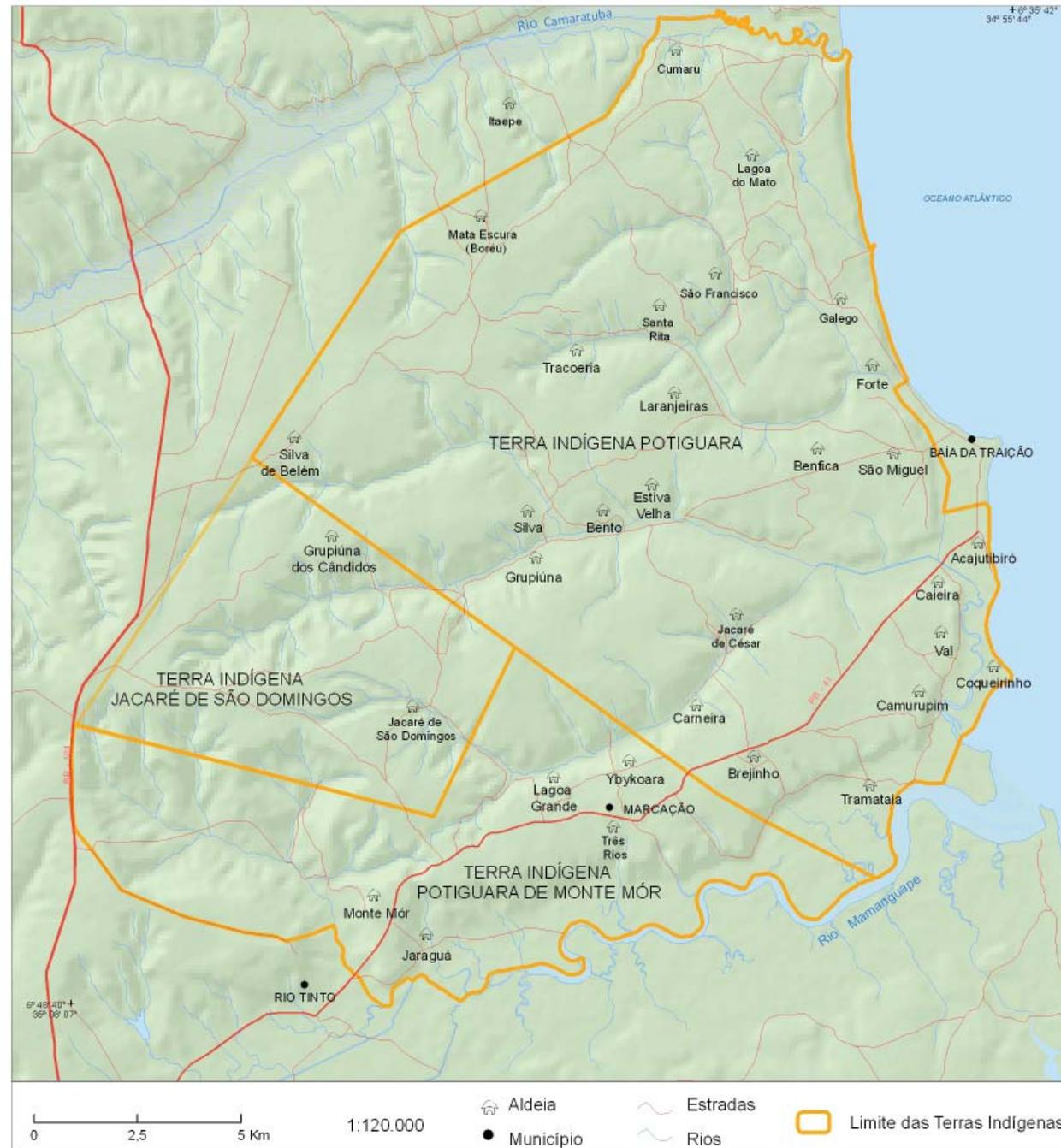




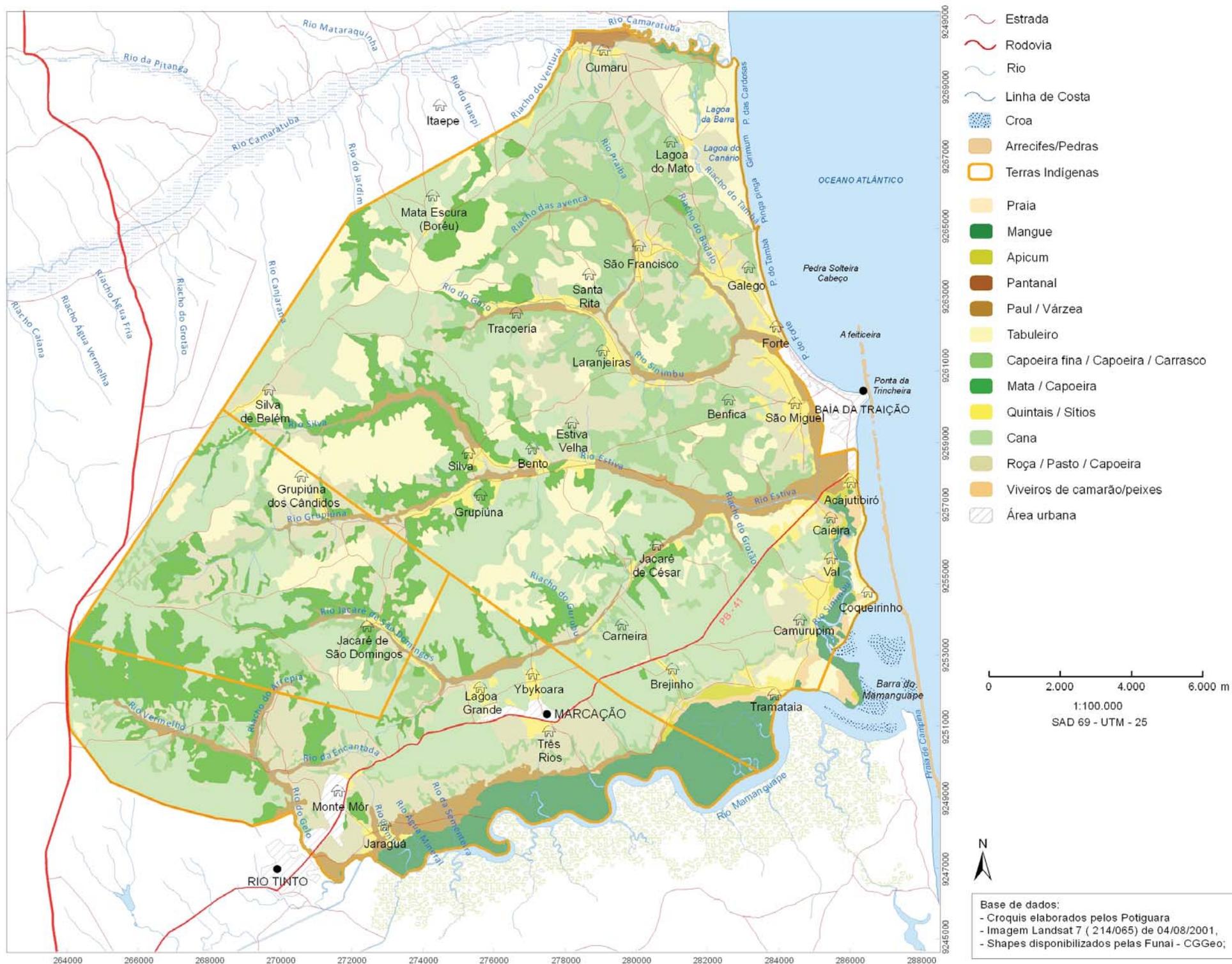
MAPAS



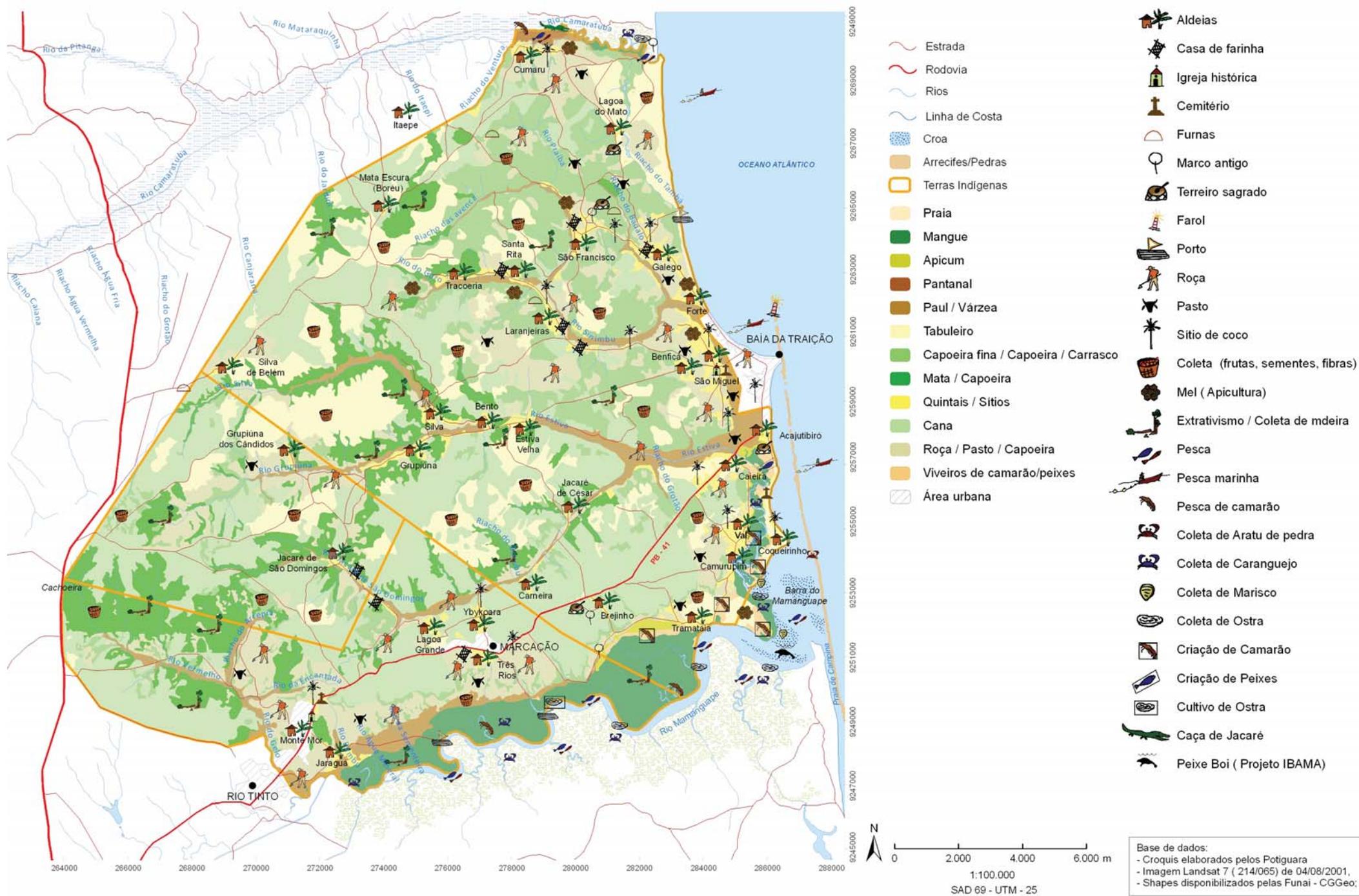
LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E ALDEIAS POTIGUARA - PB

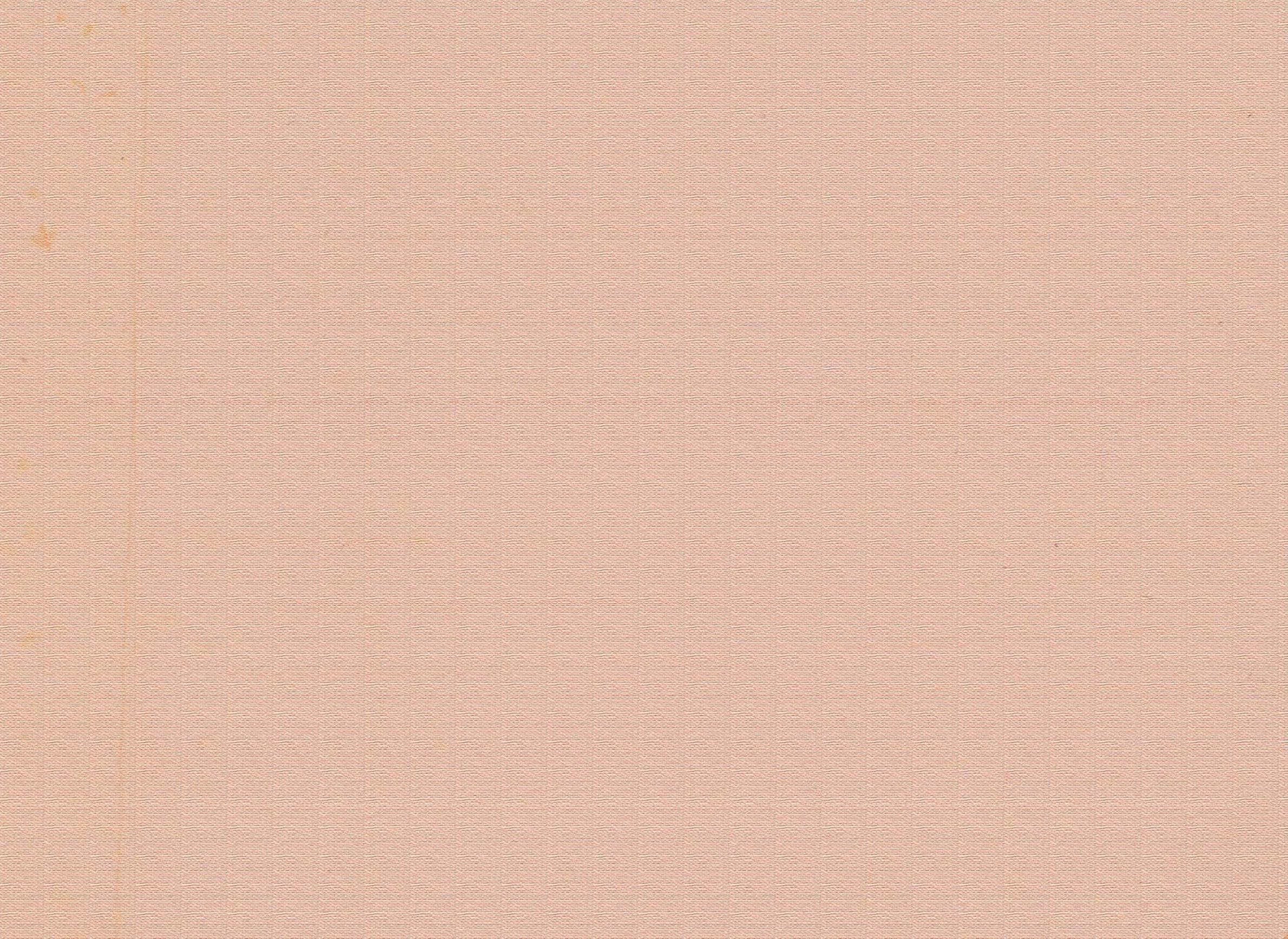


ETNOMAPA DE PAISAGENS DAS TERRAS INDÍGENAS DO POVO POTIGUARA

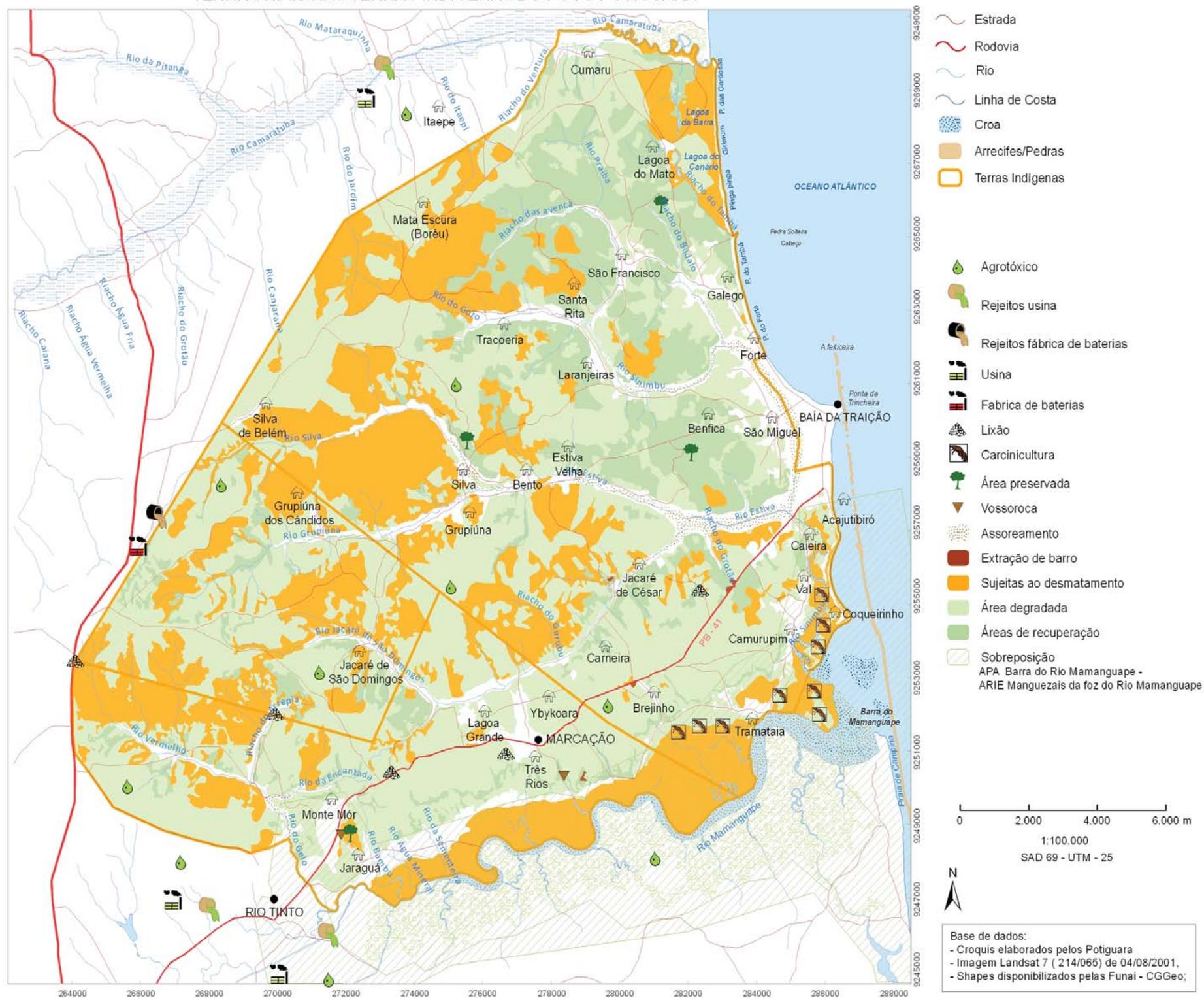


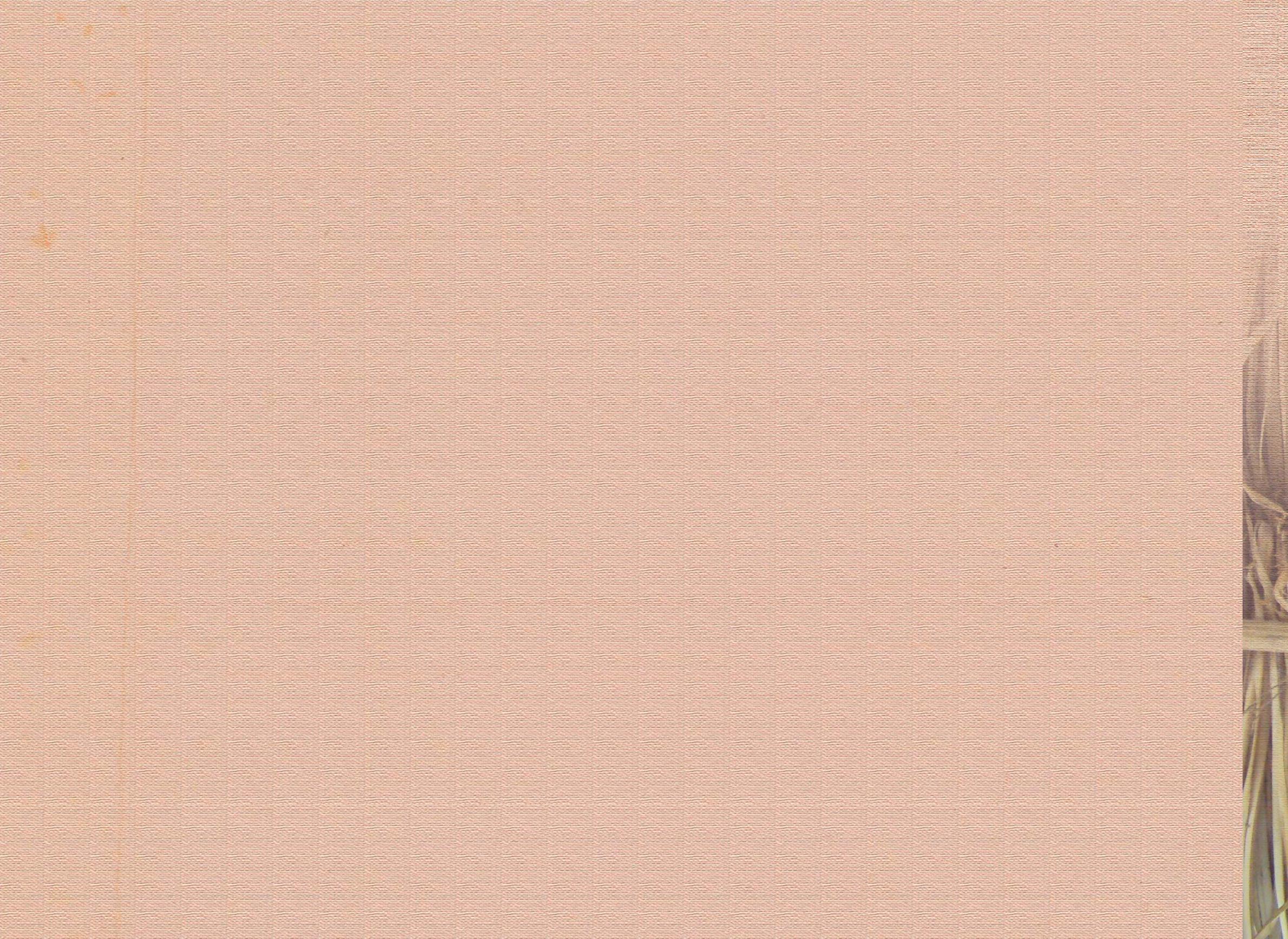
ETNOMAPA DE USOS ATUAIS DAS TERRAS INDÍGENAS DO POVO POTIGUARA





MAPA DE IMPACTOS E CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS NAS TERRAS INDÍGENAS DO POVO POTIGUARA









Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA